



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

A SUSTENTABILIDADE DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS
IMPLANTADAS PELO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO - PISF

Helena Oliveira de Barros Mota

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei de Souza Carvalho

Dissertação de Mestrado

JUAZEIRO – BA

2021

HELENA OLIVEIRA DE BARROS MOTA

**A SUSTENTABILIDADE DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS
IMPLANTADAS PELO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO - PISF**

;

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, campus Espaço Plural, Juazeiro/BA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural, com ênfase na linha de pesquisa: III - Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei de Souza Carvalho

Coorientador: Prof. Dr. Helder Ribeiro Freitas

JUAZEIRO – BA

2021

	Mota, Helena Oliveira de Barros.
M917s	A sustentabilidade das vilas produtivas rurais implantadas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF/ Helena Oliveira de Barros Mota. - Juazeiro/BA, 2021. xvi, 173 f. : il. : 29 cm
	Dissertação (Mestrado Profissional em Extensão Rural) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Espaço Plural, Juazeiro - BA, 2021.
	Orientador: Prof. Dr. Vanderlei de Souza Carvalho.
	1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Participação Social. 3. Associativismo. I. Título. II. Carvalho, Vanderlei de Souza. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.
	CDD 333.7

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI / UNIVASF
Bibliotecário: Márcio Pataro. CRB - 5 / 1369.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Helena Oliveira de Barros Mota

**A SUSTENTABILIDADE DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS
IMPLANTADAS PELO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO
FRANCISCO – PISF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, nível Mestrado Profissional, na Linha de Pesquisa: Instituições Sociais e desenvolvimento territorial, como requisito da obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Aprovada em: 20/08/2021

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Vanderlei Souza Carvalho



Profa. Dr.ª Renata Sibéria de Oliveira



Prof. Dr. João Alves do Nascimento Júnior

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos íngremes caminhos da minha vida orientou-me e guiou-me os passos, revestindo-me de coragem, força e determinação para superar os muitos desafios.

A minha filha querida, Adla Sophia, maior presente que a vida me deu. Sua compreensão, incentivo e apoio adornaram os vários momentos da minha jornada, inclusive os períodos mais difíceis e árduos.

A minha mãe, mulher forte e corajosa, porque mesmo durante os momentos de fraquezas nos ensinou a lutar com a certeza de que é possível vencer, porém fazendo-nos compreender que para ganhar é preciso saber perder.

Aos meus irmãos queridos, pelas demonstrações de amor, afeto e compreensão. Durante o tempo de recolhimento e ausência tornaram-se fiéis escudeiros, grandes torcedores e fortes pilares que contribuíram para a minha vitória.

A Ronaldo Barbosa, por todo o apoio e companheirismo. Obrigada pela dedicação e atenção oferecida a nossa Adla, cobrindo minha ausência nos longos períodos que estive ausente, não só em virtude deste trabalho de pesquisa, mas ao longo da minha trajetória profissional.

A Elianeiva Odísio, Coordenadora Geral dos Programas Ambientais do PISF, sua competência, sabedoria, sensibilidade e paixão pela profissão possibilitaram-me um ampliado horizonte de conhecimento. Sinto-me honrada pela oportunidade de fazer parte desta equipe e cada dia aprender um pouco mais.

Aos moradores das Vilas Produtivas Rurais do PISF, por todo apoio e credibilidade que demonstram ter por mim e pelo trabalho que faço. É muito gratificante receber tantas manifestações de apoio e carinho, mesmo diante de tantos paradoxos vivenciados.

A toda equipe do PISF que direta e indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho, em especial a Salustiana Claire, Heverton Leite, Aparício Sextus, Carlos Danger, Glória Almeida, Michel Lopes, Oliveira Junior, Isabelle

Temoteo, Adeildo Fernandes, suas contribuições tornaram possível a concretização desse projeto.

Aos meus orientadores, Vanderlei Carvalho e Helder Ribeiro Freitas, por terem suscitado reflexões pertinentes e transmitido conhecimentos indispensáveis à conclusão desse trabalho.

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGEx, em especial ao Professor Denes Vieira, por todo apoio, paciência e dedicação. Sou muito grata por todo o incentivo recebido em momentos realmente cruciais.

A minha turma do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGEx R3 por todos os momentos vivenciados em sala de aula. As trocas de experiências e trabalhos coletivos acresceram conhecimentos a minha jornada. Agradeço a oportunidade de convivência e aprendizados mútuos.

Agradeço em especial à minha amiga Neuraide Marinho, a qual se tornou uma grande irmã. Foi muito bom fazer parte da família e do grupo de amigos, mais ainda ter tido o privilégio de conviver com Naomi, Dominique, Eudes e Rodrigo.

Aos amigos José Américo Barros, Edileusa Figueiredo, Milene Torquato, Lizianne Castro e Kátia Gonçalves pela amizade, incentivos e apoios recebidos. Vocês foram muito importantes para a conclusão dessa jornada!

A Fabiane Borges, Debora Costa e Ramom Silva por todo apoio, incentivo e contribuições oferecidas ao longo do desenvolvimento desse trabalho de pesquisa. Muito grata por ter a oportunidade de contar com a grande ajuda de vocês.

As minhas amigas de todos os tempos (Renilda, Vange, Walkíria, Nalva e Edilma). Vocês sempre estiveram presentes em cada palavra de incentivo e oração!

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram com o meu desenvolvimento e que de alguma forma estiverem presente no decorrer da minha caminhada, pois uma das mais belas experiências de existir é saber que nunca estamos sozinhos, porque dia a dia, nas vitórias e dificuldades, Deus nos dá o privilégio de nos presentear com pessoas sem as quais pouco ou nada teríamos alcançado.

“Poucos rios surgem de grandes nascentes, mas muitos crescem recolhendo filetes de água.”

Ovídio

RESUMO

Esta pesquisa apresenta e convida à reflexão, à medida que discorre sobre os desafios envolvidos na busca pela sustentabilidade no decorrer do processo da implementação das Vilas Produtivas Rurais – VPR's, reassentamentos implantados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF. Nessa perspectiva, esse estudo abordará o cenário da realidade cotidiana vivenciado pelas famílias reassentadas, tendo como objetivo central: analisar a sustentabilidade das Vilas Produtivas Rurais implantadas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, em que foi observado especificamente, o cenário da realidade cotidiana vivenciado pelas famílias reassentadas nas VPR's construídas no estado da Paraíba, com ênfase nas 205 famílias das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, localizadas nos municípios de Cajazeiras, São José de Piranhas e Monteiro, respectivamente. Esse trabalho fundamentou-se na abordagem de pesquisa qualitativa, incluiu a utilização de pesquisa a fontes documentais institucionais, a observação participante (in loco), e a verificação de conteúdos pertinentes, em que se constatou a percepção de atributos socioeconômicos e ambientais, inerentes à sustentabilidade dessas comunidades. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas, questionários, além de grupos focais, numa perspectiva de abordagem aos atores diretamente envolvidos no processo. No desenvolvimento desse trabalho priorizaram-se o aporte teórico que versam dos estudos de: GEHLEN, 2004; JARA, 2001; JATOBÁ, 2009; LEFF, 2009; NASCIMENTO, 2012; SEN, 2000, dentre outros. Como resultado, esse estudo relaciona os avanços obtidos, mas também chama a atenção para as complexidades envolvidas nesse processo de embate, em que novas realidades são construídas a cada momento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Participação Social. Associativismo.

ABSTRACT

This research presents and invites reflection, as it discusses the challenges involved in the search for sustainability during the process of implementing Rural Productive Villages – VPR's, resettlements implemented by the Integration Project of the São Francisco River with the North Northeast Hydrographic Basins - PISF. From this perspective, this study will address the scenario of everyday reality experienced by resettled families, with the main objective: to analyze the sustainability of the Rural Productive Villages implemented by the São Francisco River Integration Project, in which the scenario of everyday reality experienced was specifically observed. by the families resettled in the VPR's built in the state of Paraíba, with emphasis on the 205 families in the VPR's Bartolomeu, Cacaré and Lafayette, located in the municipalities of Cajazeiras, São José de Piranhas and Monteiro, respectively. This work was based on the qualitative research approach, including the use of research from institutional document sources, participant observation (in loco), and the verification of relevant content, in which the perception of socioeconomic and environmental attributes, inherent to the sustainability of these communities. Data collection was carried out through semi-structured interviews, questionnaires, in addition to focus groups, in a perspective of approaching the actors directly involved in the process. In the development of this work, the theoretical contribution that comes from the studies of: GEHLEN, 2004; JARA, 2001; JATOBÁ, 2009; LEFF, 2009; BIRTH, 2012; SEN, 2000, among others. As a result, this study lists the advances obtained, but also draws attention to the complexities involved in this conflict process, in which new realities are built at every moment.

Keywords: Sustainable Development. Social Participation. Associativism.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação das VPR's Pesquisadas	50
QUADRO 2 – Resumo das Informações Básicas Sobre as VPR'S	86
QUADRO 3 – Famílias Não Residentes na Faixa de Obras do PISF Elegíveis ao PBA 08	87
QUADRO 4 – Relação das VPR's Pesquisadas	100
QUADRO 5 – Destinação das Áreas da VPR Bartolomeu	102
QUADRO 6 - Destinação das Áreas da VPR Cacaré	105
QUADRO 7 - Destinação das Áreas da VPR Lafayette	108
QUADRO 8 – Data de Entrega dos Lotes Residenciais e Produtivos aos Beneficiários das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette	112
QUADRO 9 – Relação das Áreas de Produção Agropecuária das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette	113
QUADRO 10 - Cadastro das Famílias Reassentadas nas VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette	114
QUADRO 11 – Produção Agropecuária Desenvolvidas nas VPR'S Bartolomeu, Cacaré e Lafayette	115
QUADRO 12 – Crescimento Populacional das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette	116
QUADRO 13 – Resumo das Associações Comunitárias das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette	120
QUADRO 14 – Ações Desenvolvidas pelas Associações de Moradores das VPR's Pesquisadas com Recursos dos Associados	124
QUADRO 15 – Fatores que Fortalecem ou Enfraquecem a Atuação da Associação em Prol do Desenvolvimento Sustentável	125

QUADRO 16 – Matriz de Parcerias e Ações Articuladas pelas Associações de Moradores das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette	128
QUADRO 17 – Resultado da Matriz Swot (FOFA) – Eixo Temático: Produção e Renda	132
QUADRO 18 - Resultado da Matriz Swot (FOFA) – Eixo Temático: Desenvolvimento Social	135
QUADRO 19 - Resultado da Matriz Swot (FOFA) – Eixo Temático: Participação e Associativismo	137
QUADRO 20 - Resultado da Matriz Swot (FOFA) – Eixo Temático: Infraestrutura	140
QUADRO 21 - Resultado da Matriz Swot (FOFA) – Eixo Temático: Meio Ambiente	141
QUADRO 22 – Avaliação da Qualidade de Vida das Famílias Reassentadas nas VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

ADA - Área Diretamente Afetada

AID - Área de Influência Direta

AII - Área de Influência Indireta

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

AUS - Área de Uso Sustentável

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CBHSF - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

CGU - Controladoria Geral da União

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

DAP - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DS - Desenvolvimento Sustentável

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMPAER - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNCATE - Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

LI – Licença Ambiental

LP - Licença Ambiental Prévia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional

MI - Ministério da Integração Nacional

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de aquisição de Alimentos

PBA – Programa Básico Ambiental

PISF – Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PTT – Programa de Transferência Temporária

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TCU - Tribunal de Contas da União

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

VMT – Verba de Manutenção Temporária

VPR's – Vilas Produtivas Rurais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 O SURGIMENTO DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO: O Desenvolvimento Sustentável	20
2.2 A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	28
2.3 O ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	36
3. MATERIAL E MÉTODOS	47
3.1 NATUREZA DA PESQUISA	47
3.2 Local e Participantes da Pesquisa	50
2.3 PROCEDIMENTOS E ETAPAS DA PESQUISA	50
3.4 CONSTRUÇÃO DO PRODUTO FINAL	53
4. O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL – PISF	54
4.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PISF NA REGIÃO DO NORDESTE SETENTRIONAL	54
4.2 OS PROGRAMAS BÁSICOS AMBIENTAIS DO PISF	67
4.3 O PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DAS POPULAÇÕES – PBA-08	78
4.4 CARACTERIZAÇÃO DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS	85
4.4.1 Caracterização Social, Econômica e Ambiental das VPR's	91
4.5 AS VILAS PRODUTIVAS RURAIS PESQUISADAS	99
4.5.1 A Vila Produtiva Rural Bartolomeu	101
4.5.2 A Vila Produtiva Rural Cacaré	104
4.5.3 A Vila Produtiva Rural Lafayette	107
5. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS	111
5.1 INDICADORES DO PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS REASSENTADOS NAS VPR's PESQUISADAS	111
5.2 A IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NAS	119

ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E SUSTENTABILIDADE DAS VPR's	
5.3 PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS REASSENTADOS E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE EM QUE MORAM	131
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A	161
APÊNDICE B	165
APÊNDICE C	169
APÊNDICE D	174

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo as Vilas Produtivas Rurais (VPR's) implantadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) no âmbito do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF). Para isso, realizou-se uma análise integradora das dimensões e processos socioambientais desenvolvidos pelos atores sociais e institucionais em prol do Desenvolvimento Sustentável das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, localizadas no Estado da Paraíba, nos municípios de Cajazeiras, São José de Piranhas e Monteiro, respectivamente.

A escolha dessas 03 (três) VPR's como objeto de pesquisa, ocorreu em virtude do nível de participação social e capacidade de articulação de parcerias e ações apresentadas pelos beneficiários reassentados, fatores que contribuem para o fortalecimento do associativismo, condições fundamentais para uma melhor análise do processo de construção da sustentabilidade, uma vez que o desenvolvimento sustentável se faz a partir de um capital social fortalecido pelas relações de solidariedade e reciprocidade entre os atores sociais envolvidos no processo.

O interesse pela temática advém do desejo da pesquisadora em analisar os processos desenvolvidos e vivenciados pelas famílias reassentadas, de modo a analisar o conjunto de ações realizadas sob a ótica da sustentabilidade e do desenvolvimento local, uma vez que atua como técnica social do PISF, como responsável pelo acompanhamento às famílias beneficiárias das VPR's, realizando interlocuções constantes junto aos atores sociais e institucionais envolvidos na dinâmica desses reassentamentos. Seu interesse também está relacionado à necessidade de sistematização dos processos vivenciados pelas famílias reassentadas, de modo a analisar o conjunto de ações desenvolvidas sob a ótica da sustentabilidade e do desenvolvimento local.

A partir disso, buscou-se apontar as limitações e as potencialidades identificadas ao longo do estudo, bem como o processo de participação e promoção da autonomia das famílias reassentadas, considerando suas reivindicações,

expectativas, assim como, as ações interventivas no processo de reassentamento e desenvolvimento local sustentável.

Dessa maneira, traz um diálogo acerca das VPR's por meio de uma reflexão sobre as propostas e intervenções técnicas implementadas pelo PISF durante as etapas de acompanhamento às famílias reassentadas, considerando as ações desenvolvidas desde a fase de indenização das áreas desapropriadas até a conjuntura atual. Para isso, analisaremos os processos que antecederam a transferência das famílias às vilas, prosseguindo com as demais ações de acompanhamento e incentivo à participação dos moradores nas suas intervenções com o propósito de promoção do desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, vale destacar que, para maior compreensão e análise da temática em pauta, serão apresentadas as principais questões e controvérsias em torno do PISF, contextualizando o Programa de Reassentamento das Populações – PBA-08, seus objetivos e metas, bem como a situação atual do referido programa, em que as Vilas Produtivas Rurais estão inseridas no mesmo.

Pretende-se ainda, nesse estudo, analisar se as ações propostas e postas em práticas pelo PISF estão em consonância com a construção de um modelo de reassentamento com capacidade de promoção do processo de Desenvolvimento Sustentável Local, garantindo às famílias reassentadas não apenas sua autossustentabilidade, mas condições que atendam, no mínimo, suas necessidades relacionadas às questões sociais, econômicas e ambientais, condições *sine qua non* para uma melhor qualidade de vida.

Considerando que o desenvolvimento sustentável transcende a sustentabilidade ambiental, para abraçar a sustentabilidade econômica e social (BRASIL, 2021) e adicionam valor à qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades, a referida pesquisa buscou levantar dados, informações e percepções que contribuam para a leitura e compreensão das diferentes realidades observadas, primando pela compreensão dos sentidos e das falas, a fim de que seja possível interpretar as informações obtidas e contribuir com o processo de desenvolvimento de outras comunidades.

Portanto, ao refletir sobre o contexto organizacional interno das VPR's, bem como da articulação destas dentro do contexto socioinstitucionais dos territórios em que estão inseridas, observou-se que o confronto entre a teoria e a prática se fez mais que necessário, a fim de que elementos teóricos pudessem enriquecer a prática, qualificando os resultados. Dessa forma, os conceitos sobre desenvolvimento sustentável, associativismo, participação e capital social apresentaram-se como primordiais para o alcance dos resultados.

Dentre os referenciais teóricos, evidencia-se a análise sobre a racionalidade ambiental e o saber ambiental como forma de oferecer sustentabilidade à vida trazida por Leff (2009); as transformações relacionadas a políticas públicas e/ou sociais do meio rural analisadas por Gehlen (2004); a visão de desenvolvimento sustentável apresentada por Jatobá (2009); a dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local abordado por Jara (2001); o paralelo trazido por Sen (2000), o qual considera que desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente a sua condição de agente; dentre outros que proporcionaram importantes reflexões para a construção desta pesquisa.

Destarte, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a sustentabilidade das Vilas Produtivas Rurais implantadas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, localizadas no Estado da Paraíba, norteando-se pelos seguintes objetivos específicos:

- a) Levantar e analisar as principais intervenções e ações promotoras do desenvolvimento implementadas dentro das Vilas Produtivas Rurais, bem como os atores/parceiros envolvidos na ação e os resultados alcançados;
- b) Realizar uma análise comparativa de potencialidades e limitações das vilas estudadas, a fim de se distinguir em que categoria de sustentabilidade ou condição social cada uma se enquadra;
- c) Construir com as famílias reassentadas um site social para divulgação das ações desenvolvidas dentro das VPR's, a fim de que estas possam intercambiar suas experiências exitosas.

Considera-se que refletir ou analisar sobre as dinâmicas sociais, as relações socioeconômicas, os posicionamentos ou as reflexões dos reassentados sobre seu processo de transferência para um outro território, seja ele próximo ou distante, constitui-se numa tarefa bastante difícil, haja vista as várias nuances envolvidas, os descontentamentos, as resistências e os conflitos provocados por uma mudança compulsória, pois observa-se que embora seja fundamental conhecer e medir as ações implementadas pelo empreendedor, com vistas à minimização e compensação de impactos, há vários outros fatores que, positivamente ou negativamente, impactaram na percepção do beneficiário e na sua reprodução social dentro do reassentamento.

A partir deste olhar, a relevância da pesquisa justifica-se pelo fato de que os resultados da análise poderão influenciar numa melhor intervenção técnica e, mais que isso, contribuir com um maior envolvimento e participação dos atores sociais locais envolvidos no processo de construção coletiva, favorecendo o desenvolvimento sustentável das comunidades em que vivem.

Destarte, o referido documento sistematiza os resultados obtidos em cada uma dessas vilas pesquisadas, elencando as principais conquistas e entraves vivenciados pelos agricultores reassentados, possibilitando uma reflexão sobre a importância da articulação institucional e social, e do protagonismo local para o alcance da sustentabilidade.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O SURGIMENTO DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO: O Desenvolvimento Sustentável

Desde a segunda metade do século passado, tem-se intensificado a preocupação e a discussão entre as lideranças mundiais, sobre o uso saudável do planeta e de seus recursos, tendo em vista a ocorrência crescente dos inúmeros exemplos de desastres ambientais não naturais, de origem antrópica direta ou indireta, em que ficou evidenciado que vivemos em um único ecossistema frágil e interdependente.

Essa constatação despertou a consciência e a compreensão de que é nossa responsabilidade proteger e guardar a nossa “única casa habitável” até o momento, em nosso sistema solar. Esse contexto, considerado “recente”, favoreceu a discussão e a elaboração de um novo modelo de desenvolvimento que considerasse os custos ambientais do desenvolvimento industrial, a crise nos recursos naturais, a queda da renda agrícola da agricultura familiar, o paradoxo da superprodução aliada à má distribuição de alimentos, decorrente das novas relações econômicas internacionais, além da explosão demográfica da população atual e nas projeções futuras (NAVARRO, 1995).

Frequentemente veiculada nas diversas mídias, diante do cenário de crise global ambiental¹ que estamos vivenciando, essa temática nos últimos anos tem chamado a atenção pelo maior poder de alcance e visibilidade, à medida que também vem tomando vulto na sociedade, quando se discute as formas de desenvolvimento possível, mas que também expresse a sustentabilidade necessária à manutenção do planeta. Sobre essa percepção, discorre Nascimento (2012), que foi percorrida uma longa jornada até que a comunidade científica pudesse expor, de

¹ A crise ambiental passou a chamar atenção desde que o consumo de nossos recursos naturais chegou em um **nível muito elevado. Hoje temos uma situação no planeta Terra que para conseguirmos suprir todas as necessidades de 1/5 da população mundial referente a energia e água, precisaríamos de mais 5 planetas iguais.** <https://meioambiente.culturamix.com/gestao-ambiental/crise-ambiental-o-que-e-e-como-enfrentar-esse-problema>. Acesso em 02-08-2021.

fato, que esses problemas ambientais não estão restritos a territórios fronteiriços, mas que têm reflexos em todo o mundo.

Essa percepção ficou mais intensa a partir de 1950, quando o mundo ficou sob notável risco da poluição nuclear², em que vários testes atômicos, em países nórdicos, provocaram, como consequência, efeitos na ocorrência de chuvas radiativas a milhares de quilômetros dos locais de realização dos testes, o que provocou alvoroço e debates na comunidade científica (MACHADO, 2005).

Nesse contexto histórico, vários estudiosos publicaram obras enfatizando, a necessidade de discussão sobre os limites dos recursos naturais, até então, ausentes na prática do desenvolvimento em curso, e que por isso, o mesmo não poderia ser dito como sustentável, a saber, Almeida (1995), apresenta alguns desse estudos na linha do tempo: Rachel Carson, *A primavera silenciosa* (1962); Paul Ehrlich, *The population bomb* (1970); MIT/Clube de Roma, *Os limites do crescimento* (1972); I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1978); Ignacy Sachs e Maurice Strong, com a noção de *ecodesenvolvimento* (1974-1975); União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN), 1980; Fundação Hammarskold, Suécia, *Um outro desenvolvimento* (1976); Relatório Bruntland, *Nosso futuro comum* (1987); e a II Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (ECO-92).

Dentre as inúmeras abordagens, destaca-se, como marco inicial o surgimento do termo *ecodesenvolvimento*³, criado por Maurice Strong, em 1972, mas que foi amplamente difundido pelo economista Ignacy Sachs, a partir de 1974, ao incorporar a esse conceito, outras preocupações além daquelas ligadas à natureza: questões econômicas, sociais, culturais e de gestão participativa e ética (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

² Entre 1945 e 1962, os países detentores do poder atômico realizaram 423 detonações atômicas. (Machado, 2005).

³ O conceito de **Ecodesenvolvimento** surgiu em meados da década de 70 devido à grande polêmica causada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, que chegou a defender o desenvolvimento a qualquer custo. O risco oferecido à natureza pelo desenvolvimento econômico era tido em segundo plano. (Artigo *Ecodesenvolvimento: O desenvolvimento sustentável*. <https://biomania.com.br/artigo/ecodesenvolvimento-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 02-08-2021

Por outro lado, defendia Sachs (1997), que o ecodesenvolvimento não se limitava a aspectos estritamente ambientais; e nessa reformulação conceitual, propôs um novo modelo de desenvolvimento, conhecido mundialmente como o tripé do desenvolvimento sustentável: O desenvolvimento deve ser socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto (SACHS, 1997).

Nessa linha de pensamento, dos pilares de sustentação do desenvolvimento sustentável, Sachs (2004), com sua obra “Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado” revisita o conceito de desenvolvimento humano no contexto da globalização do século XXI, baseando sua concepção em três dimensões: social (includente), ambiental (sustentável) e econômica (sustentado), além de afirmar que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento humano, pois apesar de ser condição necessária, não é de forma alguma suficiente para o alcance de uma qualidade de vida melhor.

Nessa trajetória, o autor amplia sua definição sobre o que considera desenvolvimento sustentável, defendendo-o como a efetivação “das três gerações de direitos humanos, os quais são: direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais [...]; e direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento” (SACHS, 2008, p. 14).

Defende ainda que para que se construa estratégias de desenvolvimento sustentável, faz-se necessária implementação de ações baseadas em cinco pilares de sustentação, os quais estão relacionados às noções iniciais de direitos humanos, a saber:

a) social, com o foco de diminuir desigualdades; b) ambiental, “com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como ‘recipientes’ para a disposição de resíduos)” c) territorial, baseado na “distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades”; d) econômico, “sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam”; e) político, fundado na democracia como “valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (BRASIL, 2018, p.1049).

Destarte, a compreensão sobre o desenvolvimento sustentável passa por diversas percepções e embasamentos, que não se encerra no momento presente, considerando que seus pilares de sustentação se baseiam em estratégias poucos

empreendidas, considerando, principalmente, o fato de que há entraves socioculturais que dificultam a implementação de ações efetivas, dentre as quais, destaca-se a pouca participação cívica das comunidades em que as políticas públicas se aplicam, conseqüentemente, ações estruturadoras que visem o desenvolvimento e a sustentabilidade local e territorial muitas vezes são relegadas a segundo plano ou desconsideradas por falta de mobilização e articulação da sociedade.

Nesse contexto, deve-se enfatizar aquilo que Putnam (1996) considera como fatores socioculturais, pois para ele a comunidade cívica é uma determinante mais forte e importante que o desenvolvimento econômico, uma vez que quanto mais cívica a região, mais eficaz e coerente o seu governo. Dessa forma, salienta-se ainda que, sendo a participação social um dos elementos preponderantes para a efetivação do desenvolvimento sustentável é algo que não pode ser renegada ou esquecida, conforme pode ser vista no tópico adiante.

Diante desse rol de conceitos, é notória a impossibilidade de se fechar numa única vertente. Todavia, considerando o foco da pesquisa trabalhada, bem como a amplitude e a riqueza que o conceito de desenvolvimento sustentável traz como desafio, em que considera o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico como vertentes essenciais para a construção e aperfeiçoamento de uma sociedade com melhor qualidade de vida e sustentabilidade (BELLEN, 2004).

Apresentam Patrício e Gomes (2012) que os princípios básicos, introduzidos por Sachs (1997), devem nortear os caminhos para esse novo desenvolvimento, a saber: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e programas de educação.

Destaque-se, acima, a ênfase na importância da participação da população envolvida na consolidação do desenvolvimento local necessário à essa sustentabilidade, mas em contraponto, tais princípios geravam divisões em novas discussões, sobre as quais Nascimento (2012) aborda que: “Essa divisão

atravessava não apenas os países, mas também os atores político-sociais, colocando em confronto ambientalistas e desenvolvimentistas” (NASCIMENTO, 2012, p. 53).

A partir da visibilidade do “novo modelo de desenvolvimento” a ser perseguido, para uns, e questionado para outros, apresenta Almeida (1995) que:

(...) mesmo que já intensamente “trabalhada” nos últimos 10 anos, demonstrando uma crescente adesão à ideia, esta é ainda, uma noção genérica e difusa, pouco precisa. Transita-se, portanto, em um campo emergente e que está ainda muito sujeito a diferentes concepções e definições (ALMEIDA, 1995, p.42).

Nesse sentido, Bellen (2004), menciona que essa nova concepção de desenvolvimento sustentável traz à tona a pressão exercida pela antroposfera sobre a ecosfera, gerando, por consequência, uma conscientização de que os problemas ambientais são ocasionados em sua maioria, por padrões de vida incompatíveis com o processo de regeneração do meio ambiente; o que apresenta a necessidade de se buscar um desenvolvimento que permita “garantir qualidade de vida às gerações atuais e futuras, sem a destruição da sua base de sustentação, que é o meio ambiente” (BELLEN, 2004, p. 1).

Naturalmente, nesse processo de afirmação conceitual, em que inúmeras vertentes não se entenderam, nem se entendem até hoje, aconteceram várias discussões em debates que foram divulgados pelo Relatório Brundtland⁴ – Nosso Futuro Comum – publicado em 1987. Dentre aqueles que opinaram sobre o mesmo, (CAMARGO, 2007 apud PATRÍCIO; GOMES, 2012), afirmam que esse documento reconhece oficialmente o meio ambiente como fator limitante ao crescimento, dando mostras para uma aceitação parcial, dita “um lado verde” à proposta de desenvolvimento estabelecida até então, mas que somente foi disseminado de maneira mais generalizada, incluindo como nunca antes, o viés político, na

⁴ No Relatório Brundtland, conhecido no Brasil pelo título Nosso Futuro Comum, publicado em 1987 como texto preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Eco-92), a ideia de desenvolvimento sustentável aparece nos seguintes termos: é aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92⁵, que gerou após as discussões, a Agenda 21⁶, na qual apresentou as diretrizes de encaminhamento para ações práticas, a partir de um plano de ação elaborado com base nos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Nos dias atuais, fica evidenciado, como afirmara Leff (2006), que a sociedade continua nessa busca por alternativas de ações e planos integrados que permitam solucionar os problemas econômicos, sociais e ambientais, gerados pelos processos produtivos nos moldes do desenvolvimento em curso, mas que sobremaneira, não há um entendimento comum, o que foi corroborado por Nascimento (2012), quando afirmou:

O principal problema nessa definição em três dimensões não se encontra nas diferenças de conceituação existentes na literatura especializada sobre cada uma delas, mas no fato de escolhê-las como as essenciais, eliminando-se, por exemplo, a dimensão do poder. Como se mudar os padrões de produção e consumo fosse algo alheio às estruturas e decisões (NASCIMENTO, 2012, p.56).

A ECO-92, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de maior esforço reconhecido na conciliação e na preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, momento esse, onde foi apresentada mais uma definição sobre o desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades (LENZI, 2006).

Sobre esses desafios, Almeida (1995), contextualiza a ideia de desenvolvimento sustentável como resultante do embate entre os países mais ricos e desenvolvidos e aqueles mais pobres, em que afirma: “As crises ambiental, econômica e social colocam em xeque esta noção generalizadora e progressiva do

⁵ Realizada no Rio de Janeiro, 20 anos depois da Conferência de Estocolmo, a **Eco-92** foi considerada uma das mais importantes, pois além da grande representatividade (178 chefes de estados estiveram presentes), nela surgiram duas convenções — sobre biodiversidade e mudanças climáticas — e mais três documentos — a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Agenda 21 — que até hoje norteiam as ações nacionais e internacionais que trilham o caminho do desenvolvimento sustentável.

⁶ A **Agenda 21** é um documento assinado por 179 países durante a "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" ou "ECO-92", realizada na cidade do Rio de Janeiro. O seu principal objetivo é criar soluções para os problemas socioambientais mundiais, baseando-se no seguinte pensamento: “pensar globalmente, agir localmente”.

progresso. Essas crises e a evolução social das sociedades modernas no século 20 esgotaram a força mobilizadora desta ideia” (ALMEIDA,1995, p.35).

O desgaste ambiental, ocasionado pelo processo de consumo excessivo que a sociedade realiza cotidianamente, conhecido como “consumismo desenfreado” ajuda a perceber o quanto de recursos da natureza são utilizados para manter o estilo de vida moderna e, neste paralelo, Sen (2000), no prefácio do Livro “Desenvolvimento como Liberdade”, traz uma reflexão profunda e eloquente sobre o que considera e conceitua o desenvolvimento.

Para o referido autor, desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente a sua condição de agente. Tal conceito foi apresentado em cinco conferências do Banco Mundial em 1999, quando então era membro da presidência, e uma conferência complementar em 1997, na qual defendeu que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência dos Estados repressivos (SEN, 2000, p,18).

A partir disso, Sen (2000), introduz dois novos conceitos: a liberdade instrumental (capacidade das pessoas de terem uma vida como desejam) e a liberdade constitutiva (o direito ao voto e o próprio exercício da cidadania, por exemplo, a liberdade de expressão e de democracia). Vale destacar que, em 1990, o paquistanês Mahbub ul Haq, em parceria com Sen, criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH⁷), metodologia criada para medir o desenvolvimento

⁷ “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida geral e sintética usada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países. Foi criado em 1990 e vem sendo publicado anualmente desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD da ONU. O IDH varia em uma escala que vai de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A escala classifica os países em cinco faixas: IDH muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. As dimensões que constituem o IDH são: **Renda** - Padrão de vida medido pela Renda Nacional Bruta per capita; **Saúde/Longevidade** - Vida saudável e longa, medida pela expectativa de vida e; **Educação**: Acesso ao conhecimento medido pela média de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar” (Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>).

dos países, considerando não apenas os fatores econômicos, mas também os sociais, tais como saúde, longevidade e educação.

Colaborando com essa discussão, (COSTA, 2007) admite que este exercício de liberdade de escolhas requer uma implementação por meio de processo de educação para a cidadania, de construção de vínculos de solidariedade, confiança e cooperação de modo a construir um tecido social capaz de levar o processo de mudanças rumo a uma liberdade de escolhas que considere o individual e o coletivo, dessa maneira, partimos do entendimento de que:

A liberdade pode estar a favor ou contra as pessoas, pois pode também conduzir a equívocos causados pela ausência de satisfação das necessidades básicas, questões educacionais, políticas, de acesso a conhecimento e informação e do diálogo interno. As escolhas das pessoas refletem um diálogo com elas mesmas e com seu modo de ser e de se relacionar com o mundo (COSTA, 2007, p.34).

A liberdade aqui é compreendida como uma escolha que pode nos levar a caminhos distintos, a partir da decisão tomada de como usá-la, gerando assim, consequências favoráveis ou não, no que tange ao seu diálogo com o mundo. Desse modo, partimos do entendimento de Silva Júnior (2008), de que o desenvolvimento sustentável perpassa por um processo no qual as políticas econômicas, comerciais, energéticas, agrícolas e industriais estão organizadas concomitantemente para a produção de um desenvolvimento que se mostre de maneira eficaz, ao mesmo tempo que apresente melhores condições de saúde e educação, especialmente no que se refere ao planejamento e gerência dos recursos naturais, a fim de não prejudicar as próximas gerações, por meio da exploração excessiva dos recursos naturais.

Por sua vez, em Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? Abramovay (2010), postula que há diversos componentes de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que podem ser identificados nas políticas governamentais, na atuação das empresas privadas e nos trabalhos desenvolvidos pela sociedade civil organizada, todavia estas ações “estão longe de formar um todo coerente”, comprometendo seu “alcance estratégico”, uma vez que:

Desenvolvimento sustentável é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas. Ele é formado por uma infinidade de fatores determinantes, mas cujo andamento depende, justamente, da presença de um horizonte estratégico entre seus protagonistas decisivos. O que está em jogo nesse processo é o conteúdo da própria cooperação humana e a maneira como, no âmbito dessa cooperação, as sociedades optam por usar os ecossistemas de que dependem (ABRAMOVAY, 2010, p. 97).

Assim, diante das diversas discussões e debates verificados, conclui-se que o desenvolvimento sustentável não abrange apenas uma mera conceituação, mas também uma necessidade intrínseca, que mais que ser discutida, precisa ser colocada em prática, a partir de ações coerentes e condizentes com a realidade vivenciada pelos diversos sujeitos e agentes que habitam o nosso planeta.

Destarte, nos enfoques apresentados, verifica-se que o desenvolvimento sustentável é um processo em construção, considerando-se que a concepção sobre ele deve partir da compreensão de que há diversos fatores que não podem ser renegados, a fim de não comprometer o ambiente em que se vive, muito menos a qualidade de vida daqueles que nele habitam.

2.2 A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Nesta seção o diálogo acerca da participação social na construção do desenvolvimento sustentável enfatiza a importância desse processo para a consolidação do desenvolvimento local⁸ uma vez que, para esse alcance, é mister um capital social fortalecido pelas relações de solidariedade e reciprocidade entre os atores sociais, nas comunidades, junto às organizações estabelecidas e entre as

⁸ Quando se fala em desenvolvimento local refere-se não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social e sustentável ambientalmente. Por isso, é preciso investir em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui uma visão integrada dessas dimensões, a partir de um desenho que é realizado nos próprios territórios e com a efetiva participação dos atores locais” (IADH e et al. Desenvolvimento Local e Participação Social. 2007).

instituições e agentes envolvidas na relação de troca na compreensão dessa participação como meio de transformação local, à medida em que:

O capital social está na capacidade e na vontade dos grupos comunitários de trabalhar juntos, em parceria, vindo a constituir motivação coletiva que qualifica o processo de desenvolvimento. Na prática, o capital social resulta redes e mecanismos que permitem às comunidades se articularem para assegurar suas estratégias de desenvolvimento e para administrar as crises externas e internas (JARA, 2001, p.46).

Nessa perspectiva, verifica-se a participação social como principal estratégia de desenvolvimento sustentável, e sobre isso, Putnam (2008) acrescenta que quanto mais cívica uma região, mais eficaz seu governo, haja vista que este considera as regiões economicamente mais desenvolvidas e as que têm governos mais eficientes no que tange a participação cívica. Desse modo, é importante destacar que não há como haver participação social sem democracia, posto que a primeira deriva da última.

Defende (SILVA, 2015 apud FARIA, 2007, p. 58-59), que “para a democracia ser possível é preciso haver, essencialmente civilidade e espírito público. No entanto, esses princípios não garantem que as democracias sejam todas iguais ou que elas estejam livres do autoritarismo”. Portanto, há uma linha tênue o exercício da participação social em meio a uma democracia com resquícios de autoritarismos.

Nesse contexto, ao se considerar os eventos dos últimos anos, a participação social assume caráter político e ambiental, como no exemplo das queimadas descontroladas que afetou todo o território nacional, seguida pelo desmatamento em massa da Amazônia, em que, oportunamente, a sociedade civil organizada se mostrou sem forças diante das reivindicações não atendidas pelos gestores da pasta, que insistia em caminhar na direção contrária da responsabilidade sustentável e no compromisso com o meio ambiente.

Na conjuntura atual, ressalta-se os atos antidemocráticos ocorridos no Brasil, tais como as manifestações (orais, publicadas em redes sociais, proclamadas em protestos, e outras) põem em risco o regime democrático de direito e os princípios assegurados pela Constituição Federal de 1988, fragilizando o processo participativo do país, em virtude de boa parte da população basear-se em informações descontextualizadas e distorcidas da realidade, trazendo sérias

consequências sociais, haja vista a possibilidade de existência de uma participação social articulada e motivada pela “pós-verdade”⁹. Ações como essas ameaçam a democracia em todas as suas esferas, uma vez que no mundo das “fake News”¹⁰ e da desinformação os valores éticos e morais, que equilibram e alicerçam a sociedade são relativizados.

Logo, tem-se nesses exemplos, situações de participação social desorganizadas e sob resquícios do autoritarismo, mesmo dentro de um regime democrático, em que, quando a manifestação pública dos interesses da população passa pelas decisões políticas, esta última tende a alcançar maior alcance e legitimidade no campo da eficiência (AVRITZER, 2002).

Por outro lado, compreende-se que a participação pode ser positiva quando dotada de consciência política e de classe. Nisso, a Participação Social como estratégia para evolução da democracia é ferramenta indispensável ao acompanhamento e gestão das políticas públicas, a partir do exercício do controle social, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988.

Segundo Oliveira et al (2012, p.02), “A maior riqueza de um país é o povo que ali vive. E quanto maiores forem suas capacidades de escolherem livremente, de liberar seu potencial, mais desenvolvido este país será”. Nisso, ressalta-se a importância que tem a participação para o processo do desenvolvimento sustentável, a qual se revela como mecanismo indissociável à construção da cidadania, legitimada pela constituição federal e pelas leis infraconstitucionais, bem como acordos internacionais.

⁹ “Pós-verdade é o fenômeno através do qual a opinião pública reage mais a apelos emocionais do que a fatos objetivos. Segundo este conceito, a verdade dos fatos é colocada em segundo plano quando uma informação recorre às crenças e emoções das massas, resultando em opiniões públicas manipuláveis. O termo “pós-verdade” foi eleito a Palavra do Ano em 2016 pelo dicionário Oxford, no qual foi definida como “a ideia de que um fato concreto tem menos significância ou influência do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. De acordo com o dicionário, o prefixo “pós” transmite a ideia de que a verdade ficou para trás (Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/pos-verdade/>).

¹⁰ *Fake News* são notícias falsas publicadas por veículos de comunicação como se fossem informações reais. Esse tipo de texto, em sua maior parte, é feito e divulgado com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo (geralmente figuras públicas). As *Fake News* têm um grande poder viral, isto é, espalham-se rapidamente. As informações falsas apelam para o emocional do leitor/espectador, fazendo com que as pessoas consumam o material “noticioso” sem confirmar se é verdade seu conteúdo (Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/o-que-sao-fake-news.htm>).

Nesse sentido, emana da sociedade, segundo (CONTI; SCHROEDER, 2013), a necessidade da autonomia do sujeito, verificada pela ampliação nas suas capacidades, oportunidades e recursos, intelectuais e materiais, junto aos diferentes atores sociais, envolvidos na viabilização de um modo de vida sustentável, dinâmico, mesmo que complexo, frente às distintas realidades nas comunidades rurais do Semiárido brasileiro.

Destacam ainda, esses autores, a necessidade de implementação de estratégias que busquem essa maior participação da sociedade como um todo, mas com destaque aos atores locais, envolvidos diretamente nos processos do desenvolvimento sustentável; além de que, essas estratégias precisam conduzir à criação de laços de confiança entre as pessoas, de forma que possam construir ações coletivas pautadas nos objetivos de vida de cada um, mas principalmente no coletivo, enfrentando conflitos, dilemas e construindo as normas de convivência, a partir das experiências desse coletivo, em que são desenvolvidos círculos virtuosos de autoconhecimento, aprendizagem e laços de relacionamentos e de confiança mútua.

Dentre a gama de possíveis estratégias geradoras dessa confiança, (SILVA, 2009), apresenta como fator determinante à legitimação nesse processo, o uso da metodologia participativa que melhor se adeque às características intrínsecas à realidade da comunidade estudada. Nessa perspectiva, (PUTNAN, 2005) afirma que para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros. Logo, é preciso que as pessoas assumam compromissos entre si para alcançar benefícios coletivos, trabalhando em cooperação de forma voluntária.

Esse autor, também acrescenta que a cooperação voluntária é mais fácil em comunidades que tenham um bom estoque de capital social sob forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Visto que, este sistema facilita a cooperação voluntária, na qual as relações sociais permitem transmitir e disseminar a confiança mútua. Sendo assim, é notório que o capital social é um elemento que facilita a ação espontânea de cooperação, pois:

A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Aqui o capital social diz respeito a

características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas... O capital social facilita a ação espontânea (PUTNAM, 2005, p. 177).

Portanto, pode-se aferir o quanto são importantes as abordagens que promovam a discussão e o compartilhamento de projetos de vida das pessoas e como estes se realizam na construção do projeto de desenvolvimento local, além do que, verifica-se que o capital social pode ser construído ou intensificado em territórios onde historicamente ele não exista, quando se fomentam ações que: a) mobilizem as pessoas a realizarem ações de conhecimento e resgate histórico do local; b) de conhecimento e ampliação da convivência em grupo; c) de promoção do desenvolvimento interpessoal das pessoas que ocupam o território; d) de organização de ações coletivas para o bem estar-comum nas diversas dimensões do desenvolvimento sustentável.

Além disso, o capital social também pode ser estimulado, fortalecido e articulado através de sistemas de rede, de modo a facilitar ações coordenadas entre indivíduos, grupos e organizações. Assim sendo:

O capital social se torna visível e se manifesta através da ação social dos indivíduos nos espaços comunitários (ação voluntária, assessoria, mutirão, time de futebol, atividades educativas, filantropia, cotização), nas instituições (sindicato, igreja, associação comunitária, partido políticos, cooperativas etc.) e em redes (rede de economia solidária, rede de defesa dos direitos humanos, articulação do semiárido, rede Brasil, rede em defesa dos direitos das mulheres etc.). Assim, o capital social é um instrumento capaz de criar um processo de empoderamento à medida que fortalece laços de coesão, cria espaços para socialização de conhecimentos e informações, fortalece a autoestima dos indivíduos, credibilizando-os para a construção do autodesenvolvimento (Holanda, 2011, p.134).

Ainda, segundo o autor, o capital social pode ser intensificado ou inibido em consequência dos processos vivenciados pelos diversos atores envolvidos o que nos remete a uma análise crítica dos mecanismos utilizados na sua promoção de dentro para fora e de fora para dentro do território pelos diversos atores envolvidos, individuais e institucionais de ordem governamental e não governamental, visto que:

A construção dos mecanismos para intensificar ou inibir o capital social pode ocorrer a partir de diferentes processos: dos sujeitos locais (indivíduos, grupos, comunidade, instituição) ente si; do sujeito local como o sujeito externo (igrejas, Ong's, sindicatos, partidos, órgãos governamentais, empresas); do sujeito externo como o sujeito local (HOLANDA, 2011, p.133).

Esse olhar crítico sobre as aprendizagens dos diversos atores envolvidos em processos voltados para a promoção do capital social como estratégia de fortalecimento da participação local como base para o desenvolvimento sustentável é fundamental para evidenciar aprendizados sobre erros e acertos e possibilidades de estratégias mais adequadas a cada território, e seu DNA, que promovam processos de desenvolvimento mais sustentáveis.

Ademais, conforme (JARA, 2001), o desenvolvimento local depende mais das capacidades humanas, das energias efetivas da população, do acesso à informação, que das potencialidades produtivas e das vantagens comparativas naturais, pois:

Mesmo que os objetivos do desenvolvimento local estejam claros e logicamente planejados e definidos, a força do emocional, individual e coletivo é o que os impulsiona à meta. As energias inerentes às capacidades e aos sentimentos das pessoas são elementos construtores da existência e do futuro. Para construir o desenvolvimento sustentável, é preciso trabalhar a partir das dimensões invisíveis (JARA, 2001, p. 53).

Em consonância a esta reflexão, de acordo com Zapata et al (2007) do IADH¹¹, o vínculo entre desenvolvimento sustentável e protagonismo local parte da descoberta, do reconhecimento e da valorização dos ativos locais, ou seja, das potencialidades e vínculos que podem ser ativados a partir de cada território.

Considera o local uma construção, um processo de auto instituição, um encontro entre lugares e fluxos, pois:

(...) são as relações intersubjetivas e comunicacionais que constituem o local, na qualidade de forças instituintes do território. (...) Sob diferentes tônicas, a ênfase no protagonismo local vem sendo reafirmada como característica essencial de processos sustentáveis de desenvolvimento. Mais que isso, levanta-se a congruência entre o incremento do

¹¹ **O Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH)** lançou, no dia 19 de novembro de 2007, o livro **Desenvolvimento Local e Participação Social**, organizado pela socióloga e consultora Tania Zapata, que é também diretora técnica do **IADH**.

protagonismo local e o fortalecimento de redes de agentes locais, capazes de alavancar processos de mudança (Zapata et al, 2007, p.31).

Portanto, o envolvimento direto de homens, mulheres e jovens nas suas comunidades e as variadas articulações desenvolvidas dentro e fora delas são atuações sociais que constroem, fortalecem e consolidam capacidades, permitindo um processo crescente de trocas de sinergias, de informações e de conhecimentos que aperfeiçoam, constantemente, a participação social e a implementação de políticas públicas direcionadas à dinamização do desenvolvimento local e regional.

Essa reflexão retoma os conceitos apresentados por JARA, (2001), dada sua ênfase dentro do contexto rural, loco em que foi desenvolvida esta pesquisa, por isso ser relevante a visão crítica por ele apresentada, na qual defende que para que ocorra o desenvolvimento rural sustentável é fundamental que as intervenções realizadas aperfeiçoem todas as formas de atividades econômicas no território urbano-rural, com participação social e o empoderamento dos grupos rurais, sobretudo, das pessoas mais pobres e excluídas, logo:

O desenvolvimento rural sustentável deve resultar em intervenções multissetoriais e solidárias com destino das gerações futuras e a com a preservação do meio ambiente natural; favorecer ampla absorção socioeconômica; melhorar as condições e a qualidade de vida nos territórios (JARA, 2001, p. 25).

Sendo assim, o autor conclui que os resultados dessas intervenções devem ser avaliados com a implementação de indicadores que meçam:

a) capacidade dos atores e dos agentes rurais em mobilizar recursos produtivos endógenos para gerar autossuficiência; b) a capacidade dos atores e agentes rurais em identificar os problemas prioritários e de tomar decisões inteligentes; c) capacidade local de promover a diversificação de atividades econômicas com o comprometimento das organizações sociais que as sustentam; d) a capacidade de identificarem empreendimentos, da alçada pública, que gerem emprego e renda para a absorção socioeconômica dos grupos rurais pobres; e) capacidade dos programas de gerar confiança social e credibilidade institucional, em espírito inovador e participativo da população (JARA, 2001, p. 26).

Ainda, segundo o mesmo autor, o desenvolvimento sustentável deve superar a visão setorial do desenvolvimento, adotando uma visão holística que considere

quatro variáveis importantes para a sustentabilidade no meio rural: a) bem-estar econômico e produtividade; b) capital humano e qualidade de vida; c) capital social e equidade e; d) gestão ambiental integrada dos recursos naturais.

Essas quatro variáveis são importantes para mensurar o desenvolvimento das “pessoas” e não o desenvolvimento das “coisas”, pois:

A ênfase do desenvolvimento sustentável está nas coisas que as pessoas podem fazer e nas realizações que definem o ser das pessoas, e não no que elas podem ter. Trata-se de enriquecer a vida humana com a expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, orientadas para a satisfação das necessidades essenciais de todas as culturas: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, identidade e liberdade (JARA, 2001, p.24).

Portanto, por meio desses elementos e dos demais arcabouços teóricos que o desenvolvimento sustentável apresenta, a base conceitual desse trabalho traz enfoques que contribuem para a reflexão das ações empreendidas sobre as dinâmicas e estratégias desenvolvidas pelas famílias reassentadas, a fim de viabilizar o fortalecimento da sua capacidade de gestão e integração interna, com promoção de relacionamentos solidários, comprometer e responsabilidades, conduzindo-os à autogestão e à autossuficiência, considerando que não há desenvolvimento local sustentável, se este for gerido por atores e fatores externos e também fica evidenciado que esse desenvolvimento reconhece a “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas (SCHMITT, 1995).

Nesse sentido, Sachs (1993) abordou minuciosamente a respeito das dimensões fundamentais aplicáveis ao desenvolvimento rural sustentável, a saber:

- Dimensão ecológica: o objetivo principal seria melhorar a qualidade do meio ambiente e a preservação das fontes de recursos energéticos e naturais. Para tanto, seria primordial que as atividades se realizassem com vistas a: (i) produção com respeito aos ciclos ecológicos dos ecossistemas; (ii) prudência no uso de recursos não renováveis; (iii) prioridade à produção de biomassa e ao uso de insumos naturais renováveis; (iv) redução do uso/consumo de

energia e sua conservação; (v) uso de tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos e de forma geral, com os devidos cuidados ambientais;

- Dimensão espacial ou geográfica: o objetivo principal seria evitar excessos de aglomerações. Para tanto, seria necessário: (i) desconcentração espacial de atividades; (ii) descentralização e democratização local e regional do poder; e (iii) relação cidade-campo equilibrada;
- Dimensão social: o objetivo principal, embora não único, seria a redução das desigualdades sociais. Tal dimensão estaria envolvida com atividades que visassem à: (i) criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada à melhor condição de vida e melhor qualificação profissional; e (ii) produção de bens dirigida, prioritariamente, às necessidades básicas sociais.
- Dimensão cultural: o objetivo principal é evitar conflitos culturais. Para tal dimensão as soluções para o desenvolvimento devem: (i) ser adaptadas a cada ecossistema; e (ii) respeitar a formação cultural comunitária;
- Dimensão econômica: o principal objetivo é o aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa. Para tanto, tal dimensão necessitaria de: (i) fluxo permanente de investimentos públicos e privados, estes últimos com especial destaque para o cooperativismo; (ii) manejo eficiente dos recursos; (iii) absorção, pelas empresas, dos custos ambientais; e (iv) endogeneização, ou seja, contar com suas próprias forças.

Esses autores destacam a importância do empoderamento das comunidades locais no reconhecimento de suas iniciativas para que ocorra a promoção do desenvolvimento dentro das comunidades rurais, em que consideram o âmbito local, o espaço privilegiado para se atingir o Desenvolvimento Rural Sustentável com racionalidade.

2.3 O ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Este tópico parte da premissa de que o associativismo/cooperativismo atrelado ao desenvolvimento sustentável é ponto crucial para atender os interesses

da coletividade, considerando-se que este é resultante de uma ação organizada e de cooperação, com capacidade de propiciar, sob suas dimensões, melhores condições sociais e de vida para a coletividade. Assim, far-se-á neste tópico um breve resgate bibliográfico enfatizando esse aspecto.

Acerca da temática, é relevante ressaltar que o conceito de associativismo está relacionado ao de cooperação devido à tendência ou movimento dos trabalhadores de se congregarem em associações representativas (órgãos de classe, sindicatos etc.) para a luta em defesa da garantia dos interesses coletivos. Porém, no contexto da dinâmica da organização econômica (sociedade capitalista) a associação e/ou cooperação é uma reação ao risco de exclusão, de opressão e/ou exploração, na qual os indivíduos buscam organizar-se coletivamente, visando o bem comum.

Ressalta-se ainda que o associativismo e o cooperativismo têm sua gênese nas organizações comunitárias tradicionais, uma vez que para sobreviver as pessoas necessitavam se associar em pequenas tribos e a sobrevivência do grupo exigia a cooperação mútua entre os indivíduos, facilitando a realização de tarefas básicas, tais como a busca por alimentos, a proteção contra o frio e contra os ataques de outros bandos ou animais etc.

Tais fatores estimularam um processo de aprendizagem contínuo com vistas a garantir a convivência coletiva. Isto posto, pode-se afirmar que o desenvolvimento de uma nação, povo ou comunidade depende da relação de cooperação desenvolvida pelos sujeitos entre si, pelas estratégias de convivência por eles implementadas, pela participação e pelo grau de organização que estes constroem, a fim de garantirem seus direitos e buscarem oportunidades para a satisfação das suas necessidades.

Segundo Pelegrini (2015), ao longo dos anos surgiram inúmeras associações e cooperativas, pois dados os efeitos positivos, nos níveis locais e regionais dessas organizações, estas constituíram-se num arranjo favorável à transferência de tecnologias inovadoras, à aquisições e comercialização conjunta de produtos, uma vez que a partir do emprego de metodologias participativas é possível privilegiar o potencial endógeno das comunidades, associações e cooperativas, exercendo um

papel essencial no desenvolvimento territorial nacional e até mesmo global. Além disso, o autor considera que:

As organizações e movimentos associativistas e cooperativistas, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento, tomam como referência, valores e objetivos convergentes, e se desenvolvem segundo princípios de funcionamento equivalentes. Contudo, os valores atribuídos à cooperativa mudaram com os tempos: eles dependem dos discursos e da estratégia adotada para o desenvolvimento global. Em certos casos, as cooperativas são, com frequência, consideradas como um meio, entre outros, para acompanhar e guiar o desenvolvimento” (PELEGRINI, 2015, p.1)

Vale ressaltar a diferença básica entre o associativismo e o cooperativismo, na qual, conforme Cartilha I, apresentada pelo Instituto Ecológica (2007), o associativismo é uma forma de organização em permanente integração, tendo objetivo principal obter benefícios comuns através de ações coletivas. Dessa forma, considera a associação¹² e a cooperativa¹³ forma de associativismo. Por sua vez, o cooperativismo é um sistema econômico e social, cuja base de todas as atividades são as cooperativas, ou seja, é uma organização formada pela união de pessoas, com o objetivo de obter o desenvolvimento financeiro, econômico e social do grupo envolvido.

Considera-se que numa cooperativa as pessoas se unem, a fim de que coletivamente possam enfrentar situações adversas, transformando-as em oportunidades e situações de bem-estar social e econômico. Enfatiza-se que a cooperativa tem como fundamento a economia solidária¹⁴ e traz como proposta a

¹² Associação – “grupos de duas ou mais pessoas que se organizam para defender os interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica” (Instituto Ecológica. Associativismo e Cooperativismo. Cartilha 1. Série Desenvolver, 2007).

¹³ Cooperativa – “organização de, pelo menos, vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, com gestão democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades” (Instituto Ecológica. Associativismo e Cooperativismo. Cartilha 1. Série Desenvolver, 2007).

¹⁴ A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão "desregulamentada" das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia sintetizado na ideologia do socialismo. (2005a, p. 83)

obtenção de um desempenho econômico eficiente, com fins sociais, através da produção de bens e serviços (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007).

Em suma, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o cooperativismo é um modelo socioeconômico que tem por objetivo, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social dos cooperativados. Seus princípios norteadores são: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação e informação; Inter cooperação e; interesse pela comunidade. Logo, considera-se que:

O Cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo (OCB, 2021).

Desse modo, é inegável a relevância da solidariedade, da participação e da cooperação comunitária no planejamento e gestão do seu território, pois são ferramentas fundamentais e atributos para a promoção do desenvolvimento sustentável. Schneider e Hendges (2006) reforçam a relevância da solidariedade para o associativismo ao afirmar que:

Se pudéssemos conceituar o Movimento cooperativo em apenas uma palavra, diríamos solidariedade. Tal sentimento integra a personalidade humana, umas vezes mais, outras vezes menos. Sempre soubemos o significado de tal palavra, mas, que a pratiquemos, já é um pouco mais complexo (SHNEIDER e HENDGES, 2006, p.34).

Assmann (1998), postula que a humanidade se apresenta numa encruzilhada ética, sob ameaça real, e não encontrará saídas para a sua própria sobrevivência como espécie, se não construírem consensos e se ajudarem mutuamente.

Consenso que precisam ser estabelecidos a partir da comunicação entre os sujeitos, pelo diálogo e interlocução dos seus conhecimentos e pela vivência prática. Tal visão abre espaço para o desenvolvimento de lutas e conquistas coletivas. Nessa lógica, pensar o associativismo e o cooperativismo como estratégias para o processo de desenvolvimento sustentável é uma reflexão bastante relevante,

considerando que as dimensões econômicas, políticas e culturais são elementos construídos ao longo das relações e reproduzidas culturalmente por meio da comunicação da prática social de seus afazeres.

Para Frantz (2012), o grande desafio posto à atualidade é reconhecer que a finitude dos recursos naturais e da vida do planeta, bem como a fragilidade do homem frente à concorrência do grande capital e das transformações em curso colocam limites à ação humana, exigindo que suas atitudes sejam pautadas tendo por base a responsabilidade social e a solidariedade, representando, sobretudo, desafios para a ciência, a educação, a política e a economia.

Nessa premissa, Singer (2001) afirma que uma sociedade que levasse o individualismo e a competição como norma de sociabilidade às últimas consequências, estaria sujeita a perecer em pouco tempo, uma vez que “no capitalismo, a arma do desprovido de capital é a solidariedade” (SINGER, 2001, p.5). Assim, considerando que a base central para o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo é a solidariedade dentro da comunidade, faz-se necessário discorrer sobre os 04 (quatro) elementos apresentados por Putnan (2001) para uma comunidade ideal:

i) um padrão de bondade centrado em princípios, no qual a comunidade busca, por meio dos relacionamentos, a integridade, o respeito à lei, gerando uma confiança compartilhada (...); ii) atitudes como a mentira, a trapaça e roubo não são apreciados, pois, a comunidade defende honestidade; a comunidade tem um “coração”, uma visão, uma direção, onde as pessoas reconhecem a inter-relação entre os negócios e a comunidade e usam conexões para construir soluções entre todos os segmentos para atingir boas condições para a comunidade e consequentemente para os negócios; iii) a comunidade possui uma “mente” expressa em um propósito, missão e unidade, que não é uma uniformidade, mas uma unicidade criada por uma identidade. Assim a comunidade tem uma missão compartilhada, declarada, pela qual todos os envolvidos colocam-se a disposição para desenvolvê-la com ética, dentro de um determinado período de tempo; iiiii) a comunidade busca a igualdade econômica, ou seja, nenhum pobre entre eles. Aqui o princípio é o da solidariedade onde as comunidades saudáveis e ricas buscam ajudar as comunidades doentes e pobres. Os negócios existentes buscam desenvolver e superar as dificuldades das comunidades. Visam superar limitantes que produzem e reproduzem a doença social e a pobreza (PUTNAN, 2001).

Assim, a criação de uma comunidade “ideal” requer um esforço de escuta e construção compartilhada sobre princípios que pautem seus relacionamentos internos e externos, uma visão sobre o futuro comum que todos desejam, uma missão compartilhada, um sentido de equidade social e econômica e tudo isto requer um espaço de organização expressos em momentos de debates, de trocas, grupos de interesse e organizações.

Nessa direção, Putnan (2001) destaca a necessidade de lideranças que mobilizem as pessoas em torno de uma dinâmica de construção da identidade de comunidade, bem como do seu capital social. O que remete a um perfil de lideranças que busque construir essa visão e que envolva pessoas nessa trajetória, a fim de dialogar e comunicar os resultados concretos, conforme anseios da coletividade.

Outrossim, que promova a construção de um sentimento de valorização, de aceitação dos seus membros diante da pluralidade de expressões pessoais e culturais e crie conexão entre a oportunidade de crescimento pessoal com a oportunidade de servir uns aos outros. Esses são grandes eixos e desafios para o desenvolvimento das bases e estrutura de organizações associativas locais que busquem o desenvolvimento das comunidades de forma sustentável.

Ademais, por sua relevância e papel estratégico no processo de desenvolvimento, Pelegrini (2015), ressalta a importância das organizações associativas para os países em desenvolvimento, uma vez que estas contribuíram com o sucesso na implementação das políticas de desenvolvimento rural, com destaque para as agências internacionais, os governantes do mundo em desenvolvimento, os planejadores e os pesquisadores, que passaram a ressaltar o papel da cooperação e suas instituições na intensificação do desenvolvimento.

Compreende-se que as associações e cooperativas favoreceram o processo de desenvolvimento, introduzindo mudanças no contexto local, oportunizando novas formas de participação política, estimulando novos padrões de relacionamentos com os movimentos sociais e com a administração municipal (GERALDO e LOPES, 2021). Com isso, ressalta-se ainda, a importância das organizações associativas para o processo de modernização da agricultura empreendido no Brasil.

De acordo com Aguiar (2007), em todo o processo de desenvolvimento social brasileiro, as estratégias cooperativistas passaram a ser mecanismos para superação das contradições. Assim, as teorias sobre o associativismo e cooperativismo seguiram duas tendências: a de apelos idealistas de união e solidariedade e a de cunho mais crítico, destacando o reducionismo econômico, que iguala essas organizações a de qualquer outra empresa. Nessa premissa, o autor reforça que:

No Brasil, o processo de associativo se fortaleceu no campo com a constituição das ligas camponesas, intensificadas pela organização dos produtores familiares, que precisavam minimizar seus custos de produção. Passaram a formar grupos para adquirir insumos, máquinas, equipamentos a preços mais competitivos e, posteriormente, uniram-se para comercializar sua produção junto às grandes cooperativas. Mais tarde, vieram as associações de moradores e as federações, a reestruturação produtiva, as novas tecnologias e a política neoliberal que trouxeram também novos atores e estas organizações econômicas e sociais. É possível destacar ainda, o Movimento dos Sem Terras (MST), a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas (Anteag) e os Sindicatos de Trabalhadores. Também merecem referência as redes incubadoras das Universidades e a enorme gama de organizações não-governamentais (ong's) que contribuíram para a construção e fortalecimento da organização coletiva da nossa sociedade civil (AGUIAR, 2007, P.103).

Segundo Geraldo e Lopes (2021, p.9), no Brasil no século XXI, em virtude da crise econômica vivida no país e à modernização da agricultura com viés capitalista, os agricultores familiares se organizaram em associações e cooperativas em busca do desenvolvimento, objetivando não apenas unificar as comunidades em prol de melhorias, mas também, utilizar essas instituições como mediadoras entre a comunidade e os poderes públicos, facilitando a articulação de parceiras e a implementação de projetos importantes para o desenvolvimento local, ressaltando que:

As associações e cooperativas são as principais ações coletivas adotadas pela agricultura familiar para suprir algumas demandas de sua produção ou falta de recursos para aumentar a capacidade da mesma. Desta forma, são vistas como alternativas para acessar mercados, gerar renda e condições de permanência dos agricultores familiares em suas atividades no meio rural (GERALDO e LOPES, 2021, P.9).

Depreende-se ainda que, embora muitas associações tenham sido induzidas a se constituírem pela ação governamental, não se pode negar a importância do capital social no seu processo formativo, contribuindo para construção de relações de confiança, solidariedade, cooperação, reciprocidade e participação (COSTA et al, 2017).

De acordo com Alcantara e Lisboa (2019), nessa conjuntura de luta, frente a tantas desigualdades, o associativismo rural tem papel preponderante, uma vez que no processo histórico do espaço rural brasileiro apenas agricultura patronal era considerada como vetor do desenvolvimento. Por conseguinte, todos os investimentos eram direcionados para esse ramo de produtividade, deixando os pequenos produtores rurais à margem do processo e subordinados ao desemprego e à exploração.

Nesse hiato, em meio a lutas coletivas e organizadas, com apoio sindicatos rurais e movimentos sociais, os trabalhadores rurais obtiveram notoriedade e passaram a ser reconhecidos como categoria social, garantindo uma nova dinâmica para o espaço rural. Nesse sentido, Leonello, (2010), afirma que:

Essa nova ordem exige uma maior articulação das organizações dos trabalhadores na área rural, em defesa dos seus interesses coletivos. Por sua vez, a questão agrária ganha uma nova dimensão: ressurgem com vigor a luta pela terra e, ao mesmo tempo, a luta contra exclusão social e pela cidadania, com o apoio das associações de pequenos produtores rurais(...) (LEONELLO, 2010, p.42).

É importante ressaltar, conforme Alcantara e Lisboa (2019), que a valorização e o reconhecimento formal da agricultura familiar¹⁵ se deve à organização dos agricultores rurais e apoiadores, que lutaram pela criação de políticas específicas, relacionadas a instrumentalização das atividades, a fim de geração de empregos, aumento e distribuição de renda, contribuindo para o desenvolvimento local.

¹⁵ Agricultura Familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. A [Lei 11.326, de 24 de julho de 2006](#), define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>)

Nessa conjuntura, o acesso à terra é um elemento importante na reorganização social das famílias de trabalhadores rurais, mas é fundamental que os lotes de terra e produção em escala reduzida possam ter níveis de produtividade agrícola competitivo e serviços de Assistência Técnica (ATER)¹⁶ que promovam o acesso a conhecimentos e tecnologias, que levem a uma maior produtividade integrada ao escoamento dos mercados.

Além de considerarem de forma mais contundente, esforços na superação da contradição e da tensão dialética de “criar de cima para baixo” as associações que precisam ser a expressão da organização de uma comunidade com identidade, visão, missão e busca pelo desenvolvimento.

Sendo assim, a partir desse entendimento considera-se que as associações e cooperativas são fundamentais para a construção de estratégias de acesso aos canais de mercado de forma competitiva e sustentável, a exemplo das feiras de agricultura familiar ou feiras agroecológicas, programas de compras institucionais, como o Programa de aquisição de Alimentos (PAA)¹⁷ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁸.

Nessa direção, Sangalli (2015) acrescenta que o esforço na construção de uma vivência associativa é fundamental para a potencialização do acesso aos mercados da agricultura familiar e a permanência das famílias nos assentamentos rurais, pois:

¹⁶ É relevante destacarmos que no Brasil, a gênese dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) emerge no final da década de 1940, quando foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), no estado de Minas Gerais, em 1948.

¹⁷ **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. A execução do programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes” (Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.2021. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>).

¹⁸ **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2021. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>).

Diante dos desafios e potencialidades da agricultura familiar, os pequenos produtores, por meio da associação, tendem a melhorar a atuação no mercado e, portanto, o desempenho econômico, o que faz com que o associativismo passe a ser um mecanismo relevante para a construção de um ambiente favorável à permanência dos habitantes dos assentamentos rurais (SANGALLI, 2015, p.226).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o associativismo e o cooperativismo contribuem para o fortalecimento da classe trabalhadora, integrando pessoas na busca dessa visão de futuro e com capacidades para romper as barreiras do individualismo e da dependência do Estado, desenvolvendo-se em prol da superação e atendimento das suas necessidades reais. Bem como na superação da sua condição de pobreza pela ausência de acesso a direito a uma cidadania digna, ao acesso ao mercado e à melhoria das condições de vida do coletivo.

Isso posto, Sangalli (2015) destaca o associativismo e o cooperativismo como mecanismos importantes e impulsionadores do crescimento das atividades agrícolas e da renda familiar, afirmando que:

Tanto o cooperativismo quanto o associativismo podem ser entendidos como mecanismos de minimização de empecilhos ao crescimento das atividades agrícolas. Ao possibilitarem crescimento da renda e, por conseguinte, uma série de efeitos de encadeamento diretos e indiretos, em diversas atividades, ambos podem contribuir com a dinamização do sistema econômico, fenômeno essencial ao desenvolvimento” (SANGALLI, 2015, p.228).

Ressalta-se que o associativismo e o cooperativismo contribuem também para o acesso às informações sobre programas sociais, direitos da classe, tecnologias alternativas, produção e geração de renda para o desenvolvimento das atividades produtivas mais viáveis (agrícolas e não-agrícolas) que envolvam também jovens e mulheres, estratégias e canais de comercialização (públicos e privados), incluindo o acesso ao uso e ao conhecimento de ferramentas de internet para inserção no mercado.

Portanto, capacitações para gestão dessas organizações devem pautar a construção de competências e habilidades nos âmbitos pessoal e grupal, superando o paradigma de uma metodologia que repassa conhecimentos para uma

metodologia que contribua para o autoconhecimento pessoal e comunitário, culminando numa ação prática e efetiva em prol do “ideal e sustentável” da comunidade.

Nesse cenário, exemplificando uma situação prática, tem-se aquelas cooperativas que fomentam a produção de alimentos em outras bases, orgânicas e agroecológicas, em que se favorece a sustentabilidade nas práticas produtivas, em que se reconhece a relevância da produção no seio da agricultura familiar, ao mesmo tempo que garante a preservação do meio ambiente.

Verifica-se, pois, que as cooperativas e as associações, respeitadas as suas devidas posições, têm compromissos com o desenvolvimento econômico e socioambiental em suas regiões de inserção, para tanto, devem respeitar as peculiaridades e a vocação local, além de monitorar as ações de participação social dos atores, direta e indiretamente, envolvidos no desenvolvimento sustentável na área de influência dessas comunidades.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Segundo Minayo (1999, p.23) pesquisa é “a atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade [...] um processo intrinsecamente inacabado e permanente”. Com esse conceito, utilizou-se nessa pesquisa o método crítico dialético de Marx, que considera importantes as contradições existentes, a fim de compreensão do todo, uma vez que a abordagem dialética “busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (MINAYO, 2001, p.24).

Conseqüentemente, esse método apresentou-se relevante para o desenvolvimento desse estudo, uma vez que, ao longo do processo de construção das Vilas Produtivas Rurais, objeto de estudo desta pesquisa, foram consideradas diversas questões a serem observadas e aprofundadas, dadas suas dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais, dentre outras geradoras de conflitos e interesses por parte dos atores sociais e institucionais envolvidos.

Uma vez que a realidade social é essencialmente dinâmica, compreende-se a importância de que a natureza desta pesquisa seja qualitativa, uma vez que:

É um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano [...] e honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação (CRESWEL, 2010, p. 26).

Ressalta-se que a finalidade é explorar a diversidade de opiniões e representações sobre o assunto em questão, possibilitando analisar o conjunto de informações, dando voz aos sujeitos da pesquisa. Dessa forma, as abordagens qualitativas nelas utilizadas foram: pesquisa bibliográfica acerca do desenvolvimento sustentável, participação social, associativismo; bem como, a pesquisa a documentos institucionais, a aportes teóricos, a fontes documentais do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e junto à Empresa responsável pelo

acompanhamento aos Programas Básicos Ambientais no Projeto de Integração do rio São Francisco, facilitado pelo fato da pesquisadora fazer parte da equipe técnica responsável pelo acompanhamento ao Programa de Reassentamento das Populações (PBA-08), no qual as VPR's se inserem. Além de ter contato direto com o público-alvo da pesquisa e acesso aos relatórios técnicos de acompanhamento e intervenções, atas e demais fontes de acervos do projeto.

Dentre essa base documental, destacam-se o Plano de Reassentamento das famílias atingidas pelas obras do PISF, o qual teve como referencial as sugestões propostas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial – Atingidos por Barragens, instituído pelo decreto s/n de 10/10/2003, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2003, em que visando atender os objetivos, diretrizes e critérios definidos no Programa de Reassentamento das Populações foram elaborados planos específicos, considerando os Eixos de Obras (Leste e Norte) e os Estados atingidos (Plano de Reassentamento, 2005).

Além do Plano de Reassentamento, foram utilizados documentos institucionais como base para essa pesquisa, tais como:

- a) Plano de Sustentabilidade, 2008;
- b) Relatório Socioeconômico e Ambiental das Vilas Produtivas Rurais, 2011;
- c) Caracterização Social e Física das Vilas Produtivas Rurais implantadas no Estado da Paraíba, 2016;
- d) Plano de Ação das Atividades Produtivas e Capacitações, 2018;
- e) Relatório Anual de nº 20. RA_20_PISF_PBA08_LI, 2019;
- f) Diagnóstico Socioproductivo das Vilas Produtivas Rurais da Paraíba, 2020;
- g) Relatórios de Acompanhamento Social junto às famílias beneficiárias do Projeto, 2009 a 2021.

Considerando o envolvimento da pesquisadora com os grupos trabalhados, outra estratégia qualitativa utilizada foi a realização de pesquisa de campo participativa, sendo um dos meios de levantamentos de dados, a aplicação de

entrevistas semiabertas junto aos principais atores sociais e institucionais diretamente envolvidos no processo.

Vale enfatizar que, por sua importância, a entrevista é vista como um dos principais métodos para aferição e apreensão de experiências e dos resultados obtidos, dentro da lógica de compreensão e interpretação dos atores envolvidos na dinâmica do processo. Prima por evidenciar o ponto de vista dos sujeitos ouvidos na pesquisa, de forma a permitir que suas perspectivas e posições sejam consideradas e afirmadas (CARVALHO, 2019:26).

Foram realizados como instrumentos de pesquisa, entrevistas semiestruturadas junto a representantes das diretorias das Vilas Produtiva Rurais Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, bem como junto a representantes de instituições parceiras, além de entrevistas realizadas com os técnicos contratados pelo MDR, responsáveis pelo acompanhamento às famílias reassentadas.

No que se refere aos grupos focais, segundo Kitzinger (2000), são formas de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo), a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

Ainda, de acordo com Gondim (2002), o grupo focal ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. De acordo com (FLICK, 2002, p. 128), os grupos focais podem ser vistos também como um "protótipo da entrevista semiestruturada" e os resultados obtidos por meio desse tipo de entrevista, e assim, objetivando maior aprofundamento de informações consideradas relevantes para a análise das questões abordadas.

Nessa perspectiva, é possível realizar uma abordagem selecionando atores diretamente envolvidos no processo, com conhecimento das circunstâncias que envolvem o objeto estudado e com disponibilidade para participar da pesquisa.

Nessa perspectiva, as entrevistas foram realizadas nas áreas em que esses representantes se inserem/atuam, a fim de garantir a participação efetiva dos envolvidos e não comprometer os resultados desejados.

3.2- LOCAL E PARTICIPANTE DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida tendo como espaço de referência as Vilas Produtivas Rurais Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, localizadas respectivamente em Cajazeiras, São José de Piranhas e Monteiro, municípios do Estado da Paraíba, as quais representam 03 (três) das 18 (dezoito) vilas implantadas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Relação das VPR's estudadas.

EIXO	VPR	Município	UF	Total de Famílias Reassentadas
Norte	Cacaré	S. J. de Piranhas	PB	120
	Bartolomeu	Cajazeiras		24
Leste	Lafayette	Monteiro		61
TOTAL				205

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021.

Além das famílias, participaram também da pesquisa, lideranças das associações, representantes de instituições parceiras das associações implantadas nas VPR's pesquisadas, bem como, a equipe responsável pelo acompanhamento social às famílias reassentadas, sendo realizadas, no total, 22 (vinte e duas) entrevistas semiestruturadas (vide apêndice).

3.3 PROCEDIMENTOS E ETAPAS DA PESQUISA

Para atender aos objetivos centrais dessa proposta, foram utilizados como procedimentos metodológicos, além das entrevistas semiestruturadas, oficinas

com metodologias participativas, durante as quais foram trabalhadas a construção da Linha de tempo ¹⁹ e Matriz SWOT ²⁰, com questões direcionadas ao Desenvolvimento Sustentável e temas voltados para meio ambiente, produção e renda, participação e associativismo e Infraestrutura, questões consideradas como potencializadoras do processo de sustentabilidade dessas vilas.

Considera-se que refletir ou analisar as dinâmicas sociais, as relações socioeconômicas, os posicionamentos e as reflexões dos reassentados sobre seu processo de transferência para um outro território, seja ele próximo ou distante, constitui-se numa tarefa bastante difícil, haja vista as várias nuances envolvidas, os descontentamentos, as resistências e os conflitos provocados por uma mudança compulsória.

Embora, seja fundamental conhecer e medir as ações implementadas pelo empreendedor, com vistas a minimização e/ou compensação de impactos, há vários outros fatores que positivamente ou negativamente impactaram na percepção do beneficiário e na sua reprodução social dentro do reassentamento.

Dessa forma, para potencializar a obtenção dos dados, foi elaborada uma matriz de articulação socioeconômica, na qual constam as ações em desenvolvimento nas 03 (três) VPR's pesquisadas, como fruto das ações desenvolvidas pela própria comunidade, a fim de análise do seu processo organizacional, social e produtivo, bem como a capacidade de articulação de cada uma delas até o presente momento.

Destaca-se que reconhecendo essas possibilidades e vendo que muitas delas se manifestaram nas falas e nas reações de alguns beneficiários, compreende-se melhor que há elementos subentendidos e nem sempre esclarecidos que precisaram ser vistos ou revisados, exigindo uma releitura de todo o contexto.

¹⁹ Metodologia que busca resgatar fatos e processos históricos que colaboraram para a construção de um diagnóstico e avaliação de processo socioambiental ao longo do tempo referente a um determinado grupo, entidade e processo socioambiental.

²⁰ A matriz S.W.O.T (*Strenghts* – Forças; *Weaknesses* – Fraquezas; *Opportunities* – Oportunidades e *Threats* – Ameaças) é uma ferramenta estratégica que permite analisar o ambiente em que uma organização está inserida, considerando os fatores internos e externos que influenciam suas rotinas, seja de forma direta ou indireta. O objetivo principal da S.W.O.T. é auxiliar a organização nos processos de tomada de decisão, a partir da definição das suas forças e fraquezas (variáveis internas), oportunidades e ameaças (variáveis externas).

Observa-se que que, a partir dos tópicos levantados na matriz socioeconômica, foi possível realizar uma “Análise Comparativa de Potencialidades e Limitações”, das vilas analisadas, proporcionando a compreensão dos seus processos evolutivos e construção de ações com vistas à sustentabilidade.

Embora a estratégia metodológica inicial tenha buscado realizar a diferenciação entre as vilas trabalhadas, a fim de categorizar o nível em que cada uma delas se encontravam, no que se refere à construção do processo de desenvolvimento sustentável, na prática, a dificuldade de uma imersão maior na pesquisa de campo, em virtude do contexto da pandemia, foi difícil trabalhar as etapas necessárias para a consecução dessa etapa mitológica.

Ressalta-se que, conforme Freitas (2016), essa estratégia de análise metodológica, por meio da diferenciação, apresenta-se como capaz de instrumentalizar a compreensão de fenômenos sociais complexos, pois baseia-se numa estratégia classificatória, permitindo mais segurança no planejamento e execução das ações interventivas, desenvolvidas por equipes multidisciplinares, na premissa de que especialidades de saber se perpassem e se interpõem, possibilitando a estruturação de proposta de acompanhamento e análise da sustentabilidade de grupos sociais.

Todavia, a despeito desta dificuldade, todas as etapas dessa pesquisa visaram incorporar uma perspectiva de análise integradora das dimensões e processos socioambientais pertinentes ao Desenvolvimento Local Sustentável das VPR's e reassentamentos em condições semelhantes.

A partir deste olhar, a relevância da pesquisa justifica-se pelo fato de que os resultados da análise poderão influenciar uma melhor intervenção técnica e, mais que isso, contribuir com um maior envolvimento e participação dos atores sociais locais envolvidos no processo de construção coletiva, favorecendo o desenvolvimento sustentável das comunidades em que vivem.

Dessa maneira foi possível sistematizar os resultados obtidos por cada uma dessas vilas, elencando as principais conquistas e entraves vivenciados pelos agricultores nas articulações de parcerias instituições, possibilitando uma reflexão sobre a importância da articulação institucional e social, e do protagonismo local

para o alcance da sustentabilidade. Além de oferecer estratégias a partir das suas demandas e realidades para auxiliar os assentados a alcançarem o desenvolvimento sustentável das vilas.

Haverá, portanto um esforço teórico-metodológico no sentido de interligar as observações empíricas e os objetivos de pesquisa, a perspectiva teórica e a metodologia utilizada, buscando a confrontação sistemática com o processo de interpretação, para melhor entendimento da realidade dos reassentados.

3.4 CONSTRUÇÃO DO PRODUTO FINAL

Como produto final dessa pesquisa, foi construído, com a participação das lideranças das 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais (VPR's) implantadas pelo PISF, um site social, objetivando promover as ações desenvolvidas dentro do reassentamento, sobretudo, propiciar um ambiente de interação e troca de experiências entre os diversos atores sociais envolvidos no processo, bem como permitindo que suas experiências possam ser usadas como referências para outras comunidades.

O site das VPR's, cujo endereço é <https://vilasprodutivasrurais.com.br/>, está sob a responsabilidade do presidente da associação da VPR Cacaré, o qual, por sua vez, é também o presidente do Fórum das VPR's, espaço constituído por lideranças das 18 (dezoito) VPR's, com o objetivo de discutir coletivamente as questões relativas aos reassentamentos, bem como, construir ações coletivas, reivindicar e questionar ações pendentes junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional (órgão empreendedor) e articular parcerias institucionais.

A manutenção do site é de responsabilidade das VPR's, que irão verificar/cuidar continuamente deste espaço, comprometendo-se com as atualizações de conteúdo, ou seja, o site em questão é de domínio das VPR's e será sistematicamente alimentado e atualizado por suas lideranças, tendo sido capacitada uma pessoa da comunidade responsável por esta ação.

4. O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

4.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PISF NA REGIÃO DO NORDESTE SETENTRIONAL

Na região semiárida do Nordeste, as secas se constituíram uma grande ameaça à sua população, assombrando por séculos a vida do povo sertanejo. Contudo, os impactos advindos dos longos períodos de estiagem continuam até hoje, representando crises econômicas e sociais que se ampliam e se perpetuam pela incipiência das políticas públicas implementadas e pela falta de gestões administrativas eficientes.

Nesse contexto, é sabido que a seca é um dos fenômenos naturais de maior ocorrência no mundo, e embora, se constitua um fenômeno natural é agudizada pela ausência de políticas públicas eficazes, conseqüentemente, favorecendo os desastres sociais e ambientais e a culminância de um cenário de descaso para com uma região historicamente desprezada, cuja miséria é retratada na obra “ Os Sertões” de Euclides da Cunha, que se eterniza nos “Sertões” da desigualdade, da injustiça social e das concentrações de terras, preconizada por um discurso determinístico, preconceituoso e incoerente com a sua realidade.

Dados da SUDENE (2020) retratam que cerca de 26,62 milhões de brasileiros vivem na região do Semiárido, ocupando aproximadamente um quinto do território nacional, o qual é abrangido por 1.262 municípios, situados nos estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, conforme critérios de delimitação aprovados pelas Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene de nº 107, de 27/07/2017 e o de nº 115 de 23/11/2017.

Nesse cenário, Silva (2017, p.66), acrescenta que a região semiárida do Nordeste é composta por uma área total de 700 mil km², na qual vivem cerca de 23 milhões de brasileiros, dos quais “quatro milhões de camponeses sem terra, marcados por uma relação telúrica com a rusticidade física e ecológica dos sertões, sob uma estrutura agrária particularmente perversa”.

A discussão sobre a seca e as possíveis estratégias de combatê-la, sempre pautaram os discursos políticos e reflexões acerca da necessidade de adoção de medidas de combate ou convivência, sendo essas, em sua maioria, intervenções paliativas, advindas, sobretudo, nos períodos de longas estiagens, que pouco contribuíram para a minimização de um quadro permeado por contradições, desigualdades e exploração, exacerbando as mazelas sociais existentes na região, tais como: a fome, a miséria, o descaso e a falta de ações estruturantes, com capacidade de reverter as desigualdades sociais existentes ao longo de todos esses anos. Pois, embora, é sabido que a seca não é a geradora dos problemas sociais existentes nessa região, ela contribui para a intensificação desses problemas (SILVA, 2017).

Destarte, é nesse cenário de miséria e de crise hídrica, que foi implementado o Projeto de Integração do São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), mais conhecido como o “Projeto da Transposição do São Francisco”, objetivando assegurar a oferta de água para uma população que há décadas sofre com a sua escassez em virtude das irregularidades das chuvas. O projeto propõe levar água para 12 (doze) milhões de pessoas em 390 (trezentos e noventa) municípios do semiárido brasileiro, no intuito de mudar o cenário e o enredo da região.

Dessa forma, o PISF, apresenta-se como uma importante proposta de redução dos impactos da seca de uma parte do Semiárido Nordeste, destacadamente nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte (BRASIL, MDR, 2021). Além de oferecer abastecimento de água para consumo humano e dessedentação animal, o PISF objetiva ainda a regularização dos açudes (sinergia hídrica), sendo considerada atualmente a maior obra de infraestrutura hídrica para usos múltiplos em execução no país.

Vale enfatizar que o PISF não se destina apenas a região semiárida dos quatro Estados acima destacados, pois seu arcabouço envolve a construção de importantes ramais que alimentarão outras regiões necessitadas de água, como é o caso do Ramal do Agreste, o qual é integrado ao Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco, que possui um sistema adutor que irá beneficiar uma população de mais de 2,2 milhões de habitantes de 71 cidades de

Pernambuco, garantindo oferta hídrica para a Região do Agreste de Pernambuco (BRASIL, MDR, 2021).

Outra obra complementar ao PISF é o Cinturão das Águas, que, executada pelo Governo do Estado do Ceará em parceria com o Governo Federal, é considerada vital para levar a água da Transposição do Rio São Francisco até o Açude Castanhão, responsável pelo abastecimento da cidade de Fortaleza e demais municípios da sua Região Metropolitana, a qual atualmente vive o déficit da falta de água, em virtude do seu principal reservatório de abastecimento, dispor de apenas 3,69% de sua capacidade máxima.

Além do Ramal do Agreste e o Cinturão das Águas, há outros ramais propostos, os quais embora não tenham sido iniciados, são considerados importantes para o abastecimento humano das populações que residem dentro da linha de extensão do projeto, como é o caso do Ramal do Apodi, mais uma obra complementar do PISF, com previsão de distribuição de água para a população do Rio Grande do Norte, que por meio do Eixo Norte do PISF, abastecerá 54 municípios das regiões do Médio e Alto Oeste desse Estado, incluindo sua segunda maior cidade (Mossoró).

Nesse contexto, é importante enfatizar que a estratégia norteadora de utilização das águas do rio São Francisco, esteve na pauta política brasileira desde a época de Dom Pedro II, período em que já se vislumbrava possíveis soluções para os problemas decorrentes das secas dessa região, utilizando-se das águas do São Francisco a partir da utilização do São Francisco. À vista disso, a Agência Senado (2017) afirma que:

Embora só agora se torne realidade, o sonho de fazer o sertão virar mar tem pelo menos dois séculos. O primeiro plano de transposição de que se tem notícia remonta à década de 1810, no fim da Colônia, mas a ideia só começaria a ser levada a sério anos mais tarde, no Império. Dom Pedro II esteve bem perto de executar o “encanamento” (a palavra usada na época) das águas do Rio São Francisco (AGÊNCIA SENADO, 2017).

Segundo a Agência do Senado (2017), há documentos históricos que estão sob a guarda do Arquivo do Senado e do Arquivo da Câmara que comprovam a existência de vários projetos de lei prevendo a “Transposição”. No entanto, a

idealização do projeto passou pelas mãos dos senadores e deputados do Segundo Reinado, bem como por diversos outros políticos ao longo desses dois séculos, porém só passou a ser uma realidade no governo do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, o referido órgão acrescenta que:

No século 19, o Senado e a Câmara analisaram tanto os projetos de lei que criavam comissões de engenheiros para desenhar o trajeto dos canais de água quanto os projetos que liberavam as verbas necessárias para tirá-los do papel. Os primeiros foram aprovados. Os segundos, não. (...) O plano de irrigar pontos do semiárido com água do São Francisco ressurgiria de tempos em tempos. Presidentes como Epiácio Pessoa, João Figueiredo e Itamar Franco tentaram executar a obra, sem êxito. As prioridades acabaram sendo os açudes, os poços artesianos e as cisternas. (...) Após dois séculos de promessas, os canais do Rio São Francisco começaram a ser abertos em 2007, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (AGÊNCIA SENADO, 2017).

É notório que apesar de ter sido um projeto em discussão há mais de dois séculos, a execução do PISF ocorreu em meio a conflitos e polêmicas, cabendo destacar que com relação ao seu processo de implementação, exigia-se de seus gestores desafios específicos, muito mais que capacitação técnica e administrativa de gestão e monitoramento, estes também precisavam apresentar “habilidades políticas para articulação de interesses e construção de consensos” (LOUREIRO, 2013, p.26).

Assim, cabe destacar que o projeto foi formalmente concebido em 1985 pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento – (DNOS), posteriormente transferido para o Ministério da Integração Nacional com acompanhamento de vários ministérios e pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco ²¹ (CBHSF). Já em agosto de 1994, no governo do presidente Itamar Franco, foi declarado que os estudos sobre o potencial hídrico e bacias das regiões semiáridas

²¹ O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF é um órgão colegiado, integrado pelo poder público, sociedade civil e usuários de água, que tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia, na perspectiva de proteger os seus mananciais e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. Para tanto, o governo federal lhe conferiu atribuições normativas, deliberativas e consultivas. Criado por decreto presidencial em 5 de junho de 2001, o comitê tem 62 membros titulares e expressa, na sua composição tripartite, os interesses dos principais atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos da bacia. Em termos numéricos, os usuários somam 38,7% do total de membros, o poder público (federal, estadual e municipal) representa 32,2%, a sociedade civil detém 25,8% e as comunidades tradicionais 3,3% (CBHSF, 2021).

dos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, eram de interesse da União.

Segundo (AVEIRO, 2019), durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, dando prosseguimento à proposta, foi assinado o documento Compromisso pela Vida do São Francisco, o qual propôs a Revitalização do rio São Francisco e a construção dos canais de Transposição do rio São Francisco, contemplando o Eixo Norte, o Eixo Leste, Sertão e Remanso. Todavia, justificando a inviabilidade da intervenção técnica em virtude da insuficiência hídrica do rio São Francisco, em 2001 o projeto foi arquivado.

Em junho de 2003, mesmo ano em que assumiu a Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva promulgou um decreto designando à Vice-Presidência da República, sob a coordenação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composta pelos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente, do Planejamento, do Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Casa Civil, “analisar propostas existentes para viabilizar a transposição de águas para o semiárido nordestino”. No entanto, “a responsabilidade direta desse projeto foi assumida pelo Ministério da Integração Nacional (MI)”, atualmente Ministério do Desenvolvimento Regional (SARMENTO, 2005, p. 34).

Partindo da análise dos estudos já realizados pela Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais (FUNCATE²²) e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE²³), o GTI realizou demais estudos e articulações

²² A Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais – FUNCATE, foi instituída em 02 de dezembro de 1982, como entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no País. Como entidade de direito privado, sem fins lucrativos, goza de autonomia patrimonial, financeira e administrativa na forma da lei. Rege-se através de Estatuto, Regimento Interno e demais dispositivos legais aplicáveis, e suas ações estão sujeitas ao controle e fiscalização do Ministério Público Estadual, dos órgãos de controle e dos órgãos financiadores em projetos específicos. Desde 1996 atua como fundação de apoio do INPE, nos termos da Lei nº 8.958/94. Atualmente, está autorizada a também exercer o papel de fundação de apoio a outras instituições governamentais do País. (FUNCATE, 2021).

²³ O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, é uma instituição pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Foi criado em 1961 com o objetivo de capacitar o país nas pesquisas científicas e nas tecnologias espaciais. Ao longo dos anos, suas atividades se ampliaram e a importância dos estudos vão desde assuntos complexos sobre a origem do Universo a aplicações de ciências como nas questões de desflorestamento das nossas matas. O Instituto é centro de excelência, e referência internacional, em pesquisas de ciências espaciais e atmosféricas, engenharia espacial, meteorologia, observação da Terra por imagens de satélite e estudos de mudanças climáticas. (INPE, 2021).

políticas, a fim de viabilizar a implementação do Projeto de Transposição do rio São Francisco com outras bacias hidrográficas. Dessa forma, dois meses depois o vice-presidente da República, José Alencar, apresentou o Plano do São Francisco, no qual apresentava a substituição do termo “transposição das águas” por “integração de bacias”.

Embora, o Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF, tenha sido lançado em 2003, ele foi iniciado apenas em 2007, em virtude dos vários percalços políticos e jurídicos sofridos ao longo do processo de implementação. Nesse contexto:

Em decorrência de inúmeros conflitos e negociações em torno de seu desenho, o projeto passou a ter seu objetivo ampliado, incluindo a revitalização das águas do rio. Na medida em que o projeto inicial implicava ameaça de perdas significativas para Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas não só em termos de vazão de água, mas também de recursos orçamentários para outras obras nesses estados, o projeto mobilizou muitos opositores, o que explica o bloqueio sofrido e a necessidade de intensas negociações para transformar as perdas eventuais em ganhos compensatórios e mesmo os baixos índices de execução do cronograma de obras (LOUREIRO, 2013, p.13).

Sendo assim, aliada a toda essa discussão, houve uma grande preocupação com a importante bacia hidrográfica do rio São Francisco, refletida, principalmente, no controle social exercido pelos atores políticos na esfera federativa, no Congresso e na sociedade civil organizada, e também o papel desempenhado pelos órgãos de controle, tais como: Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público (MP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Controladoria Geral da União (CGU).

Destaca-se, nesse contexto, que as fiscalizações exercidas pelos órgãos de controle afetaram os resultados das decisões políticas sobre a implementação do projeto, principalmente se considerarmos as ações licitatórias necessárias para a execução das obras, as ações de defesa do meio ambiente e de garantia de direitos de populações atingidas pelo empreendimento. Entretanto, se por um lado essas discussões representaram atrasos no calendário de obras, por outro trouxeram avanços significativos, conforme Loureiro (2013):

A despeito de todas as controvérsias e dos numerosos conflitos que acabaram gerando ações na Justiça, deve-se destacar que o PISF se beneficiou de processos importantes de aprendizagem democrática. Como o próprio presidente do Comitê de Bacia afirmou em entrevista, hoje, no Brasil, não há mais espaço para empreendimentos que desprezam o impacto ambiental e os direitos das populações afetadas com desapropriações, como ocorrera em obras de Itaipu e Sobradinho (LOUREIRO, 2013, p.21).

A partir disso, como etapa processual, atendendo as exigências dos órgãos de controle, a Equipe Interministerial promoveu audiências públicas nos estados beneficiados pelas águas do São Francisco e nos demais estados abrangidos pelo projeto, reunindo-se com órgãos financeiros nacionais e internacionais e levando a discussão do projeto para o Senado e para a Câmara dos Deputados, articulando-o politicamente. Esse trabalho resultou no Plano São Francisco – Plano de Sustentabilidade Hídrica do Semiárido Brasileiro, o qual foi consolidado no Relatório Técnico Conclusivo, elaborado em outubro de 2003 (SARMENTO, 2005).

O Relatório Técnico Conclusivo englobou também o Programa de Revitalização do São Francisco²⁴, Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas, Projetos de Acumulação e Distribuição de Água, Ações Localizadas de Infraestrutura e Ações de Gestão de Recursos Hídricos. Enfatiza-se que o referido relatório apresentava programas e estudos complementares e condicionantes ao projeto de transposição e evidenciava a importância de que fosse realizada a revitalização da

²⁴ O Programa de Revitalização do Rio São Francisco representa um esforço comum de articulação e integração entre vários órgãos de governo em todas as esferas e a sociedade civil, todos imbuídos do propósito de promover a revitalização e o desenvolvimento em base sustentável da bacia e alcançar a governabilidade desejada, reconhecida como chave para a gestão mais equitativa, eficiente e sustentável dos recursos naturais. As ações desse programa foram elaboradas de acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei no 6.938/1981), a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei no 9.433/1997) e a Política Nacional de Saneamento (Lei no 11.445/2007). No período 2004-2006, segundo o MI,7 o programa executou ações cujo montante de recursos atingiu R\$ 194.692.520,00, constando de obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco; monitoramento da qualidade da água; reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas; e controle de processos erosivos para conservação de água e do solo, nos estados de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Bahia e de Minas Gerais. Em agosto de 2016, o governo federal relançou o projeto de revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco (BHSF) sob o nome Plano “Novo Chico”. Tal iniciativa foi inscrita no ordenamento jurídico brasileiro sob a forma do Decreto no 8.834 daquele mesmo ano. A partir desse marco, uma equipe com profissionais de diversas instituições públicas foi reunida a fim de cooperar para elaboração de um planejamento detalhado do que viria a ser essa nova iteração da revitalização do São Francisco” (IPEA, 2019).

bacia do rio São Francisco, a fim de que a obra de transposição pudesse se desenvolver (SARMENTO, 2018, p. 209 a 211).

Vale salientar que a proposta de projeto apresentada pelo governo Lula foi praticamente a mesma apresentada pela gestão do governo FHC, porém com algumas pequenas mudanças, como por exemplo, uma média menor de retirada das águas do rio São Francisco. Ademais, considera-se, que foram utilizados os mesmos discursos técnicos e os estudos hídricos para a inserção regional da Transposição, justificada pela necessidade da racionalidade dos recursos hídricos, propondo uma “sofisticada gestão da vazão dos canais, a fim de que houvesse o mínimo de desperdício e o máximo de aproveitamento das águas transpostas no nordeste setentrional” (SACCONI, et al 2019, p.12).

Brasil (2004), defende que, o objetivo técnico, o qual foi designado sob o conceito de sinergia hídrica²⁵, propõe que uma parcela adicional de vazão do rio São Francisco fosse destinada à redução das diferenças regionais causadas pela desigual oferta de água entre bacias e populações. Nessa perspectiva:

Quando a represa de Sobradinho (BA) estivesse na iminência de verter, a vazão mínima de retirada de água do rio, que é 26,4m³/s para abastecimento, poderia ser aumentada para até 127m³/s, sendo destinada a atividades que estimulassem o desenvolvimento regional, como, por exemplo, a irrigação. Desta forma, a ideia da sinergia hídrica foi usada como discurso de uma racionalidade que permitiria regular a vazão, operar os reservatórios, sem que se comprometesse a disponibilidade da bacia, sem prejudicar o desenvolvimento local dos estados doadores (SARMENTO; MOLINAS, 2011, p. 3).

Embora, configurando-se como uma importante solução de engenharia e com a proposta de garantir a sustentabilidade hídrica da região nordestina vitimada pela seca, a obra do PISF foi executada em meio a embates e conflitos ideológicos e

²⁵ A sinergia hídrica é consequência da garantia da disponibilidade de água, uma vez que haverá uma fonte de água permanente, o rio São Francisco, para socorrer os açudes estratégicos do Nordeste Setentrional. Os açudes não precisarão mais ficar tão cheios para garantir o suprimento de água nos anos secos. Segundo o RIMA, o planejamento integrado de gestão conjunta e racional da água vai permitir que a quantidade de água dos açudes do Nordeste Setentrional perdida por evaporação e sangramento seja muito menor. Essas perdas, que não ocorrerão mais, representam um ganho de água na região – é a sinergia hídrica. A sinergia hídrica faz com que as vazões disponíveis nos grandes açudes aumentem mais do que os volumes transferidos do rio São Francisco (AQUINO,2019).

políticos. Como embates e conflitos, pode-se considerar as diversas discordâncias ideológicas sobre a relevância da obra como uma solução para seca. Além disso, considera-se o fato de que nos últimos anos a perspectiva de combate à desertificação se modificou bastante, levando muitos a considerar que os problemas da Região Semiárida não estão restritos apenas à escassez de água, mas à dificuldade de implementação de políticas públicas e práticas sustentáveis para convivência com os longos períodos de estiagem.

Nesse sentido, a ideia da execução de um projeto tão impactante quanto o PISF, passou a ser ponto de resistência de várias organizações e movimentos sociais, tais como: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entidades religiosas, etnias indígenas e comunidades quilombolas, que se uniram numa rede de resistência popular contra a implementação da obra, sobretudo, entre os anos de 2005 e 2007.

Nesse cenário, Araújo (2012), defende que, a luta popular contra a construção do PISF também protagonizou debates sobre o agronegócio e o hidronegócio desenvolvidos no vale do rio São Francisco, objetivando a materialização de ações contra os interesses do capital na região, principalmente em virtude da dificuldade da população em compreender o projeto, dada a sua magnitude e complexidade do empreendimento, bem como, o desconhecimento sobre os impactos a serem gerados com a sua execução, além da preocupação de que os grandes interesses político-econômicos ganhassem a disputa pela água, em detrimento dos interesses locais.

Embora, no seu escopo o PISF tenha grandes desafios a serem vencidos, uma vez que, o projeto por si só não resolve o problema da seca, nem muito menos, deixa de desconsiderar os custos econômicos, ambientais e sociais empreendidos na sua execução, observa-se que, esse tipo de solução de engenharia, foi fruto de uma ação tecnicamente estudada e confirmada como a alternativa mais adequada para o enfrentamento da seca na região. De acordo com Sarmiento (2018, p.30) “a recusa ou postergação da sua implantação representaria em aceitar e compactuar com que a carência hídrica iniba investimentos, limite o desenvolvimento socioeconômico e reduza a qualidade de vida da população”.

Ainda conforme a mesma obra de Sarmiento, a partir das articulações políticas feitas pela equipe Interministerial, em 2004, o EIA-RIMA²⁶ do Projeto de Integração do Rio São Francisco foi reelaborado e entregue, cumprindo as etapas legais exigidas. Porém, Carvalho et al (2019) afirma que a reelaboração do EIA-RIMA não contou com a participação da população e que as audiências públicas foram marcadas quando o documento já havia sido entregue ao Ibama e, dentre outras críticas e questionamentos, acrescenta-se que:

O EIA-RIMA foi o documento mais abrangente e descritivo sobre os vários aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos envolvidos na proposta de intervenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), indo desde a formulação do diagnóstico, do problema a ser atacado às possibilidades de solução, sob a perspectiva de visão dos agentes estatais. A publicização deste documento é obrigatória e se deu por meio do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que traz a conclusão resumida do EIA em linguagem acessível à compreensão pública. No entanto, este não evidenciou os conflitos a serem engendrados pela obra com muita clareza e apresentou cartografias excessivamente simplificadas sobre possíveis repercussões, setorizadas por assunto, que não evidenciam a complexidade da obra e sua inserção no território. Ou seja, trata-se do documento que oficialmente apresentou a obra para a população, mas que ao fim e ao cabo, não apresentou a obra de fato como ela é, nem demonstrou com clareza a magnitude dos seus impactos (CARVALHO ET AL., 2019, p.13).

No que se refere às críticas apresentadas sobre o processo de estruturação técnica, participação social e política do PISF, há controvérsias, pois não foi possível encontrar unanimidades entre o arcabouço teórico dessa pesquisa. A exemplo disso,

²⁶ O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um dos principais instrumentos utilizados para o planejamento ambiental, avaliação de impactos, delimitação de área de influência. Ele define também os mecanismos de compensação e mitigação dos danos previstos em decorrência da implantação de atividades/empreendimentos de grande potencial poluidor e degradação do meio ambiente, conforme preconiza a legislação vigente. Trata-se da exigência dos órgãos competentes em atendimento as normas estabelecidas, conforme o Art. 2º, da Resolução Conama nº 01/ 86. As principais informações contidas no EIA, bem como sua conclusão, devem ser apresentadas no Relatório de Impacto Ambiental (Rima), em linguagem clara e objetiva, e ilustrado por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação. No âmbito da gestão estadual, a apresentação do EIA/Rima é regido pela Lei Estadual nº 1.356/88, a qual lista as atividades modificadoras do meio ambiente e que necessitam de licenciamento ambiental por meio de tal estudo. Importante ressaltar que o EIA/Rima deve, a partir de um diagnóstico socioeconômico e ambiental (meios físico e biótico) de toda a área que será afetada, realizar um prognóstico das consequências do empreendimento e sugerir medidas, na forma de pré-projetos, com o objetivo de minimizar os impactos considerados negativos e maximizar aqueles considerados positivos. Embora tenham finalidades diversas, EIA e Rima são instrumentos complementares, e por isto são sempre citados em conjunto (INEA,2021).

têm-se as considerações apresentadas por Loureiro (2013), contrapondo as críticas desfavoráveis ao PISF, afirmando que, desde o seu lançamento até o início de suas obras em 2007, a forma como o PISF vem “se desenvolvendo caracteriza-se por arenas decisórias de formulação e efetivação bastante inclusivas, de uma pluralidade de atores estatais e societários”, isso porque:

Em suma, apesar das dificuldades técnicas e políticas para a implantação do PISF, ainda não totalmente superadas, duas ordens de inovações institucionais trazidas pelo projeto podem ser destacadas. A primeira refere-se aos novos instrumentos de monitoramento e gestão (comitês gestores, salas de situação etc.), que têm permitido reduzir os gargalos ou entraves administrativos. A segunda se caracteriza pelo estabelecimento de um possível novo padrão de relação entre Estado e sociedade. As relações entre atores estatais e societários nesse projeto não se caracterizam apenas pelas velhas gramáticas políticas do clientelismo ou insulamento burocrático (que ainda estão presentes) mas também se pautam por maior compartilhamento de decisões. Constataram-se, na pesquisa, arranjos institucionais de formulação e implantação mais inclusivos ou participativos, o que pode denotar maior comprometimento com a legitimidade democrática, tanto em termos de maior representatividade de interesses, quanto em termos da qualidade das decisões: a interlocução e o debate com grande número de atores políticos certamente possibilitaram melhorar essa política pública (LOUREIRO, 2013, p.33).

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental do PISF, foram consideradas pelo projeto 03 (três) áreas de influências, as quais se constituem o espaço geográfico, onde os benefícios e eventuais impactos diretos e indiretos da obra irão se manifestar, repercutindo no meio socioeconômico, no meio físico ou no meio biótico, a saber:

1. Área Diretamente Afetada (ADA) – corresponde às áreas de intervenções direta do projeto para a implantação das obras. São áreas em que ocorreram os contatos diretos entre as estruturas físicas do empreendimento e a região onde ele será implantado, faixa situada a 5 km do eixo do canal;
2. Área de Influência Direta (AID) – corresponde a onde se dão as transformações sociais ou ambientais diretas decorrentes das ações empreendidas pelo projeto. São áreas atravessadas pela ADA e composta pelos 17 municípios recortados pelos Eixos Norte e Leste da obra;

3. Área de Influência Indireta (AII) – corresponde às áreas dos municípios das bacias receptoras e de parte da bacia do Rio São Francisco. São áreas consideradas indiretamente afetadas, uma vez que poderão sofrer algum tipo de impacto decorrente do Projeto.

Uma vez atendidas as exigências legais para o desenvolvimento da obra, em abril de 2005, o Ibama expediu a Licença Prévia nº 200/2005, autorizando o Ministério da Integração Nacional a executar o PISF. Essa licença continha uma série de condicionantes a serem cumpridas pelo órgão empreendedor, dentre elas: emissão de outorga, Certificado de Avaliação de Sustentabilidade de Obra Hídrica – CERTOH e elaboração de Programa Básico Ambiental – PBA (AQUINO, 2019).

Desse modo, como parte da Política Nacional de Recursos Hídricos do país, o Projeto de Integração do rio São Francisco é considerado a maior obra de infraestrutura hídrica do Brasil e apontado como estratégico pela sua inserção regional ampliada na Região Nordeste. Enfatiza-se que o empreendimento conta com dois eixos de adução, denominados Eixo Norte, com extensão de 260 km, e Eixo Leste, com extensão de 217 km, totalizando 477 km de obras.

O projeto de Integração do rio São Francisco é constituído pela construção de canais revestidos de concreto, 09 estações de bombeamento de água, 14 aquedutos, 04 túneis, 27 reservatórios intermediários, 298 km de linhas de transmissão em 230 kv, 18 Vilas Produtivas Rurais (VPRs), canteiros de obras, jazidas e bota fora. Além disso, foram executadas, estradas vicinais, rodovias, linhas de transmissão, redes elétricas, cabos ópticos e adutoras, retocando as anteriormente existentes na faixa de obras do PISF.

Conforme data base do MDR, atualizada em março 2021, atualmente o Projeto de Integração do rio São Francisco encontra-se em fase final, com avanço operacional de 97,48% nos dois eixos do projeto, restando a conclusão de serviços remanescentes e complementares. Embora, priorize o abastecimento humano e animal, estima-se que o referido projeto possa viabilizar o desenvolvimento regional e socioeconômico das regiões por ele abrangidas, garantindo o abastecimento de grandes centros urbanos e de centenas de municípios da região semiárida do

Nordeste do Brasil, bem como, promovendo o desenvolvimento sustentável da região (MDR, 2021).

Ao analisar os benefícios propostos pelo projeto e sua expectativa em solucionar o problema da seca na região semiárida do Nordeste, não se pode relegar a compreensão de que a seca não é apenas uma questão natural, mas também uma questão social, econômica e cultural, que precisa ser enfrentada com estratégias de convivências compatíveis com as necessidades e realidade da região, a fim de mitigação dos impactos e minimização dos mais diversos tipos de conflitos.

Nessa conjuntura, mesmo considerando a importância do PISF para a região, é importante compreender a ocorrência dos possíveis impactos e conflitos que podem surgir, uma vez que, compreender as transformações locais ocasionadas pelo seu desenvolvimento é a forma mais próxima de se buscar e criar medidas que mitiguem os seus efeitos e compensem a população residentes nas áreas de abrangência da obra.

Enfatiza-se que são considerados impactos socioambientais as modificações sofridas pelo meio ambiente, ocasionadas por determinadas ações ou atividades, provocando alterações na qualidade de vida e na saúde da população direta ou indiretamente afetada pelo empreendimento, bem como na economia e na cultura da região, dentre outros. Em virtude disso, é imprescindível a avaliação dos possíveis impactos à biodiversidade e às comunidades nas áreas de implantação de grandes obras.

Nesse sentido, evidencia-se a situação das 2.144 (duas mil, cento e quarenta e quatro) famílias que foram desapropriadas pela obra, das quais muitas tiveram que deixar suas comunidades de origem, a fim do desenvolvimento do projeto. A ação de desapropriação representou não apenas a indenização das terras e benfeitorias para a execução de um empreendimento, mas sobretudo a necessidade de mudanças para aquelas famílias que residiam e sobreviviam nas áreas decretadas como de interesse da União.

Neste contexto, buscando ajustes e a minimização dos impactos que seriam originados com a execução do projeto, faz-se necessário a elaboração do Projeto Básico Ambiental (PBA), que é constituído por 38 Programas Ambientais e 64

condicionantes, constantes na Licença de Instalação do projeto – LI nº 438/2007. Tais programas foram organizados em 04 grandes grupos: Programas de Gestão; Programas do Meio Biótico; Programas do Meio Físico e Programas do Meio Antrópico. Estes, além da proposta de minimizar e compensar possíveis impactos negativos, propõe-se também a potencializar e fortalecer os benefícios sociais e ambientais do Empreendimento.

Por sua relevância nessa pesquisa, fez-se necessário expor um tópico percorrendo sobre os Programas Básicos ambientais do PISF. Convém ressaltar que as ações previstas nesses programas foram sistematicamente vistoriadas e monitoradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA²⁷), órgão responsável pelo licenciamento do empreendimento.

4.2 OS PROGRAMAS BÁSICOS AMBIENTAIS DO PISF

Estudos realizados sobre a implementação dos grandes projetos de infraestrutura no Brasil indicam várias deficiências no seu processo de planejamento, sobretudo no que se refere à viabilidade ambiental, estratégias de integração, perspectivas de sustentabilidade e participação efetiva da sociedade civil na discussão e acompanhamento nas etapas de execução e operação.

Segundo Souza; Pompermayer (2016), os projetos de infraestrutura no país nas últimas décadas, sobretudo na passagem da década de 2000 para 2010, alcançaram grandes taxas de investimento, porém, estudos apontaram as dificuldades na execução desses investimentos em virtude de diversos fatores de ordem institucional que impactam no cronograma e no orçamento da execução das grandes obras, dentre elas: a qualidade dos projetos de engenharia, a coordenação

²⁷ Para realizar o acompanhamento de todas as ações desenvolvidas, a CGU estabeleceu interação do projeto com vários órgãos do governo, ampliando o próprio alcance do PISF. Além de contatos com os órgãos de controle nos estados, foram estabelecidas ações conjuntas com o MMA (revitalização e licença), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Fundação Nacional do Índio (Funai) (áreas indígenas), Ministério dos Transportes (rodovias federais), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (assentamentos agrários), assim como a articulação dentro do próprio MIN, por meio da CODEVASF (revitalização) e do DNOCS (desapropriação de áreas) (CGU,2007).

governamental, o licenciamento ambiental, a atuação dos órgãos de controle e a participação da sociedade civil.

Considera-se que um dos grandes avanços foi a obrigatoriedade em se construir com responsabilidade, sobretudo, com compromissos e cuidados com o meio ambiente, uma vez que a proteção ao meio ambiente se tornou uma garantia constitucional, por meio da Constituição Federal de 1988, gerando a necessidade de uma maior regulamentação nas questões ambientais.

Assim, fica legalmente determinado que qualquer obra ou empreendimento que possa provocar degradação ao meio ambiente emita Licença Ambiental, sendo este documento instrumento essencial de garantias, a fim da obrigatoriedade na implementação de medidas e ações preventivas adequadas e compatíveis com a necessidade de controle contra possíveis danos causados ao meio ambiente.

Por lei, todo grande empreendimento precisa instituir seu Plano Básico Ambiental (PBA), sendo este documento o que estipula todas as ações e programas de gerenciamento relacionadas às questões ambientais de uma obra, passando assim, a ser a condicionante para a liberação da licença de instalação de todo e qualquer grande empreendimento. Enfatiza-se que o descumprimento das ações previstas nos Programas Básicos Ambientais significa a paralisação ou o impedimento de funcionamento do empreendimento.

O PBA deve garantir o cumprimento de todas as condicionantes ambientais impostas ao empreendimento/ atividade, seja através da licença prévia ou legislação vigente. Garantindo este cumprimento, o empreendedor garante a continuidade do seu processo de licenciamento, eliminando ainda, possíveis penalidades aplicadas pelos órgãos fiscalizadores. Este conjunto de programas, com suas respectivas medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias, é abrangente e certamente garantirá que todos os impactos diretos e indiretos do empreendimento sejam de alguma forma preventivamente atacados, mitigados e/ou compensados (PBA/Ecossis Soluções Ambientais, s/p.).

Nos PBA's são apresentados e detalhados os programas socioambientais propostos nos estudos ambientais realizados na fase de licença prévia, e pelo atendimento e/ou encaminhamento das demais exigências e recomendações do órgão ambiental fixadas na Licença Ambiental Prévia – LP. Além disso, tem por objetivo informar detalhadamente as medidas mitigadoras e compensatórias a serem

implementadas, conforme definido nos estudos ambientais, organizando-as em programas socioambientais (subprogramas).

Portanto, para que as obras do Projeto de Integração do rio São Francisco se materializassem fez-se necessária a desapropriação de uma área total de mais 37 mil hectares de áreas, localizadas nas faixas de domínio de 100 metros para cada lado dos eixos dos canais, representando uma extensão de 477 km. Além disso, também foram constituídas áreas de servidões administrativas para implantação das linhas de transmissão do sistema elétrico do PISF, o que significou a desapropriação de 2.144 propriedades.

Nesse cenário, o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do PISF contemplou um diagnóstico ambiental do empreendimento e propôs, em sua estrutura, uma série de medidas, planos e programas mitigadores e compensatórios, dos impactos ambientais quantificados pelo IBAMA e qualificados na fase de licenciamento prévio do empreendimento. Essas medidas, planos e programas mitigadores e compensatórios foram organizados em 38 (trinta e oito) planos e programas ambientais, os quais compuseram o seu Projeto Básico Ambiental (PBA), a saber:

1. Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras - Objetiva dotar o empreendimento de mecanismos eficientes que garantam a execução de todas as ações planejadas para controlar, minimizar, monitorar e compensar os impactos socioambientais gerados, de forma a manter um elevado padrão de qualidade ambiental na implantação e operação do PISF;
2. Plano Ambiental de Construção – PAC - Objetiva estabelecer critérios e requisitos, na forma de diretrizes, destinados a nortear as ações técnicas das empresas de construção e montagem em relação às questões ambientais ao longo da execução das obras;
3. Programa de Comunicação Social - objetiva estabelecer um canal de comunicação contínuo entre o empreendedor e a sociedade, especialmente com a população diretamente afetada pelo empreendimento, de forma a motivar e possibilitar a sua participação em todas as fases;

4. Programa de Educação Ambiental – Objetiva desenvolver ações educativas junto aos habitantes dos municípios que estão sob influência do Projeto de Integração do São Francisco, visando elevar e qualificar a participação protagonista da população local para a prevenção e minimização dos impactos ambientais e sociais decorrentes do empreendimento;
5. Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos de Obras em Questões Ambientais, Saúde e Segurança – Objetivou capacitar técnicos e trabalhadores das obras a partir de ações educativas durante o período de implantação do PISF, para que possam agir de forma ambientalmente correta e socialmente aceitável, bem como na adoção de práticas voltadas à saúde e segurança;
6. Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos – Objetivou a conservação do patrimônio cultural arqueológico encontrado na área atingida em decorrência das obras de engenharia;
7. Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias – Objetivou viabilizar os processos indenizatórios, visando garantir a legalidade jurídica aos procedimentos e transações realizadas, com o justo atendimento aos direitos do público envolvido, ou seja, proprietários de terras e/ou benfeitorias passíveis de indenização dos imóveis desapropriados necessários para a implantação do Projeto;
8. Programa de Reassentamento das Populações - contempla as medidas e ações desenvolvidas junto às famílias proprietárias e não proprietárias residentes nas áreas afetadas pelas obras de implantação do PISF, para a sua relocação e reassentamento em Vilas Produtivas Rurais - VPR, garantindo suas inter-relações sociais e econômicas em condições melhores, ou no mínimo, similares às que viviam anteriormente ao empreendimento;
9. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD - Contempla as ações e medidas mitigadoras a serem seguidas pelo empreendedor e empresas contratadas para a recuperação das áreas degradadas em decorrência das obras do Projeto;

10. Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios – objetivou-se a manutenção da qualidade da água nos reservatórios que se destinam as águas do PISF, evitando-se o excesso de nutrientes decorrentes da decomposição da vegetação submersa e em atendimento à legislação ambiental pertinente;
11. Programa de Apoio Técnico à Prefeituras na Elaboração dos seus Planos Diretores - objetivou desenvolver ações estratégicas para o reforço da infraestrutura, serviços e instrumentos de gestão administrativa nos municípios da Área de Influência Direta de modo a equipá-los para responder às possíveis demandas que advirão da implantação do empreendimento;
12. Programa de Apoio aos Povos Indígenas - Objetivou promover o desenvolvimento de ações relacionadas à implantação de infraestruturas, regularização fundiária e capacitações em organização social e gestão produtiva, que proporcionem aos povos indígenas Truká, Kambiwa, Pipipã e Tumbalalá melhores condições de vida e autonomia socioeconômica e ambiental, de modo a compensar possíveis impactos decorrentes da instalação e operação do PISF;
13. Programa de Compensação Ambiental – Objetivou a implantação de medidas compensatórias por perdas ambientais, em conformidade com a legislação vigente;
14. Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios – Objetivou atender às determinações da legislação atual, incorporando as exigências da Resolução CONAMA de nº 302/02, que dispõe sobre os parâmetros, definições de uso e limites de Áreas de Preservação Permanente (APP) de reservatórios artificiais e o regime de uso do seu entorno;
15. Programa de Apoio Técnico para a Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais – Contemplou a elaboração de projetos básicos e execução de obras de sistema de abastecimento de água na Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento, que compreende uma faixa de 10 km, tendo como eixo central o traçado do canal, abrangendo 294 (duzentos e noventa e quatro) comunidades e totalizando 78.085

(setenta e oito mil e oitenta e cinco) habitantes, bem como a celebração de acordos para a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água implantados;

16. Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico a Pequenas Atividades de Irrigação ao Longo dos Canais para as Comunidades Agrícolas - Objetivou promover melhorias nas condições socioeconômicas das famílias reassentadas em Vilas Produtivas Rurais, bem como aquelas assentadas nos Projetos de Assentamento sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e do Fundo de Terra do Estado de Pernambuco (FUNTEPE), tendo como base a implementação de sistemas de irrigação de pequeno porte, como forma de viabilizar a diversificação e a elevação da produção, bem como a reinserção socioeconômica e social destas famílias;
17. Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas – Teve como objetivo ampliar o número de territórios quilombolas regularizados, reduzir conflitos pela posse de terra, incrementar as atividades produtivas nos territórios regularizados, melhorar os indicadores socioambientais e desestimular a implementação e a manutenção de programas assistencialistas e paternalistas, que gerem dependência das populações quilombolas em relação aos organismos públicos;
18. Programa de Apoio e Fortalecimento aos Assentamentos Existentes ao Longo dos Canais – teve como objetivo o desenvolvimento dos projetos de assentamento de famílias existentes nas proximidades das obras, Área Diretamente Afetada (ADA), bem como a garantia do fornecimento de água para o consumo doméstico e a dessedentação animal, além de infraestrutura mínima necessária ao saneamento básico para apoio à pequena irrigação;
19. Programa de Regularização Fundiária nas Áreas do Entorno dos Canais - A função primordial do programa é dar suporte às ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento (PA) de famílias existentes nas proximidades das obras;

20. Programa de Monitoramento de Vetores e Hospedeiros de Doenças - Objetivou identificar, por intermédio do monitoramento, os vetores que podem hospedar agentes etiológicos da esquistossomose e os que possam transmitir moléstias, como os mosquitos da família culicídea, transmissores da malária, da filariose, da febre amarela, da dengue e de vários tipos de arboviroses;
21. Programa de Controle de Saúde Pública - O Programa objetiva a melhoria das condições de saúde da população beneficiada pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, garantindo o menor impacto negativo possível do Projeto nas condições de saúde da população vinculada ao empreendimento e da população local residente como um todo, além da saúde dos trabalhadores das obras;
22. Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e Limnologia - Objetivou realizar o monitoramento sistemático, por meio da análise de parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos da água, e da comunidade biótica, assim como o acompanhamento de cargas poluidoras pontuais e difusas nas bacias hidrográficas e receptoras, que poderá indicar as modificações negativas da qualidade de água e apontar as medidas mitigadoras necessárias para minimizar esses impactos;
23. Programa de Conservação da Fauna e da Flora - Este programa visa fornecer diretrizes para a conservação biológica local, sendo importante o desenvolvimento do conhecimento da fauna e flora regional;
24. Programa de Prevenção à Desertificação - O Programa tem como vertente o apoio às iniciativas relativas ao controle da desertificação na área de influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PTSF). O aprimoramento e difusão do conhecimento sobre a situação da desertificação na região em estudo, visando o combate aos efeitos da seca e aos processos de desertificação, constitui-se objetivos deste Programa;
25. Programa de Monitoramento do Sistema Adutor e das Bacias Receptoras - O objetivo principal desse Programa, é acompanhar as ações relativas ao sistema de monitoramento das estruturas hidráulicas e elétricas responsáveis

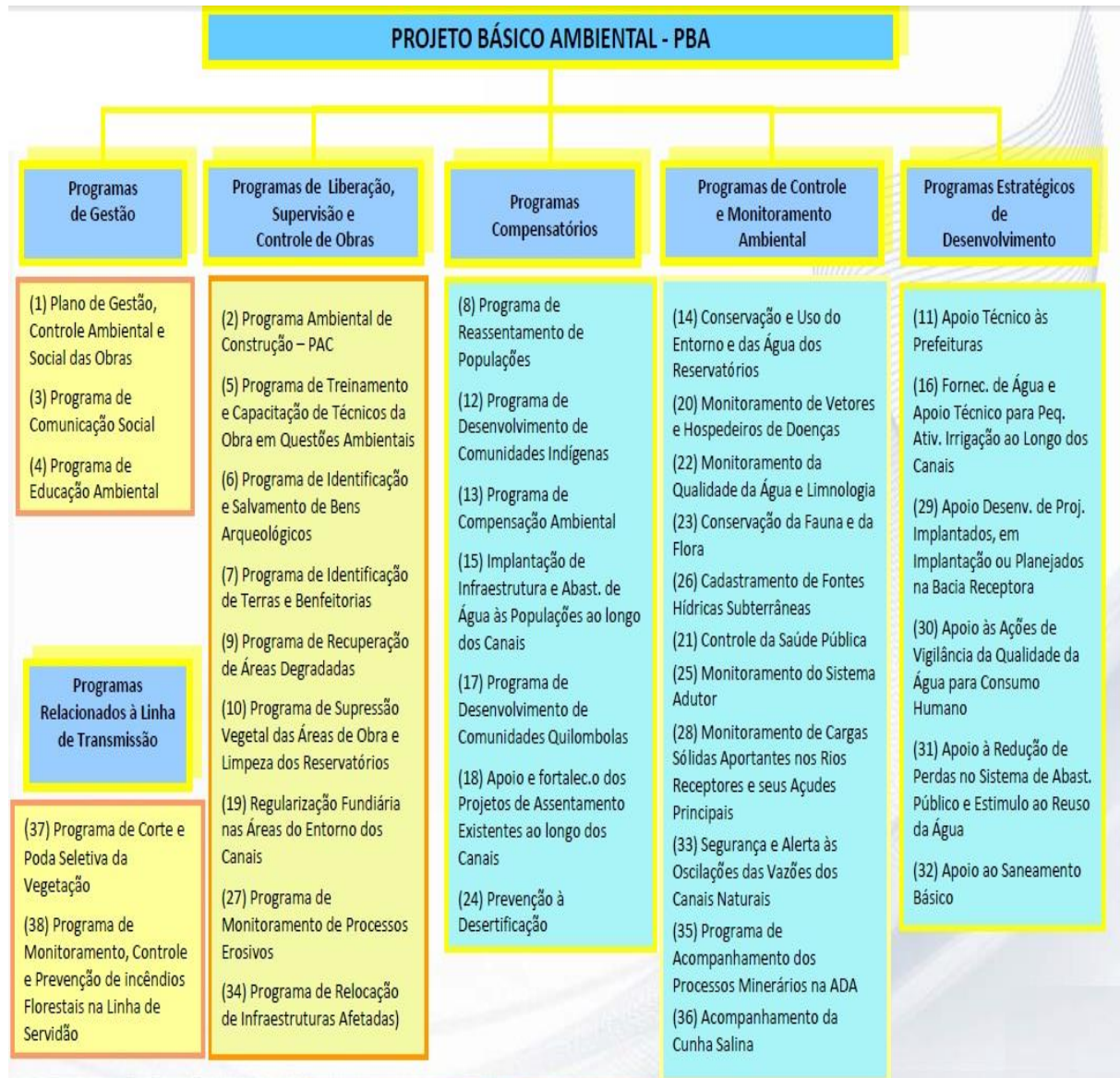
- pela adução de águas do Rio São Francisco, bem como dos corpos e cursos d'água que compõem o PISF;
26. Programa de Cadastramento de Fontes Hídricas Subterrâneas – Objetivou realizar o diagnóstico e o monitoramento quali-quantitativo das fontes hídricas subterrâneas situadas em áreas potencialmente vulneráveis a alterações na dinâmica do aquífero decorrentes da implantação do PISF, antes e após a operação do Projeto;
 27. Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos - Contemplou as medidas de controle aplicadas durante as obras de implantação do PISF para evitar o desencadeamento de erosões decorrentes das atividades das obras. Também faz parte do escopo das ações do Programa, a indicação dos dispositivos e critérios a serem aplicados para o projeto de execução do canal, visando monitorar os pontos críticos, garantindo a manutenção das condições adequadas de estabilização dos solos;
 28. Programa de Monitoramento de Cargas Sólidas Importantes nos Rios Receptores e seus Açudes Principais - O Programa possui, dentre outros objetivos, o aprofundamento do conhecimento sobre o comportamento hidrossedimentológico dos rios receptores de águas aduzidas pelo Projeto e o acompanhamento dos efeitos decorrentes das alterações na cobertura vegetal, uso e ocupação do solo nas bacias de contribuição aos açudes receptores principais;
 29. Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Implantados, em Implantação e Planejados nas Bacias Receptoras - O Programa objetivou o estabelecimento das condições para que se possa elaborar e efetivar o sistema de gestão do PISF, para o gerenciamento e aproveitamento dos recursos hídricos nos estados beneficiados, de modo a assegurar a sustentabilidade administrativa, econômica e operacional necessária à operação e manutenção da infraestrutura hídrica do Projeto e ao uso eficiente das águas aduzidas aos Estados;
 30. Programa de Apoio às Ações de Vigilância da Qualidade da Água para o Consumo Humano - O Programa objetiva apoiar a implantação de políticas

- públicas que garantam a vigilância da qualidade da água para consumo humano nos municípios da ADA do PISF, bem como apoiar as secretarias municipais e estaduais de saúde na realização de capacitações para seus técnicos, além dos operadores dos sistemas para exercerem as ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano;
31. Programa de Apoio à Redução de Perdas no Sistema de Abastecimento Público e Combate ao Desperdício de Águas nas Bacias Receptoras - O objetivo geral do Programa é utilizar os recursos hídricos de forma racional e sensibilizar os usuários sobre a importância do reuso em costumes menos exigentes, do ponto de vista da qualidade, além da definição de um conjunto de ações e instrumentos tecnológicos, normativos, econômicos e institucionais, concorrentes para uma efetiva economia dos volumes de água demandados para consumo nas áreas urbanas e localidades a serem beneficiadas pelo PISF;
32. Programa de Apoio ao Saneamento Básico Este Programa visa melhorar as condições de saneamento básico, buscando soluções para os problemas relacionados ao saneamento, e com apoio ao desenvolvimento das melhorias sanitárias do tipo individual e coletiva, além do incentivo às atividades de reciclagem de resíduos. Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se, a elaboração de projetos de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos, incentivos à melhoria dos sistemas de abastecimento de água dos municípios inseridos na AID e quando possível, na adoção de sistemas alternativos de saneamento;
33. Programa de Segurança e Alerta Quanto às Oscilações das Vazões dos Canais Naturais os quais irão receber as Águas Transpostas - O objetivo geral do programa é reduzir os impactos das cheias naturais nas bacias receptoras eliminando qualquer influência das vazões aduzidas. Como instrumento principal, está prevista a elaboração de um sistema de alerta em escala reduzida, como piloto, capaz de comunicar antecipadamente as comunidades ribeirinhas sobre a variação dos níveis d'água nos canais naturais em função das cheias decorrentes de eventos climáticos na região;

34. Programa de Relocação das Infraestruturas a serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento – Teve por objetivo geral a relocação das infraestruturas (estradas, rodovias, pontes, travessias, linhas de transmissão de baixa tensão, cabos ópticos, adutoras) afetadas pelo empreendimento;
35. Programa de Acompanhamento da Situação dos Processos Minerários da Área Diretamente Afetada - O programa tem como objetivo principal acompanhar o processo para liberação da faixa correspondente à Área Diretamente Afetada (ADA), solucionando as possíveis interferências ou impactos negativos resultantes da construção e operação do empreendimento sobre as áreas de interesse extrativo mineral, as áreas de exploração mineral requeridas e sobre as que estiverem em diferentes estágios de licenciamento;
36. Programa de Monitoramento de Cunha Salina - O programa tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a salinidade na foz do rio São Francisco, avaliando também a penetração da cunha salina em seu trecho fluvial mais baixo;
37. Programa de Corte e Poda Seletiva da Vegetação - Objetivou definir os procedimentos adequados de corte e poda da vegetação durante as fases de instalação e operação das Linhas de Transmissão- LT do PJSF;
38. Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais na Faixa de Servidão - O objetivo do Programa é definir procedimentos e estratégias para o monitoramento, prevenção e controle de incêndios florestais na faixa de servidão das linhas de transmissão do empreendimento.

Como forma de organização estratégica e operacional, os 38 PBA's foram agrupados em temas afins, visando melhor conhecimento, gerenciamento e acompanhamento de suas ações, conforme figura 1 a seguir:

Figura 01 – PROGRAMAS BÁSICOS AMBIENTAIS (PBA's) DO PISF.



Fonte: Brasil - Ministério da Integração Nacional (2018)

É importante enfatizar que esses programas tiveram como propostas, minimizar e compensar possíveis impactos gerados pela execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), propondo-se também, potencializar e fortalecer os benefícios sociais e ambientais do Empreendimento e, segundo o MDR, as ações previstas nos Programas Básicos ambientais do PISF foram aprovadas e são sistematicamente vistoriadas e monitoradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão responsável pelo licenciamento do empreendimento.

Nesta premissa, enfatiza-se que para a implementação dessa proposta o Governo Federal investiu cerca de R\$ 1 bilhão do orçamento do projeto, com vistas a execução dos 38 Projetos Básicos Ambientais – PBA's, representando cerca 10% dos investimentos do PISF (MI, 2018).

Dentre os Programas Básicos Ambientais do PISF, destacam-se nessa pesquisa, o Programa de Reassentamento das Populações (PBA 08), posto em execução em virtude da necessidade de reassentar as famílias residentes na faixa de obras do projeto, uma vez que o grande número de famílias desapropriadas, obrigava a implementação de ações que pudessem contribuir com o reordenamento da malha fundiária da região impactada, considerando que as ações indenizatórias representaram a desapropriação de 2.144 (duas mil, cento e quarenta e quatro) propriedades.

Desta forma, ressalta-se que o Programa de Reassentamento das Populações foi concebido em virtude da necessidade em se realizar o deslocamento compulsório da população residente na faixa de obras do PISF, impondo ao projeto obrigação de se pensar na adoção de estratégias de reassentamento adequadas às características socioeconômicas e culturais das famílias beneficiárias do programa, conforme detalhado no tópico abaixo.

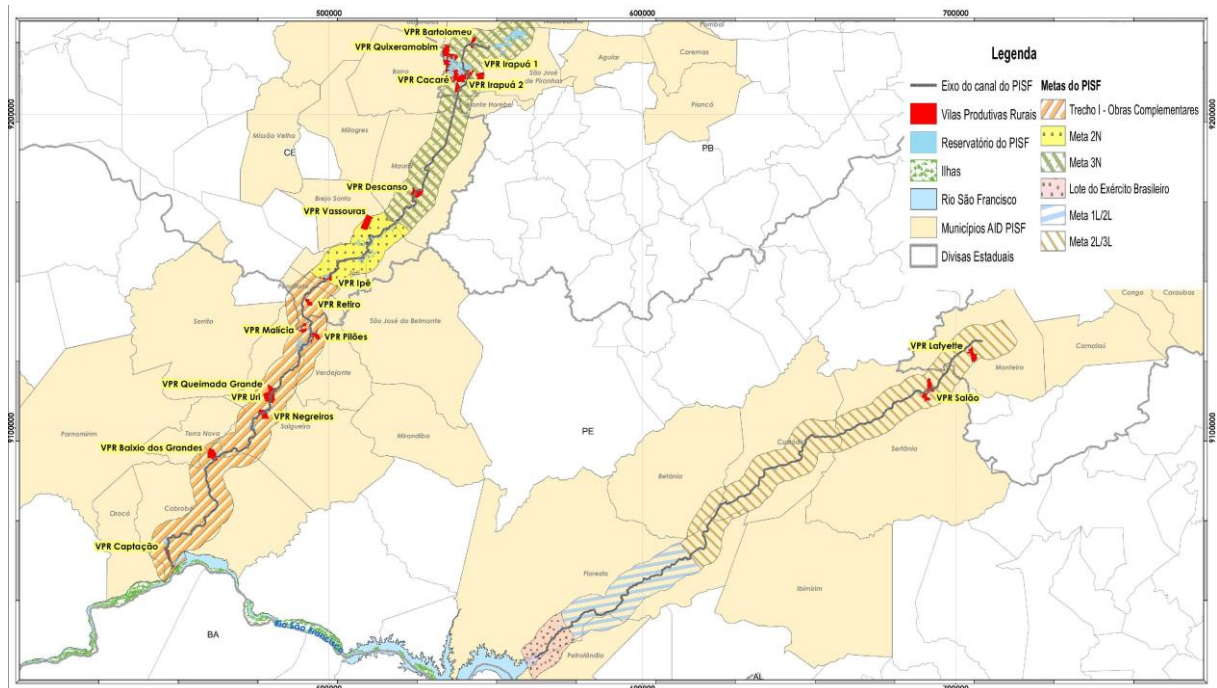
4.3 O PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DAS POPULAÇÕES (PBA-08)

O Programa de Reassentamento das Populações é um dos 38 programas que compõem o Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e tem como objetivo o reassentamento das famílias afetadas pela execução do referido projeto, a fim de que estas pudessem dispor de uma nova base produtiva capaz de proporcionar-lhes condições que permitam suas inter-relações sociais e econômicas.

Dessa forma, o Programa visa possibilitar a melhoria da qualidade de vida das famílias reassentadas por meio da implantação de ações que contemplam a infraestrutura básica e de apoio à sua reprodução social e econômica.

Assim, para superar e/ou minimizar os impactos socioeconômicos e culturais ocasionados às famílias residentes na faixa de obras do projeto, foram implantadas Vilas Produtivas Rurais, as quais localizam-se próximas ao canal do PISF, conforme apresentado na figura 2 abaixo:

Figura 2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS – VPR's



Fonte: Brasil - Ministério da Integração Nacional (2018)

Observa-se que as Vilas Produtivas Rurais são compostas por setores residenciais e produtivos individuais, distribuídos de forma a se manter as relações de parentesco e vizinhança entre os indivíduos. Nessa perspectiva, entende-se que:

A necessidade de deslocamento compulsório dessa população impôs a adoção de uma estratégia de reassentamento adequada às suas características socioeconômicas e culturais, além da garantia de condições e perspectivas melhores do que as que possuíam antes do deslocamento, no que se refere a habitação, organização social, condições ambientais e organização econômica (BRASIL - MI, 2016).

Nesse sentido, o Programa de Reassentamento das Populações objetivou o reassentamento das famílias afetadas pelo empreendimento em uma nova base produtiva, no intuito de permitir o desenvolvimento social e econômico das famílias reassentadas em situação, no mínimo, similar à atual (Brasil, 2017).

Visando atender a esses objetivos, as diretrizes gerais e critérios definidos no Programa de Reassentamento das Populações foi elaborado o Plano de Reassentamento, o qual teve por base as conclusões e sugestões apresentadas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial – Atingidos por Barragens, instituído pelo decreto s/n de 10/10/2003, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2003 (PLANO DE REASSEMENTAMENTO DA POPULAÇÃO, 2005).

A elaboração do Plano de Reassentamento da População, constitui-se um Relatório Geral, que atendendo aos Termos de Referência do contrato, foi estruturado em 03 (três) etapas de desenvolvimento, a saber:

- a) Diagnóstico Socioeconômico e Caracterização do Empreendimento e da População Afetada;
- b) Definição das Alternativas de Relocação e Reassentamento da População;
- c) Detalhamento das Alternativas Escolhidas e Apresentação e Validação do Plano.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional (2005), o Plano de Reassentamento das Populações que residiam em na faixa de obras do PISF foi concebido como um instrumento de orientação do processo de deslocamento de grupos populacionais, visando a minimização dos efeitos negativos advindos do processo de relocação das famílias do seu espaço territorial para uma outra estrutura, permitindo à população uma nova base produtiva com capacidade para garantir melhores condições de vida no que se refere à: habitação, organização social, organização ambiental e organização econômica

Segundo o Termo de Referência do Plano de Reassentamento (PBA-8), o diagnóstico socioeconômico da área afetada, foi elaborado utilizando-se como base de dados as informações obtidas por meio de questionários socioeconômicos

aplicados junto aos proprietários e moradores da área desapropriada. A realização da pesquisa socioeconômica ocorreu no período de setembro a novembro de 2004, no intuito de estimar os efeitos da implantação do projeto, no que se refere:

- ✓ À perda da terra usada para agricultura, pastagens, atividades não agrícolas formais e informais, e habitação;
- ✓ Ao acesso à água e à capacidade do solo nas porções de terras remanescentes, indicando os usos da terra e classificando solos aluviais;
- ✓ À necessidade ou à oportunidade de se introduzir novas culturas ou outras atividades geradoras de renda;
- ✓ Ao tempo necessário para que as atividades econômicas restauradas produzam benefícios, como por exemplo, o tempo necessário para a primeira colheita;
- ✓ Ao efeito do projeto sobre o acesso aos serviços.

O estudo demonstrou ainda, os recursos utilizados pela comunidade, localizados dentro e fora da área afetada, considerando as informações sobre a disponibilidade, a capacidade e a acessibilidade, no que diz respeito a:

- ✓ Infraestrutura de transporte, incluindo trilhas e passagens molhadas;
- ✓ Serviços de transporte;
- ✓ Serviços utilitários, como eletricidade e abastecimento d'água;
- ✓ Outros serviços, incluindo postos de saúde, escolas, mercados e agências de correio;
- ✓ Infraestrutura comunitária, como igrejas, campos de futebol, etc.;
- ✓ Instalações de beneficiamento de produtos agrícolas, formais e informais;
- ✓ Fontes de combustível, especialmente lenha.

Por sua vez, o diagnóstico social levantou as principais características da vida social da comunidade, inclusive sua organização em associações formais e informais, grupos religiosos e grupos afins.

Destaca-se que, obedecendo ao Termo de Referência de Elaboração do Plano de Reassentamento da População residente na faixa de obra do PISF definiu como "ocupantes" todas as pessoas que utilizavam a terra para agricultura, pastagens, atividades não agrícolas ou para habitação, independentemente de sua condição legal de proprietário ou não-proprietário.

Assim sendo, na caracterização da população a ser relocada foram utilizados os seguintes critérios:

- ✓ Todos os ocupantes da área do Projeto, considerando a faixa de domínio do sistema adutor e nas áreas circunscritas pelas poligonais de contorno dos reservatórios projetados;
- ✓ Todos os ocupantes das áreas ocupadas pela infraestrutura associada ao projeto (estações de bombeamento, estradas, linhas elétricas, etc.);
- ✓ Todas as pessoas temporariamente deslocadas pelas obras civis, próximas às jazidas, locais de britagem, etc.

Dessa forma, tendo por base a conclusão dos levantamentos de dados obtidos no campo de pesquisa, foi posto em execução o Programa de Reassentamento das Populações (PBA 08), o qual, conforme citado anteriormente, objetivou ordenar a transferência e o reassentamento das famílias cujas propriedades foram interceptadas pelas obras de implantação do PISF.

Assim, foram reassentadas 848 (oitocentos e quarenta e oito) famílias em 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais (VPR's), a saber: Captação, Baixio dos Grandes, Negreiros, Uri, Queimada Grande, Malícia, Pilões e Salão, no Estado de Pernambuco; Ipê, Retiro, Descanso e Vassouras, no Estado do Ceará e; Cacaré, Quixeramobim, Bartolomeu, Lafayette, Irapuá I e II, na Paraíba, conforme figura a seguir:

Fotografia 1 – Vista Aérea da VPR Baixo dos Grandes – Cabrobó/PE



Fonte: Brasil - Ministério da Integração Nacional (2017)

Todas essas VPR's, foram construídas ao longo da faixa de 2,5 km, a partir de cada uma das margens dos canais, como forma de potencializar as atividades produtivas a serem desenvolvidas pela população reassentada (BORGES, 2012)

Os critérios para elegibilidade dos beneficiários do PBA-08 foram definidos por meio da identificação das famílias residentes nas áreas a serem desapropriadas, as quais foram classificadas em: (i) proprietárias (PRL); (ii) não proprietárias de terras com benfeitorias (MCB) e; (iii) não proprietárias de terras sem benfeitorias (MSB), sendo consideradas nessas categorias como elegíveis ao PBA-08 as famílias expropriadas que apresentavam as seguintes condições:

- a) Famílias proprietárias e não proprietárias residentes na área desapropriada para construção das obras, tais como, as áreas dos canais, reservatórios e faixas de domínio, inclusive a área de segurança dos reservatórios, compreendida entre a cota do nível máximo de sangria e a cota do

- coroamento e de preservação permanente, além das áreas necessárias para as obras (acampamentos, canteiros, bota-fora, áreas de empréstimo, jazidas);
- b) Famílias proprietárias e não proprietárias residentes na faixa de obras incluídas no Cadastro Socioeconômico firmado em dezembro de 2004;
 - c) Famílias proprietárias e não proprietárias residentes na faixa de obras que tinham como principal fonte de renda a atividade agropecuária;
 - d) Famílias proprietárias e não proprietárias residentes na faixa de obras, sem áreas remanescentes, que adquiriram a propriedade antes do Cadastro Socioeconômico, com direito à indenização pelas terras e benfeitorias com um valor máximo de R\$30.000,00 (trinta mil reais);
 - e) Famílias em situação de risco social, consideradas como tais, às famílias compostas exclusivamente por pessoas idosas, por mulheres chefes de família com filhos menores de 15 anos solteiros, além das pessoas com deficiência física ou mental, fatores que limitam ou impossibilitam a inserção produtiva.

Para garantir a reinserção socioeconômica das famílias reassentadas e em atendimento às exigências do licenciamento ambiental, a equipe técnica da Coordenação Geral dos Programas Ambientais – CGPA, elaborou o Plano Estratégico de Gerenciamento do PBA 8, em que, dentre as diversas ações asseguradas, objetivou-se investir em atividades de capacitação para as famílias reassentadas.

Desse modo, o Programa de Reassentamento das Populações desenvolveu em todas as VPR's ações de capacitações e preparação para a transferência dos beneficiários às áreas de reassentamento, bem como atividades de apoio a sua organização, reinserção social, cultural e econômica, incentivando-os na consolidação de práticas socioambientais, a partir do monitoramento e avaliação das ações, visando a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Neste sentido, destaca-se que o PISF teve como premissa instituir uma série de mecanismos, a fim de garantir a participação e o envolvimento dos beneficiários

do reassentamento no processo de formulação e acompanhamento das etapas do Programa de Reassentamento, estimulando a adoção de instrumentos de controle, transparência nas suas ações e participação nas decisões realizadas, conforme observado nos relatórios de vistoria e acompanhamentos às famílias beneficiárias do Projeto.

Observa-se que um dos principais estímulos à ampliação da participação da sociedade nas políticas públicas e nas ações governamentais implementadas no país, foi a instituição da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o Acesso à Informação, que exige dos gestores públicos maior publicização dos seus atos, garantindo a transparência da gestão e execução dos serviços e atividades (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, cabe informar, que na atual conjuntura política e social em que o PISF foi implementado, houve por parte do Governo Federal a preocupação em garantir o envolvimento das populações diretamente afetadas pela obra em processos organizacionais participativos. Privilegiando o envolvimento das famílias beneficiárias do projeto, desde a escolha dos locais em que seriam reassentadas, até o atual momento que se busca estimulá-las a exercer o importante papel de gestoras dentro da sua comunidade, conforme observado nos relatórios de acompanhamento social elaborados pela equipe técnica do projeto.

Assim, foi possível perceber a priorização da formação/capacitação das famílias reassentadas, antes mesmo que estas tivessem sido transferidas para os reassentamentos, sendo uma das estratégias encontradas para prepará-las, de modo a gerirem seus espaços e neles se reproduzirem social e economicamente.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS DO PISF

As Vilas Produtivas Rurais (VPR's) foram projetadas para o reassentamento das famílias residentes nas áreas diretamente afetadas pelas obras nos Trechos I e II (Eixo Norte) e Trecho V (Eixo Leste) do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional - PISF. Assim, para o atendimento desta demanda foram implantadas 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais, as quais estão

localizadas nos Estados do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco, nos municípios cortados pelo projeto (vide quadro 2 abaixo).

Quadro 2 - Quadro Resumo com informações básicas sobre as VPR's

EIXO	VPR	Município	UF	Casas construídas	Lotes Agrícolas	Total de Famílias Reassentadas	Área Total (ha)
NORTE	Captação	Cabrobó	PE	11	17	17	283,64
	Baixio dos Grandes			55	83	83	674,87
	Negreiros	Salgueiro		26	26	26	597,84
	Uri			45	45	45	874,78
	Queimada Grande			25	25	25	462,53
	Malícia			20	20	20	276,83
	Pilões	Verdejante		25	25	25	384,68
	Retiro	Penaforte		CE	30	30	30
	Ipê	Jati	10		10	10	213,4615
	Vassouras	Brejo Santo	145		145	145	964,6542
	Descanso	Mauriti	80		80	80	415,1326
	Cacaré	S. J. de Piranhas	PB	120	120	120	1158,8028
	Irapuá I			30	30	30	256,00
	Irapuá II			20	20	20	304,00
	Quixeramobim			47	47	47	533,3271
	Bartolomeu	Cajazeiras		24	24	24	192,9174
LESTE	Salão	Sertânia		PE	40	40	40
	Lafayette	Monteiro	PB	61	61	61	886,6972
TOTAL				814	848	848	7786,9102

Fonte: Brasil, 2021, adaptado pela pesquisadora.

Observa-se que foi previsto no Plano de Reassentamento (2005), a determinação de que, em casos excepcionais, as famílias não residentes que desenvolviam atividades produtivas na área fossem beneficiadas apenas com lotes residenciais (sem moradia construída) e lotes agrícolas (vide quadro 03 abaixo).

Quadro 3 - Famílias não residentes na faixa de obras do PISF elegíveis ao PBA-08

EIXO	Vila Produtiva Rural	Município	UF	Lotes Residenciais sem casas construídas + Lotes Agrícolas
Norte	Captação	Cabrobó	PE	06
	Baixio dos Grandes			28
TOTAL				34

Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2017.

Conforme tabela acima, observa-se que do total de famílias reassentadas, 814 (oitocentos e catorze) eram residentes das áreas desapropriadas e apenas 34 (trinta e quatro) exerciam atividades produtivas nessas áreas, mesmo assim enquadravam-se nos critérios do Programa de Reassentamento

Destaca-se que os critérios para elegibilidade dos beneficiários ao Programa de Reassentamento foram definidos a partir da identificação das famílias residentes e trabalhadoras das áreas a serem desapropriadas, classificadas em: proprietárias residentes no local (PRL); não proprietárias de terras com benfeitorias (MCB) e; não proprietárias de terras sem benfeitorias (MSB).

Enfatiza-se ainda que, desse total de 848 (oitocentos e quarenta e oito) famílias reassentadas pelo projeto, 67 (sessenta e sete) eram proprietárias das áreas desapropriadas para construção das obras, correspondendo a 8% dos beneficiários; 22%, correspondentes a 191 (cento e noventa e um) famílias eram moradores com benfeitorias (MCB) e; 70%, correspondentes a 590 famílias eram moradores sem benfeitorias (MSB).

As famílias beneficiárias do Programa de Reassentamento das Populações foram reassentadas em áreas compostas por setores residenciais e produtivos, sendo o setor residencial constituído por casas com infraestrutura de saneamento básico, estruturas comunitárias e acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais.

Os lotes residenciais das VPR's possuem uma área de 0,5 ha cada, com dimensões de 50 (cinquenta) metros de largura x 100 (cem) metros de comprimento e as casas neles construídas possuem uma área de 99,88 m², composta por 03 (três) quartos, 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha, 01 (um) banheiro, 01 (uma) varanda e 01 (uma) área de serviço.

No que se refere à infraestrutura comunitária das VPR's e equipamentos públicos, em praticamente todas elas foram construídas posto de saúde e escola no intuito de que as gestões municipais locais pudessem oportunizar às famílias residentes a prestação dos serviços essenciais na área de educação e saúde na intenção de possibilitar a melhoria da qualidade de vida das famílias reassentadas, conforme previsto no Plano de Reassentamento (2005).

Porém, na prática, observou-se por meio de pesquisas realizadas junto aos acervos documentais do MDR (documentação interna, tais como ofícios e relatórios de acompanhamento), que embora o órgão empreendedor tenha concedido a cessão dos equipamentos públicos à administração municipal, com o intuito de viabilizar o atendimento das comunidades reassentadas aos serviços essenciais e constitucionais de educação e atendimento médico, muitos desses prédios encontram-se inutilizados e sem aproveitamento para a comunidade.

Todas as VPR's também contaram com a construção de um prédio para sede da associação comunitária, os quais possuem uma área de aproximadamente 121,46 m², com espaço para reuniões, palestras e atividades administrativas. Dispõem também de áreas destinadas à recreação, constituída por 01 (um) campo de futebol, 01 (uma) quadra poliesportiva e 01 (uma) praça de convivência urbanizada, embora muitas delas precisem de manutenção, o que deveria ser feito a partir da articulação de parcerias junto à administração pública municipal.

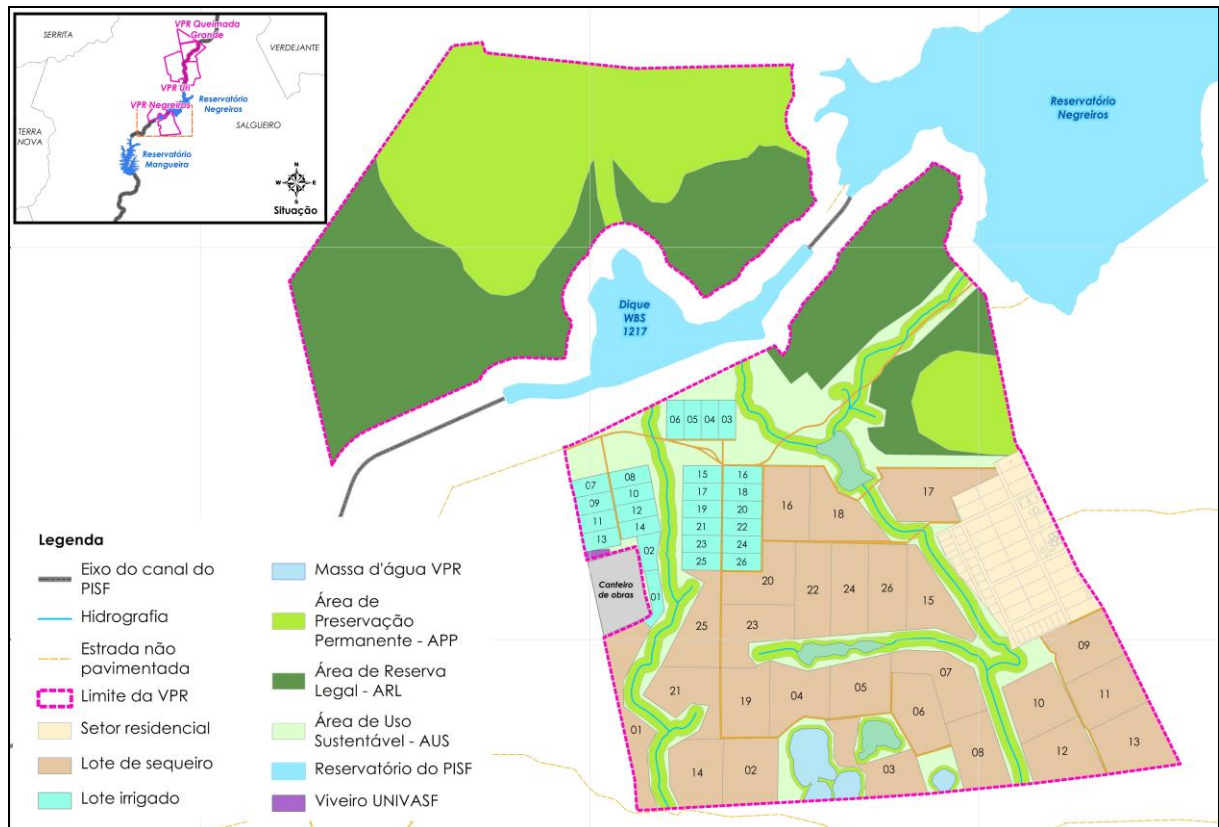
O setor residencial conta ainda com uma área de expansão para fins residenciais, com dimensões de 25,00 m de largura x 50,00 m de comprimento por lote, a qual é destinada a posse de cada um dos beneficiários das VPR's, objetivando mais uma área de moradia para atender demandas futuras, provenientes da extensão/multiplicação dos núcleos familiares, sendo vetada a possibilidade de comercialização ou destinação com fins especulativos.

Já o setor produtivo contempla a demarcação e implantação de lotes produtivos irrigados e de sequeiros, construção de cercas do perímetro externo das vilas, vias de acesso, entre outros.

É importante observar que o Núcleo Produtivo das VPR's é subdividido em lotes irrigados e lotes de sequeiros. Além disso, as VPR's contam com uma Área de Uso Sustentável (AUS) destinada à instalação de infraestrutura coletiva de apoio a

produção e de áreas protegidas pela legislação ambiental, constituídas por Áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP), conforme mostra o Mapa Arranjo Geral da VPR Negreiros, localizada no município de Salgueiro/PE, ilustrada na figura 3 abaixo:

Figura 3 – ARRANJO GERAL DA VPR NEGREIROS - SALGUEIRO/PE.



Fonte: Brasil – Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021.

O dimensionamento dos lotes produtivos de sequeiro²⁸ ocorreu de acordo com a disponibilidade de área existente em cada VPR, garantindo-se, no entanto, o

²⁸ “A expressão sequeira deriva-se da palavra seco e refere-se a uma plantação em solo firme. Trata-se de uma técnica agrícola para cultivar terrenos onde o nível de pluviosidade é baixo, mas que não impede a produção, sendo essa forma de agricultura bastante comum no semiárido nordestino entre os agricultores que realizam o aproveitamento da água da chuva para a produção. Essa modalidade agrícola visa atingir eficiência em terras áridas através da escolha de espécies de cultivo que não necessitem de irrigação constante, podendo suportar os períodos de estiagem entre uma chuva e outra” (Comitê da Bacia do Rio São Francisco. A agricultura de sequeiro, 2015. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cultura_blog/a-agricultura-de-sequeiro-3/>. Acesso em 07/07/2021.

mínimo 05 (cinco) hectares por beneficiário, sendo 01 (um) hectare equipado com sistema de irrigação. Nesta perspectiva o projeto postula que:

A área com irrigação permitirá às famílias reassentadas produção durante todo o ano, tendo em vista a disponibilização hídrica do projeto e a excelente condição climática da região para produção irrigada. Como os lotes irrigados são contíguos, os beneficiários poderão desenvolver atividades produtivas em grupo, otimizando com isso, a mão de obra, facilitando a aquisição de insumos e o escoamento da produção mediante o planejamento de cultivo em conjunto (BRASIL, 2016, p.1).

Outro fato importante, refere-se aos lotes de irrigação, pois embora estes tenham sido demarcados em todas as vilas, conforme apresentado na figura 3, a implantação do sistema de irrigação ainda não foi realizada. Entretanto, conforme Ministério de Desenvolvimento Regional, o processo licitatório para a contratação da empresa responsável pela execução do serviço já foi concluído, embora a empresa vencedora ainda não tenha recebido a ordem de serviço. Vale enfatizar que esta é uma das ações mais esperadas pelos beneficiários do projeto, uma vez que trará maiores e melhores condições de produção aos reassentados.

Destaca-se que, conforme postula o Plano de Reassentamento das Populações, cada beneficiário receberá 01 (um) lote irrigado, equipado e preparado para o desenvolvimento da produção irrigada, bem como, terá acesso à assistência técnica para desenvolvimento das primeiras produções.

Cabe destacar ainda que, em 2017, o MDR fez a entrega da Declaração de Posse à área a todas as famílias reassentadas nas VPR's. A referida documentação, embora não conceda aos beneficiários a titularidade das terras, corresponde a um dos requisitos para a emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), conseqüentemente, oportuniza aos beneficiários o acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, inclusive o acesso ao crédito.

Em consonância, em 2019, foi disponibilizado a cada beneficiário das VPR's o Recibo do Cadastro Ambiental Rural (CAR²⁹), sendo tal documento mais uma

²⁹ O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das áreas de preservação permanente (APP), das áreas de reserva legal, das florestas e dos

exigência das instituições financeiras para o acesso às linhas de crédito voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Considera-se que ambas as documentações viabilizaram aos beneficiários a oportunidade do acesso às políticas destinadas ao pequeno agricultor, pois, a partir disso, muitas famílias puderam acessar linhas de créditos e fortalecer suas atividades de produção, embora, em sua maioria, as atividades desenvolvidas nas vilas caracterizem-se como atividades de subsistência.

4.4.1 Caracterização Social, Econômica e Ambiental das VPR's

A promoção do desenvolvimento e a organização comunitária das famílias reassentadas tem sido um grande desafio do PISF. Para isso, o Plano de Reassentamento apresentou dentro do seu escopo a ação de apoio à formação de lideranças e associações, por meio da realização de programas de treinamento e estímulo à organização social das VPR's implantadas no âmbito do projeto, visando o fortalecimento da participação social, da construção do senso de pertencimento à área de reassentamento e o empoderamento dos atores sociais locais.

Conforme dados secundários presentes no acompanhamento às atividades desenvolvidas junto às famílias reassentadas, leituras de relatórios de vistorias e acompanhamento social elaborados pela equipe socioambiental do PISF, responsáveis pelas ações desenvolvidas junto às famílias reassentadas, observou-se que ao longo da implementação do Programa de Reassentamento das Populações foram realizadas diversas capacitações, conforme previsto em seu Plano Estratégico de Implementação.

Dentre essas ações, enfatiza-se a realização de atividades de apoio à constituição e organização administrativa e fiscal das associações das Vilas Produtivas Rurais, contemplando a formação de grupos de responsabilidades voltados para produção, segurança alimentar, saúde, educação, meio ambiente e organização social, a fim de fomentar o associativismo.

remanescentes de vegetação nativa, das áreas de uso restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país (Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDS, 2017. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/cadastro-ambiental-rural>).

Nesta perspectiva, pode-se observar através dos relatórios sociais, vistorias, levantamentos e demais documentos elaborados pelo MDR ao longo do processo de acompanhamento às famílias reassentadas, que em todas as 18 (dezoito) VPR's implantadas pelo PISF, os beneficiários foram estimulados através das oficinas e reuniões a formalizarem associações em prol de um processo participativo e organizativo.

Todavia, embora 95% das vilas tenham instituído suas associações e apresentem todas as documentais legais necessárias para o seu reconhecimento, enquanto instituição formal, na prática há uma grande resistência de muitos beneficiários do projeto em integralizarem-se ao processo, evidenciando que muitas das associações formalizadas precisam de uma reestruturação, a fim de fortalecerem-se enquanto organizações sociais independentes, empoderadas e conscientes da sua importância enquanto precursoras do desenvolvimento da sua comunidade.

Diante das observações realizadas, bem como das intervenções feitas enquanto integrante da equipe técnica, considera-se que as questões sociais e organizativas foram um dos principais pontos dessa pesquisa, uma vez que estes são fatores condicionantes à sustentabilidade das vilas e, como tais, precisam ser fortalecidos. Nessa perspectiva, Fernandes (2006, p.01) ressalta que:

As identidades dos indivíduos nas organizações são construídas a partir da interação humana, ao se compartilhar objetivos, regras e valores, entre outros, exercendo uma influência considerável sobre a motivação dos trabalhadores, assim como sua satisfação e produtividade (FERNANDES, 2006, p.01).

Com isso, verifica-se que a dificuldade de interação social com vistas à construção de uma base organizacional efetiva mostra-se como uma questão cultural com rebatimento em várias outras questões dentro dessas comunidades.

Nesse contexto organizacional e de construção ou reafirmação de identidade, observa-se que grande parte da resistência dos beneficiários em se associar, refere-se ao fato de que estes desacreditam na capacidade da organização como promotora do desenvolvimento local, bem como na capacidade de se verem como agentes promotores do desenvolvimento, creditando maior valor às instituições que

aos sujeitos. Por isso, mantêm-se presos às antigas instituições, conseqüentemente, à mercê das “suas benevolências”.

No que se refere à questão produtiva e econômica, salienta-se que, embora em todas as vilas já tenham sido feitas as entregas dos lotes de sequeiro, área que embora faça parte da realidade da maioria dos produtores da região, uma vez que a falta de água impede o desenvolvimento da agricultura irrigada, a falta de infraestrutura dos lotes de sequeiros recebidos, constitui-se um grande desafio para estes agricultores reassentados, haja vista que esses lotes sob suas posses precisaram ser internamente cercados e desmatados pelos próprios beneficiários. Além disso, sem acesso à infraestrutura hídrica suficiente, tais como açudes ou barreiros, há dificuldades no desenvolvimento da produção.

Nesse contexto, uma das formas que o Ministério da Integração Nacional, atual MDR, utilizou para intervir foi a institucionalização do Programa de Recebimento da Verba Temporária de Apoio à Manutenção das Famílias Reassentadas nas Vilas Produtivas Rurais (VMT), nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Medida Provisória nº 474, de 23 de dezembro de 2009, concebido como uma forma de suprir as principais necessidades financeiras das famílias beneficiárias, até que estas recebam os lotes irrigados e tenham condições de produzirem e obterem o autos sustento.

Enfatiza-se que a VMT foi criada com a finalidade de atenuar os impactos causados pelo processo de reassentamento, considerando que não havia condições para a retomada imediata de atividades produtivas logo após a transferência das famílias para as VPR's, todavia, o que foi idealizado como um subsídio temporário tem perdurado até o momento, considerando que os lotes de irrigação ainda não foram entregues aos beneficiários.

Ainda, no que se refere à organização socioprodutiva e ambiental das VPR's, observa-se que, dentre várias questões, há uma condicionante imposta no Plano de Reassentamento, visando reinserção socioeconômica das famílias em suas atividades produtivas. Nesse intuito, o MDR contratou a elaboração de um Plano de Sustentabilidade para cada uma das VPR's, a fim de embasar-se de informações e estratégias capazes de apoiar o processo de desenvolvimento das vilas.

Nesse contexto, as estratégias desenvolvidas para apoiar o processo de desenvolvimento das vilas iniciaram-se antes mesmos das transferências das famílias às VPR's, uma vez que foram realizadas, em todas elas, atividades para preparação da transferência dos beneficiários.

Nesta fase, iniciou-se o processo de reinserção e organização social e econômica das famílias, consolidação de práticas socioambientais e atividades preliminares para a transferência, as quais contemplaram: o cadastro de móveis, utensílios e animais domésticos; a distribuição das casas a partir de critérios de parentesco, vizinhança e afinidade (consensuados com a população beneficiária); e a elaboração do Plano de Transferência, bem como da documentação para a posse provisória das casas.

Ainda nesta fase, foram realizadas atividades de capacitação, compreendendo temas relacionados à qualidade de vida, assim como conceitos importantes para a vida em comunidade baseados na ética e relações humanas, despertando o associativismo e motivando compromissos com as estruturas de uso coletivo (escola, posto de saúde, sede da associação, praça e campo de futebol, entre outras) e com o meio ambiente.

Neste contexto, foram definidos 05 (cinco) módulos de capacitação para a preparação da transferência das famílias, conforme apresentado abaixo:

- Módulo I: Qualidade de Vida;
- Módulo II: Ética e Relações Humanas;
- Módulo III: Associativismo e Participação Comunitária;
- Módulo IV: Organização Administrativa e Fiscal da Associação;
- Módulo V: Estruturas Sociais e Unidades Ambientais.

Para a transferência das famílias de seus locais de origem para a Vila Produtiva Rural, o MDR disponibilizou toda a logística necessária para o transporte dos móveis, utensílios e animais domésticos. Além disso, as famílias foram assistidas e acompanhadas durante todo o processo de transferência, desde o carregamento dos caminhões de mudanças na sua base origem até o descarregamento na residência da VPR.

Na fase de pós-transferência, as ações desenvolveram-se por meio de apoio social, econômico e técnico às famílias reassentadas, a fim de facilitar e propiciar condições para a sua reinserção nas novas áreas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

Nessa fase, foram realizadas capacitações modulares que envolveram temas relacionados ao apoio às associações, proposição de parcerias e alternativas de renda para as famílias, objetivando qualificar a participação comunitária para as discussões e elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável, concebido na perspectiva de definir ações capazes de apoiar e fortalecer o processo de reinserção, organização social e econômica das famílias reassentadas, promovendo a consolidação de práticas socioambientais, bem como para a discussão sobre a necessidade de estruturação de projetos de desenvolvimento e busca de parceiros institucionais (Brasil, 2019)³⁰.

Nesta premissa, foram definidos e desenvolvidos 05 (cinco) módulos de capacitação, conforme apresentado a seguir:

- Módulo VI: Sustentabilidade nas Vilas Produtivas Rurais;
- Módulo VII: Planejamento para a Sustentabilidade;
- Módulo VIII: Atuação dos Grupos de Responsabilidade e Desenvolvimento de Projetos;
- Módulo IX: Planejamento e Organização Produtiva para Sustentabilidade das Vilas Produtivas Rurais;
- Módulo X: Interação Comunitária e Articulação Institucional para Desenvolvimento de Projetos Socioprodutivos nas Vilas Produtivas Rurais.

Posteriormente, em interface com o Programa de Educação Ambiental do PISF, foram realizadas novas capacitações com o objetivo de potencializar os aspectos correspondentes à melhoria da qualidade ambiental da Vila, a fim de favorecer o aprendizado de instrumentos de diagnóstico e planejamento

³⁰ Relatório de Acompanhamento Social, 2019. MDR/CMT Engenharia

participativo. Desse modo, foram realizados 3 (três) módulos de capacitação, conforme apresentado a seguir:

- Módulo I: Mapa Social;
- Módulo II: Educação Popular e Ambiental;
- Módulo III: Mobilização e Organização Social.

Destaca-se que os Planos de Desenvolvimento Sustentável das VPR's foram elaborados de forma participativa, a partir da realização de reuniões, oficinas e atividades formativas junto às famílias reassentadas, que apontaram como ações prioritárias o investimento em atividades produtivas, que promovessem a integração dos sistemas produtivos nos diferentes espaços, recursos e potencialidades existentes nas VPR's.

Coadunando com esta ação, entre 2018 e 2019, a partir da parceira formalizada entre o MDR e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) foi construído um Plano de Ações prevendo atividades produtivas e capacitação para atender as ações do Programa de Reassentamento de Populações – PBA 08, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)³¹

As ações propostas nesse plano advêm de considerações da equipe da UNIVASF/PISF em relação ao Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental das VPR's e dos Planos de Desenvolvimento Sustentável. É importante registrar que as análises realizadas pela equipe técnica da UNIVASF consideraram que os Planos de Desenvolvimento Sustentável, embora tenham sido construídos de forma participativa, em linhas gerais, não apresentavam viabilidades técnicas, uma vez que muitas das ações e propostas neles apresentadas não condiziam com a realidade das VPR's, fazendo-se necessário uma reestruturação das ações a serem implementadas para o fortalecimento organizacional e produtivo dessas comunidades.

³¹ Plano de Ações: Atividades Produtivas e Capacitação, 2019.

A partir disso, consolidou-se uma nova proposta de capacitação, a qual passou a ser coordenada e executada por equipe técnica da UNIVASF/PISF, estando atualmente em implementação nas Vilas Produtivas Rurais, com intuito de cumprir com a seguinte missão:

A promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável tendo como princípios a promoção de processos sociais locais que contribuam com a segurança alimentar, geração de ocupação e renda visando promover a autossustentabilidade das famílias. Além disso, também serão apoiados os processos e organizações associativas locais, bem como a constituição de sistemas produtivos adaptados ao Semiárido em consonância com a preservação do meio ambiente (UNIVASF/PISF, 2018, p.3)³².

É ainda importante registrar que, por meio da parceria entre o MDR e a UNIVASF, encontra-se em implementação ações voltadas para “o desenvolvimento integral das atividades socioprodutivas e ambientais, promoção da segurança alimentar e preservação dos recursos naturais” das Vilas Produtivas Rurais implementadas pelo PISF, conforme estabelecido no TED 006/2017 (Plano de Ações: Atividades Produtivas e Capacitação UNIVASF/PISF, 2018, p.3-4).

As ações propostas no plano propõem-se também a apoiar as organizações associativas locais, estimulando a constituição de sistemas produtivos que dialogam com a perspectiva da Convivência com o Semiárido em consonância com a preservação do meio ambiente, em vista disso, foram estruturadas em 03 eixos de atuação a saber: i) Eixo 1 – Capacitações - Capacitar as famílias das VPR's nos processos de Planejamento e Organização Socioprodutivas e Ambiental; ii) Eixo 2 - Implantação das Unidades Demonstrativas - Possibilitar espaços de divulgar, vivências, troca de saberes, capacitação/treinamento e experimentação em propostas socioprodutivas e organizativas nas próprias VPR's; iii) Eixo 3 - Ações Formativas Diversas - Serão elencadas as necessidades de ações formativas a partir da interação da equipe da UNIVASF/PISF com as comunidades a partir da implementação dos dois eixos anteriores (UNIVASF/PISF, 2018, p.4)³³.

Ressalta-se que como estratégia técnica, uma das primeiras atividades desenvolvidas pelo Plano de Ações foi a promoção do encontro entre representantes de todas as VPR's, dessa forma, no período de 21 a 25 de janeiro do ano de 2019,

³²Plano de Ações: Atividades Produtivas e Capacitação, 2019.

³³ Plano de Ações: Atividades Produtivas e Capacitação, 2019.

ocorreu no Campus Espaço Plural, em Juazeiro (BA) o “Curso de Capacitação em Planejamento, Organização Socioprodutiva e Ambiental para Lideranças Representativas das Vilas Produtivas Rurais do PISF, o qual contou com a participação de 75 pessoas representantes das VPR’s.

Este encontro entre VPR’s representou um grande avanço para o fortalecimento do processo organizacional das vilas, surgindo a partir dele a criação do Fórum das Vilas Produtivas Rurais, os quais são promovidos e organizados por suas lideranças. Em 1 ano de criação este fórum já se reuniu por 4 vezes, sendo o último encontro em 31 de janeiro do 2020, não tendo sido possível reuniões posteriores em virtude da pandemia. Todavia, embora a pandemia tenha impedido a possibilidade de novos encontros, o fórum vem se reunindo de forma remota e planeja a realização de novos encontros tão logo seja possível a realização de eventos.

No que se refere às questões ambientais, observa-se que em todas as propostas e ações desenvolvidas junto às famílias reassentadas foram discutidos e trabalhados aspectos relativos ao meio ambiente, chamando a atenção dos beneficiários sobre a importância do tema e a necessidade de proteção e manutenção do mesmo.

Nesse sentido, é possível observar que em alguns aspectos a preocupação com o meio ambiente foi internalizada pela maioria dos moradores das VPR’s, os quais cumprem com o compromisso em preservar o meio em que vivem, apesar das dificuldades encontradas, como por exemplo, a dificuldade da gestão municipal em realizar a coleta do lixo.

Além disso, observa-se que as discussões desenvolvidas durante as atividades promovidas pelo Programa de Educação Ambiental do PISF, foi possível uma maior compreensão sobre a não utilização indiscriminada do uso de agrotóxicos, da importância das Áreas de Preservação Permanente (APP’s) e demais áreas consideradas de relevância para o meio ambiente, dentre outras questões voltadas para o tema.

Na perspectiva de fortalecimento das organizações locais, a fim da obtenção dos resultados propostos pelo programa, as ações realizadas junto às famílias estão

sendo desenhadas no intuito do fortalecimento organizacional das Vilas Produtivas Rurais.

Com isso, verifica-se que o Plano de Fortalecimento das Vilas Produtivas Rurais é uma ação em curso e objetiva apoiar as vilas, cujas associações necessitam de uma reestruturação, cuja participação social ainda é bastante fragilizada, a despeito de todos os trabalhos já feitos.

Nessa direção, espera-se que os desafios e os gargalos possam ser superados, sendo os atores sociais locais orientados a se envolverem em estratégias que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade da comunidade, contribuindo efetivamente para a transformação local, bem como para troca de informações entre reassentamentos, a partir das experiências obtidas no processo de intervenção.

Por outro lado, é importante enfatizar que, considerando o contexto atual vivenciado em virtude da pandemia, houve uma paralisação no desenvolvimento das ações que pudessem gerar aglomeração entre as famílias reassentadas. Destarte, embora as atividades de acompanhamento aos reassentados continuem sendo realizadas, as reuniões e oficinas precisaram ser adiadas, com previsão de retorno progressivo, assim que possível

4.5 VILAS PRODUTIVAS RURAIS PESQUISADAS

Enfatiza-se que embora essa pesquisa não aprofunde as questões relacionadas às 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais implantadas pelo PISF, observou-se ao longo do processo de acompanhamento às famílias reassentadas uma progressiva melhoria na sua qualidade de vida, principalmente, para aquelas que não possuíam a posse da terra e viviam na área na condição de morador sem benfeitorias.

Nessa análise observa-se que das 848 (oitocentos e quarenta e oito) famílias reassentadas pelo projeto, 92% desse total, apesar de residirem e/ou desenvolverem atividades na área desapropriada, não eram proprietárias nem detinham a posse da terra expropriada, conforme especificado no quadro abaixo.

Tabela 01 – Cadastro de Beneficiários das Vilas Produtivas Rurais do PISF

Classificação do Beneficiário no cadastro	Quantidade	Percentual (%)
Proprietário Residente no Local – PRL	67	8%
Não proprietário de terras com benfeitorias, também denominado Morador com Benfeitoria – MCB	191	22%
Não proprietárias de terras sem benfeitorias, também denominado Morador sem Benfeitoria – MSB	590	70%
Total	848	100%

Fonte: Brasil, 2021, adaptado pela autora.

Contudo, vale salientar, que esses moradores sem benfeitorias eram, em sua maioria, produtores da agricultura familiar, que residiam e trabalhavam na área na condição de meeiros ou agregados dos proprietários expropriados. Neste contexto, pode se afirmar que direta ou indiretamente o projeto possibilitou uma desconcentração fundiária ao longo da sua faixa de obras, uma vez as famílias que viviam na área em condição de vulnerabilidade e de falta de autonomia por não deterem a posse da terra em que moravam, puderam deixar a condição de ser simples moradores ou benfeitores, passando a ter a oportunidade de ser reassentadas na mesma condição de proprietário, inibindo com isso o processo de exploração anteriormente vivenciado.

Nesta premissa, a pesquisa em pauta buscou em seu escopo trazer um estudo mais aprofundado de questões consideradas relevantes para uma melhor análise da proposta de reassentamento apresentada pelo PISF, considerando ao analisar a sustentabilidade de 03 (três) das 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais implantadas pelo projeto no Estado da Paraíba, conforme discriminadas no quadro abaixo:

Quadro 04 – Relação das VPR's Pesquisadas.

EIXO	VPR	Município	UF	Total de Famílias Reassentadas
NORTE	Cacaré	S. J. de Piranhas	PB	120
	Bartolomeu	Cajazeiras		24
LESTE	Lafayette	Monteiro		61
TOTAL				205

Fonte: Brasil, 2020, adaptado pela autora.

Embora essa pesquisa se limite a analisar especificamente as VPR Bartolomeu, VPR Lafayette e VPR Cacaré, localizadas nos municípios de Cajazeiras/PB; Monteiro/PB e São José de Piranhas/PB, respectivamente, vale destacar que no Estado da Paraíba há mais 03 Vilas Produtivas Rurais, a saber: Irapuá I, Irapuá II e Quixeramobim, todas elas localizadas no município de São José de Piranhas, as quais apresentam características e dinâmicas sócio organizacionais e produtivas bem similares às 03 (três) VPR's estudadas.

A escolha das vilas estudadas baseou-se na expectativa de que os resultados apresentados nessa pesquisa possam servir como base para o fortalecimento das demais comunidades, considerando que todas VPR's, implantadas no âmbito do PISF, foram concebidas nas mesmas condições, recebendo as mesmas ações de infraestrutura e formas de intervenções. Todavia, percebe-se que as dinâmicas promovidas pelos atores sociais de cada comunidade é o principal diferenciador no aproveitamento das ações e estratégias.

Destarte, conforme será visto no tópico, a seguir, a caracterização física, social e econômica das três VPR's pesquisadas apresentam várias semelhanças com as demais vilas implantadas pelo PISF, porém a participação e envolvimento da população configuram-se como vetores do processo de construção do Desenvolvimento Sustentável dessas comunidades, conforme análise mais detalhada sobre isso.

4.5.1 A Vila Produtiva Rural Bartolomeu

A Vila Produtiva Rural Bartolomeu foi projetada para receber 24 (vinte e quatro) famílias afetadas diretamente pelas obras de construção do PISF, tendo sido deslocadas da faixa de obra do canal e do reservatório Caiçara. As famílias reassentadas nesta VPR residiam originalmente nas comunidades rurais de Bartolomeu, Arruído e Caiçara, no município de Cajazeiras - PB.

Conforme Relatório de Caracterização da VPR Bartolomeu (2016), a comunidade localiza-se na zona rural do município de Cajazeiras - PB, Eixo Norte - Trecho II do PISF, tendo como coordenadas UTM SAD 69 24M 545930 E; 9223320

N, onde o principal acesso à área da VPR é realizado a partir do município de Cajazeiras - PB, rodovia federal BR-230, em direção a Souza – PB. A 2 km de Cajazeiras, entra-se à direita, percorrendo 14,9 km em rodovia estadual PB-400 e, em seguida, entra-se a direita, percorrendo-se 2,5 km em estrada vicinal até a VPR.

A VPR Bartolomeu ocupa uma área de 242,652 ha, sendo constituída pelos setores residencial e produtivo (vide quadro abaixo).

Quadro 05 - Destinação da área da VPR Bartolomeu.

Descrição		Área por Beneficiário (ha)	Área (ha)
Setor Residencial			19,555
Setor Produtivo	Área indicada para estudo de irrigação	0,94	22,502
	Área de Sequeiro	5,00	121,288
Áreas Protegidas	Área de Preservação Permanente – APP	14,054	
	Área de Reserva Legal – ARL interna	33,304	
Área de Uso Sustentável (Área destinada instalação/implantação de infraestruturas de apoio da produção coletiva)		18,904	
Hidrografia/massa d'água		8,186	
Estrada Interna		4,609	
Estrada Projetada		0,251	
Total (ha)			242,652

Fonte: Brasil, 2019, adaptado pela pesquisadora.

Conforme pode-se observar acima, o setor residencial ocupa uma área de 19,55 ha, tendo sido construído nessa área 24 (vinte e quatro) lotes residenciais, com 24 (vinte e quatro) casas, 01 (uma) escola, 01 (um) posto de saúde, 01 (um) prédio da associação comunitária e áreas de lazer com campo de futebol, quadra poliesportiva, praça de convivência e área de expansão para residências e comércio/institucional.

Observa-se que a maior porção de área da VPR representa 223,10 ha, a qual foi utilizada para a implementação do setor produtivo (irrigado e sequeiro), Área de

Preservação Permanente - APP, Área de Reserva Legal e Área de Uso Sustentável (Área destinada instalação/implantação de infraestruturas de apoio da produção coletiva), bem como, demais área previstas infraestruturas necessárias, conforme pode ser visto no quadro acima.

Sobre os beneficiários reassentados nessa VPR, é importante registrar que, de acordo com o cadastramento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, das 24 (vinte e quatro) famílias reassentadas 05 (cinco) foram classificadas como Moradores Com Benfeitoria (MCB), 10 (dez) como Moradores Sem Benfeitoria (MSB) e 09 (nove) como proprietário residente no lote (PRL), sendo possível averiguar que menos de 50% dos beneficiários da Vila Produtiva Rural Bartolomeu eram proprietários, os demais eram produtores da agricultura familiar, a maioria sem posse das terras em que moravam, e estavam no local na condição de meeiros.

Ressalta-se que essas famílias antes de serem reassentadas, em sua maioria, exerciam a atividade agrícola de sequeiro e a criação de pequenos, médios e grandes animais, como suinocultura, caprinocultura, ovinocultura, avicultura, além de bovinocultura. Ao serem reassentadas na VPR, em 2016, continuaram desenvolvendo suas produções, sendo a maior parte delas desenvolvidas dentro do próprio lote residencial, constituído de meio hectare, sendo denominado de quintal produtivo.

Destaca-se que o consórcio de culturas, que corresponde a 66% da área total cultivada, foi a atividade agrícola predominante na VPR Bartolomeu. Observa-se que na composição dos consórcios, os beneficiários utilizaram, predominantemente, as seguintes culturas: milho, feijão, fava e capim.

Cabe destacar que, s dos 21 beneficiários que desenvolvem atividades agropecuárias, 01 obtêm renda por meio de sua produção e os demais desenvolvem essas atividades somente para a subsistência de suas famílias.

A renda média mensal advinda das atividades agropecuárias desenvolvidas nesta Vila corresponde a R\$600,00 (seiscentos reais) por beneficiário. Observa-se que a referida média considerou somente os beneficiários que comercializam sua produção.

Sobre a questão da educação, informa-se que antes da pandemia a unidade escolar da VPR funcionava atendendo os alunos do ensino fundamental, filhos de moradores da vila e de outras comunidades localizadas próximas à vila. Todavia, em virtude da pandemia, as aulas estão sendo realizadas de forma remota. Quanto ao atendimento à saúde a comunidade tem tido acompanhamento médico uma vez por mês.

No que se refere à questão organizativa, a Associação de Moradores da VPR Bartolomeu, denominada Associação Comunitária da Vila Produtiva Rural Bartolomeu, registrada no CNPJ sob o nº 24.117.314/0001-37, foi constituída em 23 de novembro de 2015. Sua estrutura organizacional é formada por Diretor Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e Conselho Fiscal.

A associação encontra-se em atividade, com um quadro de associados formado por 35 (trinta e cinco) moradores da Vila, todavia, em virtude da pandemia, as reuniões foram suspensas, ficando as discussões e definições desenvolvidas por meio de rede sociais, principalmente pelo aplicativo WhatsApp.

4.5.2 A Vila Produtiva Rural Cacaré

A Vila Produtiva Rural Cacaré foi projetada para receber 120 (cento e vinte) famílias afetadas diretamente pelo PISF, uma vez que elas residiam nas áreas de construção do canal e dos reservatórios Morros e Boa Vista.

Enfatiza-se que as famílias reassentadas nesta VPR residiam originalmente nas comunidades rurais de Antas I, Canal, Cacaré, Irapuá, Junco, Morros, Riacho da Boa Vista, Santa Luzia, Varjota e Várzea de Antas, todas localizadas na zona rural do município de São José de Piranhas – PB e vizinhas à área de implantação do reassentamento.

A VPR Cacaré localiza-se no município de São José de Piranhas – PB, no Eixo Norte - Trecho II do PISF, tendo sua principal via de acesso a PB 366, que margeia parte do seu território e segue até a entrada principal da vila. Enfatiza-se que a distância da VPR para a sede do município é de aproximadamente 26 Km.

A VPR Cacaré ocupa uma área total de 1.696,422 ha, sendo constituída pelos setores residencial e setores produtivo, conforme mostra o quadro, a seguir:

Quadro 06 - Destinação da área da VPR Cacaré

Descrição		Área (ha)
Setor Residencial		86,373
Setor Produtivo	Área indicada para estudo de Irrigação	121,485
	Área de Sequeiro	725,338
Áreas Protegidas	Área de Preservação Permanente - APP	184,488
	Área de Reserva Legal – ARL Interna	256,585
Área de Uso Sustentável (Área destinada instalação/implantação de infraestruturas de apoio da produção coletiva)		256,819
Hidrografia/massa d'água		5,806
Estrada Interna		33,175
Estrada projetada		2,245
Faixa de domínio do desvio da PB-366		24,108
Total (ha)		1.696,422

Fonte: Brasil, 2019, adaptado pela pesquisadora.

Conforme o quadro acima, o setor residencial da VPR Cacaré ocupa uma área de 86,37, sendo composto por 120 (cento e vinte) lotes residenciais, com 120 (cento e vinte) casas, 01 (uma) escola, 01 (um) posto de saúde, 01 (um) prédio da associação comunitária e áreas de lazer com campo de futebol, quadra de poliesportiva, praça de convivência e área de expansão para residências e comércio/institucional.

Ressalta-se que, para o atendimento à demanda escolar da VPR, foi realizada a ampliação da antiga escola existente na comunidade, Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental (EMEIF) Joaquim Pereira Lima, demanda reivindicada pela comunidade que solicitou ao MDR a manutenção da antiga escola existente na comunidade.

Atualmente a Escola Joaquim Pereira Lima atende a Educação Infantil; ao Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e ao Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), representando o atendimento a 181 (cento e oitenta e um) alunos.

No que se refere ao atendimento à saúde, o Posto de Saúde existente na comunidade funciona como uma unidade âncora do Programa Saúde da Família (PSF), atendendo a comunidade uma vez por mês.

Enfatiza-se que, das famílias reassentadas, 07 (sete) foram cadastradas no projeto com a classificação de Proprietário Residente no Local (PRL), 31 (trinta e uma) como Moradores Com Benfeitoria (MCB) e 82 (oitenta e duas) como Moradores Sem Benfeitoria (MSB), conforme apresentado no quadro a seguir:

Tabela 02 - Classificação dos Beneficiários Cadastrados na VPR Cacaré.

Classificação do Beneficiário no cadastro	Quantidade	Percentual (%)
Proprietário Residente no Local – PRL	07	6%
Morador com Benfeitoria – MCB	31	26%
Morador sem Benfeitoria – MSB	82	68%

Fonte: Brasil, 2021, adaptado pela pesquisadora.

De acordo com o observado no quadro acima, 68% dos beneficiários ao programa eram Moradores sem Benfeitorias e não possuíam a posse da terra em que residiam e produziam, sendo alguns deles parentes ou agregados dos proprietários da área, mantendo-se no local na condição de meeiros.

Conforme cadastro fundiário do PISF, essas famílias exerciam a atividade agrícola de sequeiro e a criação de pequenos, médios e grandes animais, como suinocultura, caprinocultura, ovinocultura, avicultura, além de bovinocultura, atividades que desenvolvem até hoje dentro da VPR.

Destaca-se que, apesar do percentual de beneficiários que desenvolvem atividades agropecuárias ser representativo, a maioria das iniciativas identificadas

são de subsistência, caracterizadas por pequenas áreas de plantio e pequenos criatórios.

A Associação de Moradores da VPR Cacaré, denominada Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores da Vila Produtiva Rural Cacaré, registrada no CNPJ sob o nº 23.870.715/001-09, foi constituída em 02 de setembro de 2015.

A estrutura organizacional da Associação é formada por Presidente, Vice-presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro. A associação encontra-se em atividade, com um quadro de associados formado por 103 (cento e três) moradores da Vila, todavia, em virtude da pandemia, as reuniões foram suspensas, ficando as discussões e definições desenvolvidas por meio de rede sociais, principalmente pelo aplicativo WhatsApp. Todavia, a diretoria da associação reúne-se com frequência para resolver as demandas da comunidade.

4.5.3 A Vila Produtiva Rural Lafayette

A Vila Produtiva Rural Lafayette foi projetada para receber 60 (sessenta) famílias afetadas diretamente pelo empreendimento, as quais foram deslocadas da faixa de obra de construção do Eixo Leste, Trecho V do PISF.

As famílias reassentadas nesta Vila residiam originalmente nas comunidades rurais de Cipó, no município de Sertânia – PE e de Pau D' Arco, Engenho Velho, Extrema, Mulungu, São João, no município de Monteiro – PB, além de algumas famílias que residiam na área urbana de cidade de Monteiro/PB.

Conforme Relatório de Caracterização da VPR Lafayette (2016), a comunidade localiza-se no município de Monteiro – PB, no Eixo Leste - Trecho V, tendo como coordenadas UTM SAD 69 24M 705442 E; 91023075 N, sendo seu principal acesso realizado pela rodovia federal BR-110, estando a vila a 4 Km da cidade de Monteiro – PB.

A VPR Lafayette ocupa uma área de 621,809 ha, sendo constituída pelos setores residencial e produtivo, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 07 - Destinação da área da VPR Lafayette.

Descrição		Área (ha)
Setor Residencial		48,388
Setor Produtivo	Área Irrigável	62,133
	Área de Sequeiro	257,179
Áreas Protegidas	Área de Preservação Permanente - APP	41,686
	Área de Reserva Legal - ARL	129,656
Área de Uso Sustentável (Área destinada instalação/implantação de infraestruturas de apoio da produção coletiva).		43,777
Hidrografia/massa d'água		24,694
Estrada Interna		14,296
Total (ha)		621,809

Fonte: Brasil, 2019, adaptado pela pesquisadora

Conforme pode-se observar acima, o setor residencial ocupa uma área de 48,388 ha, sendo composto por 61 (sessenta e um) lotes residenciais, com 60 (sessenta) casas construídas pelo projeto, considerando que um dos beneficiários era morador da área adquirida para a implantação da vila e solicitou permanecer na mesma casa em que ocupava anteriormente.

Além disso, o setor residencial conta com 01 (uma) escola, 01 (um) posto de saúde, 01 (um) prédio da associação comunitária e áreas de lazer com campo de futebol, quadra poliesportiva, praça de convivência e área de expansão para residências e comércio/institucional.

Enfatiza-se dessas famílias reassentadas, 12 (doze) foram cadastradas no projeto com a classificação de Proprietário Residente no Local (PRL), 22 (vinte e duas) como Moradores Com Benfeitoria (MCB) e 27 (vinte e sete) como Moradores Sem Benfeitoria (MSB), conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 03 - Classificação dos beneficiários Cadastrados na VPR Lafayette.

Classificação do Beneficiário no cadastro	Quantidade	Percentual (%)
Proprietário Residente no Local – PRL	12	20%
Morador com Benfeitoria – MCB	22	36%
Morador sem Benfeitoria – MSB	27	44%

Fonte: Brasil, 2019, adaptado pela pesquisadora

A partir tabela acima é possível observar que a maioria das famílias reassentadas (44,26%), apesar de residirem na faixa de obra de construção do projeto, não eram proprietárias e nem detinham a posse da terra em que moravam. Todavia, todos os beneficiários desta Vila eram produtores da agricultura familiar, embora a maioria residisse na área na condição de meeiros ou agregados das propriedades expropriadas.

Essas famílias exerciam a atividade agrícola de sequeiro e a criação de pequenos, médios e grandes animais, como suinocultura, caprinocultura, ovinocultura, avicultura, além de bovinocultura.

Destaca-se que, apesar do percentual de beneficiários que desenvolvem atividades agropecuárias ser representativo, a maioria das iniciativas identificadas são de subsistência, caracterizadas por pequenas áreas de plantio e pequenos criatórios.

No que se refere a questão da educação, ressalta-se que a unidade escolar da VPR funcionou atendendo Educação Jovens e Adultos (EJA), todavia as atividades de ensino escolar foram paralisadas em decorrência da pandemia. Além disso, é consenso da comunidade que não há condições de funcionamento de uma escola dentro da comunidade, considerando que a demanda de alunos da comunidade não ser suficiente para justificar a abertura da escola. Ademais, a vila encontra-se a 4 Km da cidade de Monteiro e dispõe de transporte escolar.

Em virtude disso, o prédio da escola tem servido como base para o desenvolvimento da produção, uma vez que a associação utiliza a escola ociosa como infraestrutura para produção do leite e do algodão orgânico. Dessa forma, uma

das salas foi adaptada e reformado, conforme normas de vigilância sanitária, servindo como usina de resfriamento de leite. Em outra, num ponto oposto, a comunidade trabalha com o armazenamento e preparação do algodão orgânico para a comercialização. Quanto à questão da saúde a comunidade conta com atendimento médico semana, inclusive com consultório dentário.

Destaca-se que Associação de Moradores da VPR Lafayette, denominada Associação Comunitária da Vila Produtiva Rural VPR Lafayette, registrada no CNPJ sob o nº 23.670.015/0001-62, foi constituída em 19 de outubro de 2015. A estrutura organizacional da Associação é formada por Presidente, Vice-presidente, Primeiro e Segundo Secretário, Primeiro e Segundo Tesoureiro e Conselho Fiscal.

Atualmente, a Associação está em atividade, com um quadro de associados formado por 84 (oitenta e quatro) moradores da Vila e caracteriza-se pela grande capacidade em articular parcerias e desenvolver projetos produtivos com apoio de diversas organizações governamentais e não governamentais.

5. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS – VPR’S

5.1 INDICADORES DO PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS REASSENTADOS NAS VPR’S PESQUISADAS

É importante para a análise do processo de construção da sustentabilidade verificada nas Vilas Produtivas Rurais - VPRs Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, objeto desse estudo, inicialmente levantar o perfil produtivo e social das famílias reassentadas nessas comunidades, a partir de informações relacionadas ao crescimento populacional, à produção agropecuária e às fontes de renda.

Ressalta-se que esses atributos foram considerados pelo Programa de Reassentamento de Populações do PISF como indicadores de sustentabilidade, sendo medidos por meio de ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação periódica às famílias reassentadas, a fim de analisar seu processo de reinserção socioeconômica no “novo ambiente construído”, tendo em vista a gestão necessária à melhoria da qualidade de vida.

Os beneficiários reassentados nessas VPR’s são, em sua maioria, produtores da agricultura familiar, que exercem atividade agrícola e a criação de pequenos, médios e grandes animais nas áreas do reassentamento, atividades essas que já desenvolviam anteriormente, nas propriedades onde moravam.

Para isso, precisaram adequar ou incrementar essas novas áreas com infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da sua produção, considerando que as áreas produtivas entregues pelo PISF aos beneficiários reassentados, até o momento, são áreas de sequeiros, as quais não dispõem de infraestrutura hídrica para a produção, dessa forma, sem aportes necessários ao desenvolvimento da agricultura ou pecuária, (vide quadro abaixo).

Quadro 08 - Data de Entrega dos Lotes Residenciais e Produtivos aos beneficiários das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette.

VPR	Município/UF	Nº Famílias Inicialmente reassentadas	Nº Famílias Atualment e residentes	Lote Residencial (Transferência das famílias)	Lote de Expansão	Lote de Sequeiro	Lote Irrigado
Bartolomeu	Cajazeiras/PB	24	25	03 de março de 2016.	Não entregues ³⁴	01, 03 e 06/06/2016	Não entregue. Aguardando processo licitatório a ser lançado pelo MDR
Cacaré	São José de Piranhas/PB	120	131	21 a 23, 28 a 31 de março e 06 de abril de 2016.	Não entregues ³⁵	16 a 30/05/2017	
Lafayette	Monteiro/PB	61	84	15 a 18 de março de 2016.	30 a 31/05/2016	03 a 05/02/2016	

Fonte: Brasil, 2021, adaptado pela pesquisadora.

Observa-se que essas famílias foram transferidas para as áreas dos reassentamentos no ano de 2016, nesse mesmo ano, com exceção da VPR Cacaré, passaram a ter também a posse do lote de sequeiro. Todavia, conforme o MDR, o atraso na entrega desses lotes na VPR Cacaré se deu em virtude da necessidade de sua realocação em outras áreas, uma vez que as áreas rurais do município de São José de Piranhas/PB são marcadas por relevos acidentados e apresentam solos com importantes limitações e deficiências para a viabilidade atividades produtivas, sobretudo, atividades de irrigação.

Vale salientar que embora os lotes de sequeiro representem as maiores áreas desse arcabouço produtivo familiar idealizado pelo PISF, das 205 famílias reassentadas nessas 03 VPR's, apenas 66 (32%) conseguiram iniciar algumas atividades agrícolas nessa posse e somente 24 (12%) iniciaram algumas criações pecuárias (vide quadro abaixo).

³⁴ Lotes demarcados, mas não entregues. Destaca-se que o atraso se deu em virtude da necessidade de se rever as áreas em foram locados alguns desses lotes, as quais apresentavam limitações topográficas. Porém o MDR já reviu a situação. Em virtude do contexto da pandemia, informa-se que a reunião para sorteio e entrega precisou ser adiada, dessa forma, aguarda-se o retorno dos encontros presenciais.

³⁵ Idem

Quadro 09 - Área de Produção Agropecuária das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette.

VPR	Nº Famílias Reassentadas	AGRICULTURA								PECUÁRIA							
		Famílias Produzindo		Produção Lote Residencial		Produção Lote de Sequeiro		Produção Lote Residencial + Lote Sequeiro		Nº Famílias Produzindo		Produção Lote Residencial		Produção Lote de Sequeiro		Produção Lote Residencial + Lote Sequeiro	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bartolomeu	24	20	80%	19	79%	06	25%	05	21%	20	83%	20	83%	01	4%	01	4%
Cacaré	120	103	86%	94	78%	42	35%	33	26%	84	70%	83	69%	09	7,5%	08	7%
Lafayette	61	52	85%	50	81%	18	29%	18	29%	45	74%	40	66%	13	21%	08	13%
Total	205	175	85%	163	79,5%	66	32%	56	27%	149	73%	143	70%	23	11%	17	8%

Fonte: Brasil - Base documental PBA-08, 2021 – adaptado pela pesquisadora³⁶.

Considera-se que o número relativamente baixo de famílias realizando atividade nesses lotes de sequeiro se deve ao fato de que os investimentos iniciais para produção nessas áreas são relativamente altos para grande parte das famílias reassentadas, as quais, muitas vezes, precisam ter acesso a créditos e financiamentos específicos para o incremento da infraestrutura para a produção, tais como perfuração de poços, construção de barragens, construção de cercas, etc.

Todavia, merece destaque o fato de que, apesar dos desafios, 159 (cento e cinquenta e nove), do total de 205 (duzentas e cinco) famílias, terem implantado cercas nos seus lotes de sequeiro, ou seja, 77,5% dessas áreas encontram-se cercadas, denotando que, mesmo diante das dificuldades e limitações financeiras, os moradores dessas vilas estão investindo nessas áreas com expectativas de desenvolverem sua produção.

Outro dado importante demonstrado no quadro 11, acima, no que se refere à agricultura, é que 85% do total dessas famílias retomou o seu processo produtivo, sendo 79,5% delas nos lotes residenciais e 27% tanto no lote residencial quanto no lote de sequeiro. Este pode ser considerado um importante indicador de que as famílias reassentadas estão motivadas a desenvolverem atividades produtivas, que possam gerar renda para as famílias envolvidas.

³⁶ Diagnóstico Socioprodutivo das Vilas Produtivas Rurais, elaborado anualmente, conforme previsto pela Proposta Técnica para Monitoramento e Avaliação das Ações de Implementação do Programa de Reassentamento de Populações, item 08 do Projeto Básico Ambiental do PISF.

Situação similar foi constatada em relação à pecuária, onde 73% das famílias retomaram essa atividade, sendo que 70% realizam atividades nos lotes residenciais e apenas 8% desenvolvam atividades nas áreas de sequeiro. Todavia, vale salientar que não foi observado nos lotes residenciais nem de sequeiro o desenvolvimento de técnicas de manejo sanitário e reprodutivo dos rebanhos, prevalecendo o uso de métodos rústicos peculiares da pecuária tradicional.

Ressalta-se que nessas áreas de sequeiro, as atividades produtivas foram desenvolvidas apenas ao longo da estação chuvosa e que fora desse período, as famílias reassentadas ficam limitadas, pela escassez de água e a vulnerabilidade do modo produção, ocasionando perdas na produtividade e, por consequência, falta de retorno financeiro para a sua manutenção.

Todavia, se por um lado os beneficiários reassentados sentem as dificuldades do recomeço no setor produtivo, por outro compreendem os benefícios advindos da transformação na condição social que passou a ter a partir do reassentamento, haja vista que muitos saíram da simples condição de morador (86%), passando a ter a posse da terra em que moram, conforme quadro 12, abaixo.

Quadro 10 - Cadastro das famílias reassentadas nas VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette.

VPR	Proprietário Residente no Local – PRL		Não proprietário - Morador com Benefitoria – MCB		Não proprietário - Morador sem Benefitoria – MSB		Total de Famílias Reassentadas
	Valor	Percentual	Valor	Percentual	Valor	Percentual	
Cacaré	07	6%	31	26%	82	68%	120
Bartolomeu	09	37%	05	21%	10	42%	24
Lafayette	12	20%	22	36%	27	44%	61
Total	28	14%	58	28%	119	58%	205

Fonte: Brasil, 2021, adaptado pela pesquisadora.

Observa-se que o MDR ao reconhecer os moradores das áreas desapropriadas como público-alvo do seu Programa de Reassentamento, contribuiu, mesmo que indiretamente, para uma reestruturação fundiária ao longo da sua faixa de obras, à medida que proporcionou a muitas famílias o direito a uma determinada parcela de terra e a nela se reproduzir social e economicamente, garantindo ao

morador os mesmos direitos e benefícios que foi dado ao proprietário da área expropriada.

Ainda sobre a questão de produção e renda, outro fato bastante relevante a ser observado, refere-se aos resultados promissores apresentadas por várias famílias reassentadas nessas áreas, as quais, mesmo diante dos obstáculos, têm conseguido vários avanços. Nessa direção destacam-se as atividades agropecuárias desenvolvidas dentro dos lotes residenciais desses beneficiários, os chamados “quintais produtivos”, cuja dimensão é de meio hectare, por família.

Muitas das atividades desenvolvidas nos quintais produtivos são consideradas promissoras e podem ser replicadas nos lotes irrigados, quando recebidos, bem como, nos lotes de sequeiros e nas áreas coletivas das associações. Conforme levantamento in loco, há exemplos de destaque, que vêm acrescentando renda às famílias, como pode se observar:

- produção e comercialização de algodão orgânico nas VPRs Cacaré e Lafayette;
- projeto de piscicultura na VPR Lafayette;
- projetos de horticultura e avicultura nas VPRs Bartolomeu, Cacaré e Lafayette; dentre outras diversas atividades agropecuárias desenvolvidas dentro dessas vilas, conforme apresenta-se no quadro abaixo:

Quadro 11 - Produção Agropecuária Desenvolvida nas VPR's, Cacaré e Lafayette

Produção Agrícola	Produção Pecuária
Abacate, abóbora, acerola, açafraão, alface, algodão, banana, cajá, cajá manga, caju, cana-de-açúcar, cebolinha, coco, coentro, capim, fava, feijão, gergelim, goiaba, graviola, laranja, lima, limão, macaxeira, mamão, manga, maracujá, milho, noni, palma, pinha, romã, seriguela, tamarindo, tangerina, urucu,	Aves, suínos, caprinos, ovinos, bovinos.

Fonte: Base documental PBA-08, 2021 – adaptado pela pesquisadora

Acrescenta-se que a predominância das atividades agropecuárias nos lotes residenciais das VPR's é atribuída a alguns fatores, tais como: facilidade de acesso

à água; proximidade dos plantios e criatórios em relação à moradia; uso da mão de obra familiar e menor necessidade de investimento em infraestrutura; dentre outros fatores.

Por outro lado, deve-se registrar que a dificuldade de investimento para a produção, verificada nas três VPR's analisadas, contribui para que se prevaleça uma produção agropecuária de subsistência.

Dessa forma, ressalta-se que os cultivos, em geral, são realizados em pequenas áreas com plantio de culturas tradicionais da região, que carecem de maior investimento para a sua expansão, sendo o acesso à água a maior necessidade para o fortalecimento da produção.

No tocante ao crescimento populacional nas VPR's, observou-se nessas áreas um discreto aumento na sua população, conforme apresenta o quadro abaixo:

Quadro 12 – Crescimento Populacional das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette

VPR	Nº Famílias Reassentadas pelo Projeto em 2016	Nº Famílias Residentes Atualmente	POPULAÇÃO							
			Nº População Transferida	Nº População atual	Percentual de Crescimento Populacional	Percentual de Adultos (30 a 59 anos)	Percentual de Crianças (0 a 11 anos)	Percentual Adolescentes (12 a 18 anos)	Percentual de Jovens (19 a 29 anos)	Percentual de Idosos (> 50 anos)
Bartolomeu	24	29	89	92	3%	35%	15%	19%	14%	17%
Cacaré	120	136	402	403	0,25%	41%	15%	12%	19%	13%
Lafayette	61	71	182	223	23%	43%	18%	13%	16%	10%

Fonte: Coleta da pesquisa, realizada em 2020.

Percebe-se na VPR Bartolomeu uma ligeira tendência de crescimento em torno de 3%, o que ocorreu atrelada à ampliação do quantitativo de residências (+20,8%). Esse crescimento populacional, se manteve praticamente estável na VPR Cacaré (+0,25%), mas com um incremento de 13,3% no quesito de novas residências, enquanto na VPR Lafayette, verificou-se um crescimento populacional

de 23%, e de 16,4% a mais de residências. Este aumento, ainda que pequeno, deve-se ao fato de que ao ter a posse do lote, o proprietário tem autonomia para construir outras residências na propriedade, a fim de abrigar parentes de primeiro e segundo grau, tais como, pai, mãe, filhos, irmãos, avós e netos.

Observa-se que embora o percentual de idosos nessas comunidades seja relativamente baixo, se considerada a população adulta, em muitas dessas VPR's os idosos são praticamente a maioria dos beneficiários titulares, com é o caso de Bartolomeu, que tem no seu cadastro 11 idosos, representando 46% do total de beneficiários.

Outro dado bastante relevante, refere-se à permanência das famílias beneficiárias nas áreas de reassentamento, pois observa-se baixa evasão e rotatividade, se considerada a realidade de muitos assentamentos rurais implementados no Brasil. Pode-se associar esse resultado aos acompanhamentos sociais sistemáticos às famílias reassentadas, ao monitoramento e à avaliação das ações em desenvolvimento, bem como, ao recebimento da Verba de Manutenção Temporária (VMT), que é um recurso no valor de um salário-mínimo, destinado à garantir uma renda mínima aos reassentados até que se alcance a sustentabilidade das VPRs. Esta verba tem como critério a exigência de que o reassentado permaneça na área de reassentamento, conforme Cláusula Quinta do Termo de Opção para o recebimento deste recurso.

Em relação à fonte de renda, observa-se que a VMT tem sido a base de custeio de muitas famílias reassentadas nessas vilas. Além disso, as famílias que apresentaram melhores condições de renda são aquelas em que algum membro da família exerce atividades laborais (formais ou informais), recebe benefícios previdenciários ou de programas governamentais. Assim, considerando o contexto atual, em todas as VPR's pesquisadas, a renda mensal de 100% das famílias reassentadas é de, no mínimo, 1 salário-mínimo.

Todavia, a análise dos dados contidos no quadro, abaixo, demonstra que, quando não considerada a Verba Temporária de Manutenção das Famílias (VTM), o resultado da renda mensal destas apresenta a seguinte configuração:

Tabela 04 - Levantamento Renda Mensal das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette

VPR	Menos de um Salário (%)	1 a 2 Salários Mínimos (%)	Acima de 2 Salários mínimos (%)
Bartolomeu	52%	41%	7%
Cacaré	38%	50%	12%
Lafayette	42%	44%	14%

Fonte: Coleta da pesquisa, realizada em 2020

Observa-se que do total de 175 (cento e setenta e cinco) beneficiários que desenvolvem atividades agropecuárias nas VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, apenas 44 (quarenta e quatro) informaram obter renda por meio de sua produção, embora tivessem dificuldades em informar valores. Os demais beneficiários, que são produtores, alegaram desenvolver essas atividades somente para a subsistência de suas famílias, conforme foi demonstrado na análise do tipo de atividade produtiva.

Nesse sentido, é importante registrar as dificuldades que há em se levantar, in loco, valores monetários provenientes de atividades produtivas da agricultura familiar, uma vez que as famílias não sabem precisá-los ou se constroem em informar.

Observa-se que o MDR definiu a irrigação como um dos pilares da sustentabilidade das famílias reassentadas nas VPR's, à medida em que a produção irrigada viabilizaria o desenvolvimento da produção agropecuária ao longo de todo o ano, possibilitando sua intensificação, bem como a ampliação da diversidade das produções. Com isso, os produtores teriam um aumento na sua produtividade, uma vez que não dependeriam da ação do tempo.

Todavia, a não entrega dessa importante infraestrutura para o incremento das atividades agrícolas, conseqüentemente, para a melhoria da produção e renda, tem sido vista como um limitante do processo para construção da sustentabilidade das vilas produtivas rurais, considerando o aspecto econômico (produção e renda). Embora, deva-se também considerar todos os outros aspectos observados, pelos quais são possíveis vislumbrar mudanças significativas na qualidade de vida das

famílias reassentadas, resultantes da junção de vários outros fatores importantes, que impactam positivamente na vida e dinâmica das comunidades pesquisadas, conforme serão detalhados nos tópicos seguintes.

5.2 A IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E SUSTENTABILIDADE DAS VPR'S

Como já dito antes, as famílias reassentadas na VPR Bartolomeu, Cacaré e Lafayette foram transferidas para a área de reassentamento no ano de 2016, época em que iniciaram o seu processo de reprodução econômica, social, cultural etc. Todavia, antes mesmo de serem reassentadas, foram estimuladas, por meio ações de capacitação preparatória para a transferência, promovidas pelo PISF, a se organizarem em associações, a fim de se fortalecerem internamente, promoverem ações de interação entre os vizinhos, reivindicarem suas demandas e melhor acompanharem as ações empreendidas, bem como, articularem novos parceiros.

Segundo JARA (2001, p.46), o capital social está na capacidade e na vontade dos grupos comunitários de trabalharem juntos e em parceria. Tais capacidades oportunizam a criação de redes e mecanismos, permitindo às comunidades se articularem na construção de estratégias de desenvolvimento e na administração das suas crises externas e internas.

Foi nessa premissa que os trabalhos junto às famílias reassentadas foram realizados, a fim de que estas pudessem se preparar para vivenciar um novo contexto de convivência social e comunitária, desenvolvendo e articulando estratégias capazes de fortalecer os laços de interação comunitários, bem como construindo canais efetivos de reivindicações e acompanhamento às ações propostas no Programa de Reassentamento, às quais não se resumiam no simples ato de reassentar essas famílias.

Assim, como resultado das ações preparatórias para a transferência, observou-se que 01 (um) ano antes de serem reassentadas nas vilas, as famílias beneficiárias do PISF se organizaram em associações, institucionalizando seus

espaços de concertações, reivindicações e debates, conforme discriminado no quadro abaixo:

Tabela 05 - Data de Formalização das Associações comunitárias de Bartolomeu, Cacaré e Lafayette.

Nome da VPR	Município/UF	Data de Transferência para a VPR	Data de formalização de associações comunitárias
Bartolomeu	Cajazeiras/PB	03/03/2016.	23/11/2015
Cacaré	São José de Piranhas/PB	21/03 a 06/04/2016.	05/09/2015
Lafayette	Monteiro/PB	15 a 18/03/2016.	19/10/2015

Fonte: Coleta da pesquisa, 2021.

Desde que foram formalizadas, até o presente momento, as associações comunitárias dessas VPRs continuam em funcionamento, havendo uma importante participação das famílias reassentadas, como associadas, às quais desde o princípio estão sendo instigadas e desafiadas a participarem das ações comunitárias, contribuindo com o processo de desenvolvimento das suas comunidades.

Quadro 13 - Resumo das Associações Comunitárias das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette

Nome da VPR	Município/UF	Nome da associação	Nº de famílias atualmente residentes na VPR	Nº de Membros da Associação	Nº de Mulheres Associadas	Nº de jovens Associados (15 a 29 anos)
Bartolomeu	Cajazeiras/PB	Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Moradores da Vila Produtiva Cacaré	24	35	22	5
Cacaré	São José de Piranhas/PB	Associação Comunitária da Vila Produtiva Rural Bartolomeu	131	103	60	12
Lafayette	Monteiro/PB	Associação Comunitária da Vila Produtiva Rural VPR Lafayette	74	84	45	11

Fonte: Coleta da pesquisa, 2021.

Observa-se, no quadro acima, que algumas associações se superam em número de associados, se comparado ao número de famílias beneficiárias residentes na vila. Todavia, tal fenômeno se deve ao fato de que as comunidades, ao optarem por investir no fortalecimento do capital social, mobilizaram-se de forma a estimular a participação não apenas do beneficiário titular, mas também do cônjuge e/ou filhos, de modo que, no mínimo, a associação pudesse contar com a participação de um membro por família.

Considera-se que os resultados apresentados por essas comunidades, refletem a ideia de que o envolvimento direto de homens, mulheres e jovens nas suas comunidades e as variadas articulações desenvolvidas dentro e fora delas são atuações sociais que constroem, fortalecem e consolidam capacidades, permitindo um processo crescente de trocas de sinergias, de informações e de conhecimentos que aperfeiçoam, constantemente, a participação social, local e regional.

Nesse contexto, destaca-se a associação da VPR Bartolomeu, cuja formação é composta em 63% de mulheres, seguida pela VPR Cacaré, com 58% e VPR Lafayette, que apresenta 54% de mulheres na sua composição.

O fato de a maioria dos participantes da associação serem mulheres chama a atenção para o cadastro de reassentamento, no qual muitas dessas mulheres foram cadastradas como beneficiárias titulares do projeto. Tal resultado estimula a participação desse grupo nas reuniões da associação e no acompanhamento das ações em desenvolvimento, quebrando, de certa forma alguns paradigmas, dentre eles o fato de que, na tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres, as mulheres são as que ficam em casa para cuidar das crianças e dos afazeres domésticos e os homens os que se dedicam às atividades produtivas remuneradas, quadro ainda muito comum nas áreas rurais.

Pode-se inferir que a atuação das mulheres na associação potencializa o protagonismo feminino e coloca a mulher em posição de destaque na discussão das decisões relacionadas à vila, fortalecendo o seu papel participativo.

Quanto a questão da participação da juventude, observa-se também como um avanço, uma ação em ascensão, considerando que o associativismo na região era muito mais direcionado ao público “masculino e mais velho”, conforme externa uma

das lideranças entrevistada. Este dado pode revelar também a possibilidade de revezamento de lideranças, a partir do maior protagonismo da juventude.

Segundo dados apresentados nas entrevistas realizadas junto às lideranças das VPR's, o funcionamento da associação se dá de forma harmoniosa, onde apenas 03 (três) dos 09 (nove) entrevistados consideraram a existência de conflitos que dificultam o desenvolvimento dos trabalhos dentro da associação.

Dentre as questões consideradas como conflitos, foram levantadas as dificuldades no cumprimento do “Acordo de convivência”, o qual foi discutido e formalizado dentro de cada uma dessas associações comunitárias (antes da transferência), com vistas a garantir uma melhor convivência entre as famílias reassentadas, considerando que para muitas famílias residir numa vila representava uma mudança de paradigma na sua forma de ser e viver³⁷.

Considerando a afirmação de Putnam (2005), de que para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros, um dos pontos levantados junto as lideranças entrevistadas foi sobre como estas avaliavam o nível de confiança entre os associados. Como resultado, 67% acreditam que o nível de confiabilidade entre os moradores e associados é bom ou muito bom, conforme uma das expressões abaixo:

O nível de confiança entre os associados é muito bom. A confiança é o principal elemento para o sucesso de uma associação, se não existir seus objetivos não são alcançados. Acredito que aqueles não têm confiança não fazem parte da associação (Entrevistado 09).

Sobre os 33% de entrevistados que consideraram o nível de confiança entre os associados baixo, observa-se como curioso o fato de que todos os que fizeram essa afirmação são membros da mesma associação. Todavia, vale ressaltar, que numa das respostas apresentadas, denota-se que as interpretações estão

³⁷ As famílias reassentadas são oriundas de áreas rurais e muitas delas não conviviam próximos a outros vizinhos, dando-lhes condições de viver e criar com maior liberdade. Esse modo de vida reflete não apenas na questão de moradia, mas, sobretudo, na forma de produção. Não havia cercas em algumas propriedades, dessa forma, os animais circulavam livremente. Nesta nova convivência, tanto os criadores quanto os agricultores precisaram construir suas cercas para se protegerem ou protegerem seus vizinhos dos “incômodos” provocados pelos animais (grifo próprio).

relacionadas a questão do “acreditar” em si ou nas pessoas como construtoras do processo de desenvolvimento:

Nível de confiança baixo. Considero baixo porque não são todos que participam e a comunidade espera muito da diretoria da associação, mas não quer dar a sua parcela de contribuição. Acredito que o interesse é por se sentir incapaz, por não confiarem em si próprio (liderança entrevistada 07).

Sobre funcionamento das associações, é relevante também falar que antes da pandemia as reuniões dessas instituições eram realizadas mensalmente, com uma média de 85% de participação dos seus associados, conforme afirmações realizadas por 100% das lideranças entrevistadas. Todavia, atualmente os trabalhos presenciais continuam suspensos, embora as lideranças estejam se preparando para o retorno das reuniões e informam que o principal meio de comunicação utilizado entre os associados são os aplicativos do WhatsApp.

Por outro lado, em todas essas comunidades os trabalhos da diretoria da associação continuaram sendo desenvolvidos de forma remota, conforme relato da liderança abaixo:

Antes da pandemia nos reuníamos uma vez por mês, de forma bem participativa. Durante a pandemia, a diretoria, sempre que necessário, se reúne para discutir alguns assuntos, porém o sem a presença dos associados, pois preservamos a saúde de todos. Até por que temos um grande grupo de idosos e pessoas com comorbidades (liderança entrevistada 04).

Considerando que o desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo dependem da solidariedade e do envolvimento nos mais diversos níveis, um dos pontos levantados na pesquisa foi observar se os associados realizam alguma contribuição financeira para as ações da associação e, se sim, quais as ações realizadas a partir dessas contribuições (vide quadro abaixo).

Quadro 14 - Ações Desenvolvidas pelas Associações das VPR's Pesquisadas com Recursos dos Associados

Nome da VPR	Ações Desenvolvidas
Bartolomeu	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do Sistema de Abastecimento de água da VPR; • Conserto de equipamentos da comunidade (motor da bomba etc.); • Realização de eventos festivos; • Custeios de despesas da associação (documentos, conta de energia etc.)
Cacaré	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da sede da associação; • Conserto de portões da entrada da vila; • Aquisição de equipamentos para o bom funcionamento da associação como: armários, cadeiras, birôs, notebook, impressora, material de expediente e limpeza; • Realização de eventos como Dia das Mães, aniversário da associação, Dia das Crianças e Natal; • Custeio de despesas de luz, internet e documentos da associação.
Lafayette	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de câmeras de segurança na entrada da vila; • Portão de entrada da vila • Reforma da sede da associação; • Reposição de lâmpadas; • Compra de arame para reposição das cercas coletivas.

Fonte: Coleta da pesquisa, 2021.

Como resposta, 100% dos entrevistados afirmaram haver a participação financeira dos seus associados, os quais realizam “pequenas contribuições”, que são revertidas em prol da própria comunidade, conforme acima relatado.

Compreende-se a importância dessa ação no processo de construção da sustentabilidade, ao perceber que o capital social pode ser estimulado, fortalecido e articulado através do desenvolvimento de ações coordenadas entre indivíduos, grupos e organizações, pois “o capital social se torna visível e se manifesta através da ação social dos indivíduos nos espaços comunitários” (HOLANDA, 2011, p. 134).

Na intenção de compreender como as associações avaliavam o desenvolvimento dos seus trabalhos dentro da comunidade, foi levantado junto às lideranças aquilo que elas consideram como elementos que fortalecem ou dificultam sua atuação em prol do desenvolvimento sustentável, sendo apresentado por elas os seguintes resultados:

Quadro 15- Fatores que Fortalecem ou Dificultam a Atuação da Associação em Prol do Desenvolvimento Sustentável

O que fortalece a atuação da associação em prol do desenvolvimento sustentável?	O que dificulta a atuação da associação em prol do desenvolvimento sustentável?
A União e colaboração de boa parte dos associados.	A não participação e não colaboração dos sócios.
A União entre os associados, a participação, o compromisso e a compreensão.	A não participação de todos.
A associação possui um papel de acolher e ajudar em coletividade, logo e considerada uma ponte entre os membros da comunidade, sempre atuando de forma positiva para o desenvolvimento da população que aqui residem.	Considero a associação como um braço forte da comunidade, porém a mesma necessita de parcerias fortes e recursos para lutar em prol de melhorias para a comunidade.
O que fortalece a atuação da associação é a transparência das ações da mesma, pois todas as decisões são tomadas em prol do coletivo.	O ponto que ainda nos enfraquece é a resistência de algumas famílias em não fazer parte da associação e estes acabam sendo beneficiados pelas ações da associação.
O empenho dos membros.	Falta empenho de algumas pessoas.
Seria parcerias de órgãos, onde poderíamos buscar apoio para o desenvolvimento da VPR. Além disso, a participação e interesse dos sócios	Falta de apoio de alguns órgãos que poderiam ajudar com ações para o melhor desenvolvimento da VPR
O trabalho coletivo.	A falta de ações que viabilize projetos de melhorias para toda comunidade.
A união, participação e confiança de todos.	A falta de interesse.

Fonte: Coleta da pesquisa, 2021.

Ressalta-se que os resultados apresentados nas entrevistas revelam que a maior dificuldade que as lideranças enfrentam na realização dos seus trabalhos estão relacionados à falta de interesse das pessoas em participar e apoiar as ações da coletividade. Por outro lado, também consideram que são as pessoas, o trabalho coletivo, a união e a participação os fatores que fortalecem a associação, colaborando com a ideia de que:

O capital social é um instrumento capaz de criar um processo de empoderamento à medida que fortalece laços de coesão, cria espaços para socialização de conhecimentos e informações, fortalece a autoestima dos indivíduos, credibilizando-os para a construção do autodesenvolvimento (HOLANDA, 2011, p.134).

As demais respostas apresentadas pelas lideranças também reforçam a ideia de que implementação de ações, por meio da articulação de parcerias, é essencial para o fortalecimento dos trabalhos realizados pelas associações, uma vez que as parcerias contribuem para o desenvolvimento de ações concretas, tornando visível os sonhos coletivos, demonstrando efetivamente os resultados dos trabalhos desenvolvidos, ao contrário, a “falta de ações que viabilizem projetos de melhorias para toda comunidade” dificultam e enfraquecem o trabalho da coletividade. Além disso, consideram ser importante a transparência no desenvolvimento de suas ações, posto que a transparência agrega valor ao trabalho da equipe.

No que se refere às ações desenvolvidas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF em prol do desenvolvimento das VPR's, observa-se que apenas 01 (uma) das 09 (nove) lideranças entrevistadas consideram as ações desenvolvidas pelo projeto como ruim, as demais, 89%, consideram excelentes ou boas.

O PISF desenvolveu um trabalho de planejamento e mobilização juntos aos reassentados da VPR, a partir das ações desenvolvidas pelos técnicos da CMT Engenharia, realizando capacitações sobre associativismo, reflorestamento, respeito às normas ambientais e convivência social. Como também realizou as obras de construção do canal e da Vila e a implantação de diversos benefícios, tais como a construção do prédio da associação, posto de saúde, escola, praça, quadra, campo de futebol e as casas (Entrevistado 3).

Nesse contexto, vale enfatizar que os entrevistados consideram as infraestruturas construídas pelo projeto como importantes para o desenvolvimento sustentável das comunidades, porém, 78% deram maior destaques às ações de capacitação realizadas junto às famílias reassentadas, conforme trechos de entrevistas apresentados abaixo:

Qualidade boa. Sempre houve uma grande dedicação, por meio da equipe em nos ajudar a resolver os diversos problemas existentes na nossa comunidade. Porém, é importante destacar que foi um processo complicado para muitos, pois envolve uma grande transformação no modo de vida das pessoas (Entrevistado 04).

Qualidade boa. As oficinas proporcionaram vínculos sociais, aprendizagem do coletivo e troca de opiniões em diversas questões, com vistas a melhoria da qualidade de vida das famílias” (Entrevistado 08).

Qualidade Excelente. Porque contribuíram para uma convivência social. Na época foi mostrado a importância do trabalho em equipe, conceitos de mapa social e qualidade de vida (Entrevistado 07).

Nesta análise, observa-se que as respostas apresentadas pelas lideranças refletem um significativo avanço na forma como a comunidade percebe o desenvolvimento sustentável, uma vez que investir em infraestruturas e coisas materiais podem ser considerados investimentos importantes, visto que atende as demandas da sociedade, suprimindo as suas necessidades. Entretanto, investir em ações voltadas para a promoção do capital social, para a construção de estratégia para o fortalecimento da participação local é o que gera sustentabilidade, pois contribui para a transformação da base e para o desenvolvimento da sociedade.

As ações realizadas pelos parceiros do PISF também foram pontos a serem avaliados junto às lideranças dessas VPR's, as quais, em sua totalidade, avaliaram o desenvolvimento dessas ações como excelentes ou boas, valendo a ênfase dada aos trabalhos realizados pela da equipe da UNIVASF e da CMT Engenharia (empresa contratada para desenvolver acompanhamento às famílias reassentadas).

Ao serem avaliadas as ações empreendidas pela própria associação, dentre elas a capacidade em captar recursos e articular ações, a partir de esforços próprios, surpreendeu nos resultados o nível de articulação dessas comunidades pesquisadas, as quais apresentam várias experiências exitosas e ações em execução, por meio de parcerias com diversas instituições, conforme demonstrado na matriz de parcerias e ações, abaixo:

Quadro 16 - Matriz de Parcerias e Ações Articuladas pela Associação

VPR	PARCERIAS ARTICULADAS	RESULTADOS OBTIDOS	EXPERIÊNCIAS EXITOSAS
BARTOLOMEU	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras	implantação de cisternas por meio do Projeto um milhão de cisternas	Implantação do projeto de cisternas dentro da comunidade é considerada pelas lideranças como uma experiência exitosa, considerando que possibilitou melhor aproveitamento das águas de chuvas e uma economia na utilização da água fornecida pelo sistema de abastecimento de água da comunidade. Consideram também como êxito o funcionamento do serviço de saúde e educação dentro da comunidade.
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDS)		
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	Cursos de capacitação	
	Secretaria Municipal de Educação	Funcionamento da escola	
	Secretaria Municipal de Saúde	Funcionamento do Posto de Saúde da comunidade uma vez por mês	
CACARÉ	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas – STR	Apoio ao acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar; bem como ações de apoio ao desenvolvimento comunitário.	O trabalho de apoio que a comunidade recebe do STR, o qual sempre esteve presente, acompanhando as famílias reassentadas desde a época de cadastro para o reassentamento. É considerada como a instituição que faz a ponte entre a associação e outros órgãos; apoia na organização da associação, disponibilizando o acesso a todas as questões previdenciárias (aposentadorias e programas da assistência social); auxiliando na documentação que comprove o vínculo com o campo. Sempre está presente nas ações da comunidade, tanto naquelas que buscam acesso às políticas públicas, como também nos apoios institucionais e nas questões sociais e culturais da comunidade (SIC). A parceria com a EMPAER é considerada de bastante
	Secretaria Municipal de Educação	Escola Joaquim Pereira Lima, atende a Educação Infantil, Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA): 181 alunos. Trabalho com o Ensino Fundamental I: 3º e 4º ano. E Ensino Fundamental II: 6º ao 9º ano disciplina de Geografia.	
	Secretaria Municipal de Saúde	Funcionamento do posto de saúde, como posto ancora do PSF, com atendimento uma vez por mês.	
	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER	Apoio na liberação de documentos - Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP; Assistência Técnica; Implantação do Projeto de Algodão Orgânico (apoio na produção e comercialização).	

	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	Extensão universitária, com formação na área do empreendedorismo, com cursos de matemática financeira para os alunos da escola da comunidade e moradores, curso de artesanato e apicultura.	relevância pelos beneficiários, inclusive pelo fato dessa empresa desenvolver ações dentro da própria comunidade. A EMPAER também desenvolve o projeto do algodão orgânico, dando apoio na produção, mesmo em período de pandemia.
	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Realização de encontros e formações na ótica do BEM-VIVER, uso consciente da água e reuso de água.	
	Instituto Federal de Educação (IFPB - Campos Sousa)	com palestras sobre agricultura orgânica.	
LAFAYETTE	Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades – PATAC	Assistência técnica e implantação de 02 (dois) poços com kit de irrigação, palmas forrageiras e posteriormente um SAF - Sistema Agroflorestal	Diversos lotes residenciais apresentam cultivos de fruteiras variadas, bem como o desenvolvimento da produção de milho e feijão nos períodos de chuva.
	SEBRAE	Implantação de projetos de piscicultura, avicultura e energia solar.	85% dos lotes de sequeiro encontram-se cercados, apresentando atividades agropecuárias.
	Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades - PATAC	Assistência técnica e Implantação de 02 (dois) poços, com kit de irrigação, palmas forrageiras e posteriormente um SAF - Sistema Agroflorestal.	Os moradores já estão com as suas documentações da terra regulamentada: DAP, INCRA e ITR.
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR	Apoio no processo organizativo, na elaboração e acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.	A partir do Sistema Agroflorestal - SAF foram implantados, mudas de plantas frutíferas e nativas, sendo o resultado dessa ação considerado um verdadeiro sucesso pela comunidade e parceiros envolvidos (em um campo produtivo de palma em que foi implantado 6 mil raquetes da espécie, a comunidade retirou mais de 50 mil).
	DIACONIA e Projeto Dom Hélder Câmara	Assistência técnica para produção animal e vegetal.	
	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (campos Sumé, Patos, Rio Grande do Norte e João Pessoa).	Assistência técnica e apoio na produção de frango e ovos caipira, a partir da implantação do sistema alternativo de criação	
	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – PROCASE	Projeto piloto envolvendo a implantação de um sistema agroflorestal. A atividade conta com a participação de 08 famílias. Para isso foram distribuídos kits de irrigação e cata-ventos para implantação de 06 (seis) mil raquetes de palmas forrageiras.	A partir da SAF a comunidade hoje dispõe de uma área com os solos totalmente recuperados, com produção de capim açu, gliricídea, moringa, erva sal, frutíferas. Com a água do poço a comunidade cria peixe,

Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER	Prestação de Assistência Técnica	<p>produzidos em 02 (dois) tanques de 10 mil litros.</p> <p>A comunidade recebeu capacitação técnica sobre adubação, vermifugação, tudo de forma agroecológica. Há um grupo que hoje fornece para o PAA, desenvolvendo a produção das hortaliças e etc.</p> <p>Foi feita uma intermediação junto à CAPROBOM – Cooperativa de Produtores de Monteiro e hoje existem dois tanques de leite, sendo um de 400 litros para cabra e outro de mil litros para leite de vaca e há 50 (cinquenta) produtores fornecendo leite não só da vila, mas da vizinhança.</p> <p>Comunidade conseguiu junto à câmara a aprovação de projeto de implantação da “Academia da Cidade” na praça existente na vila.</p>
Associação de Apoio a Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar – ARRIBAÇÃ	Apoio na produção do algodão agroecológico e na articulando para a inclusão dos produtores na ACEPAC - Associação de Certificação dos Produtores Agroecológicos do cariri Paraibano	
CAPRIBOM	Instalação de tanques de esfriamento de leite e comercialização do produto	
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (campos Sumé, Patos, Rio Grande do Norte e João Pessoa).	Realização de aulas de danças, com incentivo à convivência Comunitária.	
Prefeitura Municipal de Monteiro/PB	Apoio às ações de saúde, educação e assistência social para a comunidade, bem como apoio com máquinas para aração de áreas produtivas.	
Banco do Nordeste	Financiamento de Projetos produtivos para agricultura familiar, a partir das linhas de crédito do Pronaf	

Fonte: Informações resultantes dos trabalhos com grupos focais e entrevistas com lideranças e parceiros - VPR Lafayette, 2021

Conforme observado no quadro acima, as ações e as parcerias articuladas por essas associações denotam um relevante nível organizacional e participativo, as quais buscando reproduzir-se social e economicamente não ficaram à mercê das ações implementadas pelo órgão empreendedor, ao contrário, foram além, articulando parceiros e promovendo ações para o desenvolvimento das suas comunidades.

Ademais, observa-se que a participação dos atores sociais se faz fundamental para a construção do desenvolvimento sob uma ótica sustentável, uma vez que é no embate entre o sujeito e a realidade que surgem as necessidades. Dentre elas, a necessidade de transformar a realidade em prol do bem comum, do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Portanto, considerando a participação social como mola mestra do processo de desenvolvimento sustentável, observou-se durante o trabalho de pesquisa que as famílias das VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, por meio de suas associações comunitárias, captaram a importância e a essência da sustentabilidade, a qual só se sustenta a partir do envolvimento de todos os entes envolvidos, a partir da efetivação de ações concretas e palpáveis, mas ainda, que cada ação se inicia na idealização coletiva de sonhos e projetos, por isso, a importância da cooperação e do associativismo.

5.3 PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS REASSENTADOS E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE EM QUE MORAM

A fomentação de ações que mobilizem as pessoas, envolvendo-as nas discussões e nas mais diversas dimensões do desenvolvimento sustentável é fundamental para a transformação social de vidas e de comunidades. Nessa premissa, a pesquisa em pauta buscou realizar suas análises a partir da compreensão e percepção das famílias beneficiárias sobre o processo de construção da sustentabilidade das Vilas Produtivas Rurais em que foram reassentadas.

Considera-se que como atores sociais locais, envolvidas diretamente no processo, as famílias reassentadas são aquelas que melhor podem refletir e analisar as dinâmicas sociais, as relações socioeconômicas e ambientais desenvolvidas dentro das suas comunidades, sendo, fundamentalmente, as que devem contribuir para o aprofundamento e resultados da pesquisa.

A autonomia dos sujeitos e a sua capacidade organizativa potencializam e dinamizam os espaços em que estes se encontram, fortalecendo os recursos materiais e imateriais existentes, quebrando arestas que fragilizam o meio em que se encontram, bem como gerando oportunidades e inibindo as ameaças que possam enfraquecê-los.

Nesse sentido, o trabalho com os grupos focais foi de grande relevância, pois por meio dele foi possível obter informações mais precisas sobre como as famílias

beneficiárias percebem as diversas questões, que de forma positiva ou negativa, influenciam a sustentabilidade das comunidades nas quais estão inseridas.

De acordo com a metodologia trabalhada, as discussões com os grupos focais ocorreram de forma participativa, visando o envolvimento dos representantes das comunidades nas discussões dos seguintes eixos temáticos: participação e associativismo; produção e renda; meio ambiente; infraestrutura e desenvolvimento social (educação, saúde e assistência social), conforme apresentado nas matrizes, abaixo apresentadas:

Quadros 17 - Resultado da Matriz Swot (FOFA) - Eixo Temático: Produção e Renda

VPR's	POTENCIALIDADES/FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
BARTOLOMEU	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produção Agrícola diversificada; 2. Melhoria na alimentação; 3. Criação de Aves, Suínos e Caprinos; 4. Comercialização de Produtos; 5. Geração de renda com a venda de artesanato produzido na comunidade. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cisternas Calçadão; 2. Crédito Agrícola; 3. Água da transposição.
CACARÉ	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidade de produção animal; 2. Diversidade de produção agrícola; 3. Comercialização de animais; 4. Poços artesanais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Feiras livres que oportunizam a comercialização; 2. Equipamentos para beneficiamento da produção; 3. 3. Instalação do sistema de reuso da água
LAFAYETTE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produção orgânica e agroecológica; 2. Produção de artesanato; 3. Criação diversificada de animais (caprinos, ovinos, suínos, bovinos, aves e peixe); 4. Possuir Certificação agroecológica (MAPA); 5. Aquisição de usina de beneficiamento de produtos; 6. Estruturas de armazenamento de água. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diversa Parcerias construídas (EMPAER, SEBRAE, PROCASE, ARIBAÇÁ, DOM HELDER, UFCG, UPEB, BNB, Prefeitura de Monteiro; PATAC, DIACONIA, ACEPAC, CAPRIBOM, INSTITUTO C&A, FIDA, REVISTA VEJA; 7. Exportação de algodão agroecológico; 8. Comercialização junto ao PAA e PENAE; 9. Comercialização em feira agroecológica na cidade.
VPR's	FRAQUEZAS/PROBLEMAS	AMEÇAS
BARTOLOMEU	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta estruturas de captação e armazenamento de água; 2. Uso de agrotóxicos "problemas de saúde" 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas de financiamento da produção agrícola que não atende as necessidades da comunidade; 2. Paralisação do programa de apoio das técnicas de armazenamento de água; 3. Falta de assistência técnica na produção;
CACARÉ	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de animais soltos na vila; 2. Dificuldade de transporte de animais para a cidade; 3. Venda desarticulada de animais; 4. Uso de agrotóxicos; 5. Roubo de animais; 6. Falta de água para a produção agropecuária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Infestação de doenças nos animais
LAFAYETTE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uso de práticas agrícolas insustentáveis; 2. Falta de interesse de algumas famílias pela prática da produção agroecológica; 3. Falta de água para produção; 4. Proibição do uso da água dos açudes. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. PANDEMIA 2. Suspensão do CAR pelo IBAMA devido algumas famílias utilizarem a prática das queimadas nos lotes; 3. Suspensão do financiamento pelo BNB; 4. Roubo de cercas, capim e animais.

Fonte: Resultados dos Grupos focais – VPR's Bartolomeu, Cararé e Lafayette, 2021

No que se refere à temática Produção e Renda, é importante contextualizar o fato de que o perfil dos moradores residentes nessas comunidades é constituído por pequenos produtores rurais, que desenvolvem atividades voltadas para a agricultura e pecuária, desenvolvidas em pequenas áreas para a realização de plantios e criatórios, sendo essas atividades caracterizadas como de subsistência.

Dessa forma, observa-se que as discussões dos grupos focais versaram, essencialmente, sobre as questões agrícolas e pecuárias desenvolvidas dentro dessas comunidades, tendo sido apresentadas como potencialidades/fortalezas a diversificação na produção agrícola e animal, na comercialização dos produtos, na melhoria da produção, conseqüentemente da alimentação consumida e, com destaque, o fato da VPR Lafayette ter recebido a certificação como produtor orgânico, dentre outras questões que diferenciam uma comunidade da outra, mas demonstra o quanto apresentam questões similares.

Observa-se que em todas as VPR's a falta de água para a produção é apresentada como fraqueza/problema. Nesse ponto é importante salientar que esse é um dos problemas mais limitantes para o desenvolvimento e a sustentabilidade dessas comunidades, uma vez que sem disporem de infraestrutura hídrica suficientes para a realização das atividades agropecuárias, as famílias continuarão tendo dificuldades em expandir suas produções, limitando-se a desenvolver práticas de subsistência.

Como “oportunidade”, enfatizaram as parceiras obtidas, a partir das articulações das associações junto a diversas instituições governamentais e não governamentais parceiros. Conquistas vistas como grandes aliadas do processo de desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Nesse contexto, destaca-se o leque de ações em desenvolvimento na VPR Lafayette, indubitavelmente, frutos dos trabalhos de articulações desenvolvidos pela associação de moradores, representando um efetivo avanço para a geração de trabalho e renda dos pequenos agricultores que dela fazem parte.

Nesse quesito, não se pode deixar de observar que, embora algumas questões não tenham sido apresentadas por todos os grupos, em todas as VPR's famílias têm produzido com o apoio de importantes parcerias, como é o caso da VPR Cacaré, que tem obtido assistência técnica da EMPAER, bem como, o na

produção e comercialização do algodão orgânico e os criatórios de aves e suínos na VPR Bartolomeu, dentre outras produções em desenvolvimento pelas famílias residentes nessas vilas.

Como ameaça, a falta de assistência técnica foi apresentada pelos beneficiários da VPR Bartolomeu, porém vale enfatizar que, apesar de não ter sido uma questão levantada pelas demais VPR's pesquisada, sempre foi um fator preocupante para produtores de toda a região.

Por outro lado, observa-se que as comunidades que recebem os apoios oferecidos pelas universidades e institutos federais não apresentam demanda de assistência justamente por tê-las supridos por essas instituições. Isso posto, observa-se que a parceria do PISF com a UNIVASF tem suprido essa carência, mas, sobretudo, as articulações das associações³⁸ têm garantido importantes resultados.

Enfatiza-se que os roubos às cercas e à produção agropecuária embora só tenha sido apontada como ameaça pelos moradores da VPR Lafayette é uma realidade cada dia mais frequente nas zonas rurais, conseqüentemente, uma ameaça que atinge todas as VPR's. A situação é vista também como ação inibidora do processo de produção e desenvolvimento econômico das famílias, uma vez que muitos agricultores se sentem desanimados por verem seus esforços subtraídos e os danos não ressarcidos. Sendo relevante também registrar que são ocorrências vivenciadas, principalmente, nos lotes de sequeiro, após investimentos realizados por moradores que almejam expandir sua produção.

Como desdobramento das discussões sobre produção e renda, os grupos focais apresentaram algumas sugestões de ações que consideram relevantes para o desenvolvimento/fortalecimento dessa temática, a saber: receber os lotes irrigados a serem entregues pelo PISF; participar de intercâmbio entre as vilas para trocas de experiências exitosas; obter o apoio da patrulha rural para garantir a segurança dos produtores; sensibilizar os moradores para a resolução dos problemas de animais soltos nas VPR's; buscar parceiros para trabalhar a agroecologia; articular parcerias para infraestrutura hídrica nos lotes de sequeiros; promover a conscientização e intensificação da vacina contra a COVID 19.

³⁸ Vide matriz de parcerias/ações, no tópico 4.2.

Na discussão da temática Desenvolvimento Social, a qualidade de vida comunidade, bem como, a funcionalidade dos serviços públicos, saúde e educação são apresentados como potencialidade/fortaleza por todas as vilas, embora a qualidade desses serviços seja questionada ao serem apresentados os problemas, conforme quadro abaixo:

Quadros 18- Resultado da Matriz Swot (FOFA) - Eixo Temático: Desenvolvimento Social (Educação, Saúde e Assistência Social)

VPR's	POTENCIALIDADES/FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
BARTOLOMEU	<ol style="list-style-type: none"> 1. Escola funcionando; 2. Posto de Saúde Funcionando; 3. Posto de Saúde; 4. Sede da associação funcionando. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Escola Remota; 2. Apoio da polícia na realização da Patrulha Rural.
CACARÉ	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviços de educação e Saúde; 2. Alguns professores serem moradores da própria vila. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilidade de transporte escolar pela prefeitura; 2. Construção pela Prefeitura do Ginásio Poliesportivo na escola; 3. Distribuição de cestas básicas pela Prefeitura durante o atraso no pagamento da VMT.
LAFAYETTE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoria da qualidade de vida das famílias a partir do consumo e comercialização dos produtos agroecológicos, facilidade no atendimento médico e no acesso à educação; 2. Utilização dos equipamentos sociais construídos pelo PISF; 3. Iluminação pública; 4. Abastecimento d'água CAGEPA 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilização do transporte escolar pela prefeitura para transporte dos alunos até a cidade; 2. Atendimento médico (clínico geral) e odontológico uma vez por mês; 3. Distribuição de cestas básicas pela prefeitura durante o atraso no pagamento da VMT; 4. Futura instalação de uma Faculdade Rural na comunidade.
VPR's	FRAQUEZAS/PROBLEMAS	AMEÇAS
BARTOLOMEU	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldade em prover internet para todos os alunos; 2. Turmas de aulas multisseriadas; 3. Dificuldade no aprendizado 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas de financiamento da produção agrícola que não atende as necessidades da comunidade; 4. Paralisação do programa de apoio das técnicas de armazenamento de água; 5. Falta de assistência técnica na produção;
CACARÉ	<ol style="list-style-type: none"> 4. Distância entre a escola e a vila. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Escola construída fora da VPR; 2. Falta de Cobertura no trabalho do agente de Saúde Comunitário.
LAFAYETTE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Impacto na saúde das famílias pelo uso de práticas agrícolas convencionais (queimadas e uso de venenos). 	<ol style="list-style-type: none"> 2. PANDEMIA

Fonte: Resultados dos Grupos focais – VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, 2021

Observou-se ainda, que os equipamentos sociais e a infraestrutura implantadas pelo PISF dentro das VPR's são apresentadas como uma potencialidade pelos grupos, confirmando a importância dessas para a garantia de relevantes serviços para o desenvolvimento social da comunidade, tais como o acesso à água, à saúde, à educação, à energia e à alimentação de qualidade.

Ainda, sobre os equipamentos públicos, observa-se que há uma relação direta entre potencialidade e oportunidades, problemas e ameaças, uma vez que há pendências entre todos os envolvidos na prestação desses serviços básicos. Além disso, o grupo focal apresentou como “problema/fraqueza”, a preocupação com a saúde das famílias pelo fato de alguns produtores e moradores da VPR continuarem insistindo na realização de práticas que comprometem o meio ambiente, tais como queimadas e o uso indevido de agrotóxico.

A pandemia é associada à percepção de ameaça pela comunidade, em virtude de os serviços básicos prestados pelos órgãos públicos terem sofrido importantes impactos, gerando a redução dos serviços para a população.

Todavia, no geral, os grupos demonstraram satisfação com o processo de desenvolvimento e sustentabilidade das comunidades em que moram, enfatizando como aspectos importantes para os bons resultados alcançados, os trabalhos realizados pela associação, suas articulações e estratégias para reivindicação de direitos etc. Neste contexto, uma das entrevistas com as lideranças da associação da VPR Lafayette traz essa questão de forma bem clara:

Considero o trabalho da associação fundamental para garantir direitos e reivindicar benefícios importantes para o desenvolvimento da comunidade. Por exemplo, o PISF tinha a obrigação de entregar para a comunidade o sistema de abastecimento de água funcionando plenamente, porém recebemos um projeto de abastecimento com pendências, pois os poços implantados para atender a demanda de abastecimento de água da comunidade não tinham vazão suficiente, fora o fato de ser insalubre. Em virtude disso, após reivindicações da comunidade, o Ministério do Desenvolvimento Regional construiu uma adutora para abastecer a vila por meio da CAGEPE, porém o processo implantação da adutora foi lento e tivemos que acionar o Ministério público, que garantiu maior agilidade tanto por parte do Ministério quanto pela CAGEPA. Hoje temos água de qualidade para o consumo humano da nossa comunidade. Além disso, participamos de reuniões de planejamento com os órgãos municipais e estaduais, tais como

orçamento participativo, que garante desenvolvimento de ações importantes dentro da nossa comunidade. Internamente realizamos atividades importantes como implantação do sistema de segurança da vila, construção de cercas, etc. Bem como realizamos atividades comemorativas dentro da comunidade, tais como, comemoração do Natal, Dia das Mães, festas juninas, dia de campo e dia do meio ambiente, etc. Acreditamos que esse tipo de ação aproxima a comunidade e envolve os interessados (AGNALDO FREITAS, JUNHO, Presidente da Associação Lafayette, 2021).

De acordo com as percepções repassadas pelos moradores das VPR's, seja por meio dos grupos focais ou pelas entrevistadas, percebe-se que há nas comunidades uma busca incessante por melhores condições de vida e produtividade; e que a participação social, o respeito ao meio ambiente, a promoção de ações voltadas para a produção e renda, o desenvolvimento social e a idealização do associativismo, propiciaram importantes avanços às famílias reassentadas, conforme pode-se perceber na matriz sobre a discussão da participação e associativismo, abaixo:

Quadros 19 - Resultado da Matriz Swot (FOFA) - Eixo Temático: Participação e Associativismo.

VPR's	POTENCIALIDADES/FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
BARTOLOMEU	<ol style="list-style-type: none"> 1. Associação formada; 2. Comunidade capacitada pelo PISF e parceiros; 3. Oficinas realizadas pela Univasf. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitações (PISF, Univasf e Prefeitura de Cajazeiras.
CACARÉ	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boa participação dos associados nas reuniões mensais e nas atividades da comunidade; 2. Sócio dependente, filhos de associados participam de todas as atividades e é contemplado nas ações das associações sem precisar pagar mensalidade; 3. Fortalecimento dos laços de amizade e solidariedade no grupo; 4. Grupos jovens organizados. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parceria com a Univasf; 2. Oficinas realizadas pelo PISF; 3. Reuniões com o STR; 4. Oficinas de artesanato (Prefeitura – Secretaria de Desenvolvimento Social); 5. Oficinas de Produção, criação (ovinocultura e apicultura (Prefeitura – Secretaria de Agricultura).
LAFAYETTE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação ativa dos sócios nas reuniões mensais; 2. Participação ativa da juventude 3. Pontualidade nas reuniões 4. As famílias associadas têm parentesco ou se conhecem. 5. Decisões no colegiado 6. Valorizações das festas regionais 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Parceria com a Univasf; 2. Oficinas realizadas pelo PISF; 3. Reuniões com o STR; 4. Parcerias com a EMPAER; 5. Parceria com SEBRAE; 6. Parceria com o PROCASE; 7. Parceria com o DOM HELDER; 8. Parceria com o PATAC; 9. Parceria com o Banco do Nordeste; 10. Parceria com o UFCG e UEPB; 11. Parceria com a ACEPAC; 12. Parceria com Prefeitura; 13. Parceria com o FIDA; 14. Parceria com o INSTITUTO C&A; 15. Parceria com a Revista VEJA

VPR's	FRAQUEZAS/PROBLEMAS	AMEÇAS
BARTOLOMEU	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de envolvimento da comunidade nas questões comunitárias; 2. Falta de parceiros; 3. Oficinas realizadas antes do reassentamento; 4. Dinâmicas das reuniões. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Enfraquecimento do grupo devido à falta de parceiros.
CACARÉ	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de projetos pensados e elaborados pela associação; 2. Poucas parcerias; 3. Baixa adesão de alguns associados aos trabalhos; 4. Oficinas realizadas pelo PISF com pouca participação e fora do contexto do assentamento; 5. Oficinas realizadas pela Univasf com pouca participação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Descontinuidade do processo de capacitação.
LAFAYETTE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de projetos pensados e elaborados pela associação; 2. Poucas Parcerias; 3. Pouca adesão ao associativismo por parte de alguns moradores; 4. Oficinas realizadas pelo PISF com pouca participação e fora do contexto do reassentamento; 5. Oficinas realizadas pela Univasf com pouca participação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. PANDEMIA

Fonte: Resultados dos Grupos focais – VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, 2021

A discussão apresentada pelos grupos focais no que se refere a temática Participação e Associativismo, representa no seu contexto interno a visão da comunidade sobre a importância que esta dá para as questões subjetivas que fortalecem a participação social e o associativismo, tais como a pontualidade dos associados com os horários das reuniões, fortalecimento dos laços de amizade, o respeito às decisões tomadas pelo colegiado, a relação de confiança que possuem entre si pelos laços de parentescos ou pelo fato de se conhecerem há anos, alguns antes mesmo do reassentamento, bem como a valorização dos eventos comemorativos promovidos pela associação, dentre outros aspectos fundamentais para a realização de boas práticas associativas.

Nesse aspecto, uma das questões observadas pelas lideranças da comunidade refere-se aos trabalhos desenvolvidos pela equipe social do PISF, a qual por meio de capacitações e oficinas, incentivou a participação e o envolvimento das famílias nas ações a serem desenvolvidas pelas Associações de Moradores das VPR's, estimulando as famílias, a fim de que, pelo menos, 01 (uma) pessoa de cada casa pudesse fazer parte da associação, embora se deixasse claro que a adesão à associação fosse uma escolha livre.

Com isso, algumas famílias investiram na representatividade, podendo ser membro da associação não apenas o beneficiário titular do projeto, mas qualquer um dos membros do seu núcleo familiar interessado nesse trabalho, evidenciando uma excelente participação comunitária.

Por outro lado, nesse mesmo contexto, apresenta-se como “fraqueza/problema” a baixa adesão dos moradores às ações associativas e, por consequente, a baixa participação das comunidades nos cursos e oficinas de capacitação promovidas pelo PISF e pela Univasf.

Nesta reflexão, soma-se a tudo, o contexto atual, no qual a pandemia além de ser considerada uma ameaça à saúde, é vista como inibidora da participação e da prática de ações associativas, uma vez que limitou as oportunidades de reunião e inibiu o desenvolvimento das atividades, gerando dificuldades para as pessoas se organizarem e exercerem sua cidadania, impossibilitando-as de se reunir presencialmente.

Conforme dito anteriormente, a participação social e o protagonismo da comunidade tem sido vista como uma grande potencialidade e, de acordo com resultados das entrevistas com equipe técnica e parceiros, lideranças e associados, foi possível perceber o reconhecimento que todos têm sobre a importância da associação para o desenvolvimento das VPR's. Dessa forma, evidenciam que as conquistas obtidas são frutos de um trabalho participativo e condizente com os anseios da comunidade, mais que isso, do seu envolvimento com os trabalhos que articulam e promovem, conforme entrevista abaixo:

A associação possui um papel de acolher e ajudar em coletividade, logo é considerada uma ponte entre os membros da comunidade, sempre atuando de forma positiva para o desenvolvimento da população que aqui residem (Entrevistado 06).

Como resultado das discussões, o grupo focal propôs como estratégia para o desenvolvimento da participação e do associativismo, o compromisso de trabalhar o fortalecimento do associativismo como prática de sensibilização, envolvendo as famílias das VPR's e busca de apoio para a implantação de projetos sustentáveis.

Em relação à temática Infraestrutura, observa-se que a comunidade considera os equipamentos públicos implantados pelo PISF como uma importante potencialidade, uma vez que estes oportunizaram o desenvolvimento de serviços básicos dentro da própria comunidade, conforme visto abaixo:

Quadros 20 - Resultado da Matriz Swot (FOFA) - Eixo Temático: Infraestrutura

VPR's	POTENCIALIDADES/FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
BARTOLO MEU	<ol style="list-style-type: none"> 1. Posto Médico; 2. Prédio da Associação; 3. Sistema de abastecimento de água; 4. Iluminação Pública; 5. Praça esportiva; 6. Escola. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimento médico 2 vezes ao mês; 2. Atendimento do Agente Sanitário.
CACARÉ	<ol style="list-style-type: none"> 2. Posto de Saúde; 1. Prédio da associação; 2. Iluminação Pública; 3. Praça; 4. Acesso à internet; 5. Coleta de lixo semanal. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforma da Praça (Prefeitura); 2. Compromisso da Prefeitura em realizar a manutenção e iluminação pública.
LAFAYETT E	<ol style="list-style-type: none"> 1. Equipamentos sociais do PISF, 2. Instalação da usina de leite; 3. Aquisição do equipamento de beneficiamento (descaroçamento) do algodão. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Equipamentos sociais do PISF, 2. Funcionamento da usina de leite; 4. Aquisição do equipamento de beneficiamento (descaroçamento) do algodão.
VPR's	FRAQUEZAS/PROBLEMAS	AMEÇAS
BARTOLO MEU	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de consciência das pessoas sobre a questão do lixo; 2. Falha na gestão do sistema de abastecimento, água distribuída sem tratamento (risco à saúde). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coleta do lixo; 2. Deficiência no sistema de iluminação pública.
CACARÉ	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimento médico precário (uma vez por semana); 2. Campo de futebol distante da vila; 3. Falta de manutenção das ruas da vila devido as chuvas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de iluminação em algumas ruas; 2. Falta de segurança; 3. Assalto e roubo de animais.
LAFAYETTE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Distância entre os lotes produtivos e as residências; 2. Dificuldade de cultivo nos lotes produtivos entre a moradia e a área a ser cultivadas; 3. Custo de manutenção dos lotes, pois são lotes que precisam de reposição de estacas, arames etc. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Roubo de animais, arames, estacas; 2. Vandalismo contra o parque de iluminação pública da VPR com destruição de lâmpadas e postes da praça.

Fonte: Resultados dos Grupos focais – VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, 2021

O fato de os lotes produtivos estarem distantes da área residencial e demandarem investimentos, embora não tenha sido apresentado em todos os grupos, é um problema ocorrente em todas as VPR's, sendo importante lembrar que grande parte dos beneficiários concentram sua produção nos lotes residenciais

justamente pela proximidade destes com as suas casas, bem como, pela dificuldade em investirem nos lotes de sequeiros.

Como reflexões resultantes das discussões realizadas, o grupo considerou a realização dos seguintes encaminhamentos: solicitar ao Poder Público Municipal as melhorias necessárias para um atendimento médico de qualidade na comunidade; a manutenção das estruturas sociais da vila; buscar apoio junto a parceiros públicos e privados no sentido de viabilizar e intensificar o processo de produção nos lotes produtivos, considerando as famílias em situações vulneráveis; solicitar ao Poder Público Municipal melhorias no atendimento médico e manutenção das ruas da vila.

No que se refere à temática Meio Ambiente, observou-se que as discussões do grupo trazem elementos importantes sobre a questão ambiental dentro da comunidade e demonstram que a preocupação da comunidade sobre a realização de práticas que visam a preservação e manutenção do meio ambiente, vide matriz abaixo:

Quadros 21 - Resultado da Matriz Swot (FOFA) - Eixo Temático: Meio Ambiente.

VPR's	POTENCIALIDADES/FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
BARTOLO MEU	<ol style="list-style-type: none"> Preservação e manutenção do meio ambiente; Diversidade e preservação das árvores nativas. 	<ol style="list-style-type: none"> Implantação de projeto de energia solar; Diálogo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a realização de coleta de lixo reciclável.
CACARÉ	<ol style="list-style-type: none"> Coleta de lixo semanal. 	<ol style="list-style-type: none"> Oficinas de capacitação.
LAFAYETTE	<ol style="list-style-type: none"> Aquisição da certificação de produção orgânica; Desenvolvimento de práticas agroflorestal, gerando uma maior conscientização sobre formas de produção não convencional na VPR. 	<ol style="list-style-type: none"> Coleta semanal do lixo da VPR pela prefeitura; Capacitações técnicas oferecidas pelo PISF e UNIVASF
VPR's	FRAQUEZAS/PROBLEMAS	AMEÇAS
BARTOLOMEU	<ol style="list-style-type: none"> Queimada durante o preparo do solo; Queima do lixo; Uso de agrotóxicos. 	<ol style="list-style-type: none"> Ataques de pragas.
CACARÉ	<ol style="list-style-type: none"> Uso de agrotóxicos; Contaminação do curso de água Prática das queimadas, como forma de preparação do solo. 	<ol style="list-style-type: none"> Oficinas interrompidas pela Pandemia;
LAFAYETTE	<ol style="list-style-type: none"> Impacto na saúde das famílias pelo uso de práticas agrícolas convencionais (queimadas e uso de agrotóxicos). 	<ol style="list-style-type: none"> Punição por parte dos órgãos fiscalizadores que podem comprometer toda a comunidade.

Fonte: Grupos Focais – VPR Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, 2021

Observa-se que as questões levantadas na matriz SWOT, embora apresentadas de forma sucinta, demonstram uma total coerência entre a visão dos participantes do grupo e os resultados das entrevistas com as lideranças da associação, demonstrando a real percepção de que a comunidade tem sobre os contextos internos e externos que impactam de modo positivo ou negativamente a comunidade:

A associação busca desenvolver junto à comunidade projetos que respeite o bioma caatinga, visando o engajamento dos produtores em torno da conservação ambiental, buscando promover o equilíbrio entre as ações desenvolvidas pela comunidade e a preocupação com as áreas ambientais, tais como as áreas de preservação permanentes e as áreas de reservas legais existentes na vila (Entrevistado 03).

Ademais, a partir de diálogos realizados junto a moradores e lideranças da vila, eles externaram o desejo de implantar projetos que incentivem práticas de recuperação de áreas degradadas, trabalhando com rotação de culturas para melhor preservação dos nutrientes do solo, evitando queimadas e uso de defensivos químicos.

Como estratégias pensadas para garantir o desenvolvimento ambiental da comunidade, os grupos apresentaram as seguintes proposições: buscar formas de produção ecologicamente sustentável junto aos poderes públicos (Prefeitura, universidades, ONGs, Sindicatos); manter o compromisso de trabalhar o fortalecimento dos processos de formação, por meio de capacitação para o desenvolvimento das práticas de produção agroecológicas.

Vale salientar, que somada às discussões temáticas, foram levantados junto aos grupos focais suas percepções sobre como avaliavam a qualidade de vida das famílias reassentadas, considerando o “antes” e o “depois” das suas transferências às vilas, conforme apresentado abaixo:

Quadro 22: Avaliação da Qualidade de Vida das Famílias

COMO VOCÊ CONSIDERA A FORMA DE VIVER E A QUALIDADE DE VIDA DA SUA FAMÍLIA?		
VPR	Antes do Reassentamento	Depois do Reassentamento
Bartolomeu	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade e autonomia sobre as suas propriedades; 2. Criação extensiva dos animais, podendo estes serem criados sem limitações; 3. As residências eram mais distantes uma das outras, não ocorrendo nenhuma perturbação entre vizinhos; 4. Os acessos à cidade eram mais difíceis 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio da verba de Manutenção Temporária; 2. Água encanada e tratada; 3. Saneamento básico na VPR, evitando esgoto na superfície; 4. Equipamentos Sociais Públicos, como praça, escola, quadra esportiva, posto de saúde, prédio da associação, estrada de qualidade e iluminação pública; 5. Pouco autonomia em sua propriedade, pois foi retirado o direito de trabalhar de maneira tradicional; 6. Insatisfação com a criação de animais presos, a fim de evitar problemas com vizinhos; 7. Insatisfação com as proximidades das casas, pois antes as residências se localizavam dentro do lote produtivo.
Cacaré	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade de manejar e comercializar a terra; 2. Existia sentimento de pertencimento de terra e do lugar; 3. Distância do Sítio para a cidade; 4. Família morava em um só lugar; 5. Festas religiosas própria do lugar; 6. Acesso ruim (estradas vicinais em péssimas condições); 7. Muitos possuíam a terra; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver atividades agropecuária na sua própria terra; 2. Recebimento da Verba de Manutenção Temporária; 3. Possuir casas e terras; 4. Atendimento médico; 5. Água encanada; 6. Falta de privacidade pelo fato de as casas serem próximas; 7. Não poder trabalhar fora; 8. Dificuldade em virtude de ter que criar os animais presos.
Lafayette	<ol style="list-style-type: none"> 8. Propriedade unificada (áreas de produção, criação animal, currais, chiqueiros, casas); 9. Criatórios de animais livres; 10. Maior acesso a água para a produção; 11. Todos se conheciam; 12. Dificuldade de acesso em períodos chuvosos; 13. Falta de iluminação pública; 14. Falta de água encanada; 15. Dificuldade de acesso a saúde. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quadra de Futebol e áreas de lazer; 2. Equipamentos sociais; 3. Posse da terra para quem não tinha nada; 4. Vida associativa; 5. Compreensão diferenciada do convívio comunitário; 6. Distância entre os lotes e a VPR; 7. Proximidade entre as residências.

Fonte: Grupos focais – VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, 2021

Considerando-se as questões acima apresentadas, observa-se que os grupos focais expuseram não apenas informações, mas também suas percepções e sentimentos com relação a todo o processo de mudança advindo da transferência das famílias às VPR's.

Várias informações denotam um saudosismo e insatisfação ao ter que se adequar e/ou reconstruir um novo modo de viver. Além do apego à terra de origem, às festas tradicionais, a mudança no modo de produção também passou a ser um grande desafio, principalmente se considerada a forma de criação extensiva desenvolvidas nas antigas áreas, o que remete a questões antigas e culturais, de difícil adaptação, que gera também conflitos ao conviver com os outros nessa mesma realidade.

Adaptar-se ao novo mostrou-se como desafiante, mais ainda, como um limitante para algumas famílias reassentadas, as quais necessitaram se adaptar às regras e critérios impostos pelo projeto, bem como, aos acordos de convivência construídos dentro das comunidades, geraram em alguns beneficiários a sensação de “cerceamento da liberdade”.

Isso posto, ressalta-se que muitas dessas insatisfações estão relacionadas à impossibilidade de comercialização das terras e benfeitorias construídas pelo projeto, assim como, por necessitarem cumprir a obrigação de residir nas áreas de reassentamento, caso contrário, podem perder o direito ao recebimento da VMT, dentre outras medidas judiciais. Esse trabalho de acompanhamento e monitoramento são realizados sistematicamente pela equipe técnica do projeto, sendo um dos trabalhos desenvolvidos dentro das VPR, o acompanhamento semestral para verificação da permanência da família na área de reassentamento.

Salienta-se que a visão do antes e depois do reassentamento traz vários pontos considerados importantes pelas famílias reassentadas, dentre eles, a dificuldade no acesso à água para a produção, que, conforme já foi dito, é um limitante do processo de sustentabilidade.

Por outro lado, observou-se que, apesar do apego à memória do tempo em viviam em outra terra, da conexão com a área em que viviam antes de serem reassentadas, bem como, da necessidade de adaptação à nova realidade, há por parte da maioria das famílias reassentadas a percepção de que houve mudanças importantes nas suas vidas, as quais, embora apresentassem fatores negativos, trouxeram no seu bojo muitas questões positivas.

Em meio aos avanços observados, a participação social e o associativismo dessas comunidades, tem motivado o envolvimento das famílias reassentadas nos espaços de concertações promovidos pelas comunidades, por meio das parcerias que tem articulado, levando-as a buscar novos caminhos e estratégias em prol do desenvolvimento sustentável, sendo a formação e/ou fortalecimento do capital social local um dos grandes potenciais dessas comunidades.

No que se refere ao Ministério do Desenvolvimento Regional, no âmbito do Projeto de Integração do rio São Francisco – PISF, como órgão empreendedor,

responsável pela implantação das VPR's, observou-se, na visão das famílias reassentadas, que as ações de infraestrutura, as ações de capacitações, os acompanhamentos realizados, bem como, as demais ações em curso, representaram avanços e proporcionaram qualidade de vida às comunidades. Todavia, chamam atenção para a continuidade das ações previstas no bojo de atuação, uma vez que as pendências deixadas pelo projeto, limitam os seus avanços e o desenvolvimento das vilas.

Chamando-se atenção ao fato de que sem o aporte das águas, o processo de produção das famílias reduz-se praticamente a atividades de subsistência, inibindo a capacidade empreendedora das comunidades pesquisadas. Diante disso, faz-se urgente e necessária a entrega dos lotes irrigados, conforme postula o plano de reassentamento do PISF.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo constatou a aferição de informações e de dados resultantes da investigação proposta na problemática inicial, inerente à temática do processo de construção da sustentabilidade vivenciada pelas famílias reassentadas nas Vilas Produtivas Rurais - VPR's Bartolomeu, Cacaré e Lafayette, localizadas nos municípios de Cajazeiras, São José de Piranhas e Monteiro, respectivamente.

A partir do cenário observado e analisando-se a realidade anterior e posterior ao reassentamento dessas famílias, bem como as ações e iniciativas propostas e realizadas pelos atores envolvidos nesse processo, pôde-se perceber a complexidade enraizada na construção cotidiana da sustentabilidade requerida ao desenvolvimento local daquelas comunidades rurais, haja vista as diversas nuances implicadas.

Considera-se que o Desenvolvimento sustentável, conforme postula Abramovay (2010) é formado por uma infinidade de fatores determinantes, cujo sucesso decorre da própria cooperação humana, há diversos componentes dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que podem ser identificados na implementação das políticas governamentais, mas também na atuação e nos trabalhos desenvolvidos pela comunidade e nas organizações não governamentais parceiras.

Nesse contexto, considerando os indicadores de sustentabilidade trabalhados junto aos atores sociais dessas comunidades, a partir dos eixos temáticos - Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Infraestrutura, Participação e Associativismo, Produção e Renda - observa-se que as VPR's pesquisadas apresentam importantes avanços e que essas comunidades caminham para o alcance de uma melhor qualidade de vida e que lutam por novas conquistas.

Observa-se que os resultados apresentados por elas são frutos de todo um processo de participação, comprometimento e cooperação, advindo de um capital social que se dispõe e se coloca na prática.

Embora em níveis diferenciados de articulações de parcerias, observa-se que as associações comunitárias dessas VPR's se apresentam como verdadeiras

protagonistas do processo de construção do desenvolvimento sustentável local, à medida que seguiram o rumo da independência e da autogestão, articulando e desenvolvendo projetos e ações em parcerias, que beneficiam a coletividade, podendo ser possível afirmar que as principais conquistas e avanços adquiridos só foram possíveis, em virtude dos trabalhos que estas desenvolveram em cooperação com as suas comunidades.

Considerando o contexto dessas três VPR's pesquisadas, é possível observar que inúmeros fatores, dentre eles, a implementação de infraestruturas adequadas à garantia de uma melhor qualidade de vida, o fortalecimento do capital social, por meio de capacitações dos atores sociais locais, bem como, a implementação de ações de assistência técnica nos seus diversos âmbitos de abrangências, foram fundamentais para propiciar às famílias reassentadas condições melhores ou, no mínimo, similares as que tinham antes do reassentamento, conforme objetivo proposto pelo Programa de Reassentamento das Populações do PISF.

Esta mesma visão é apresentada pelas famílias reassentadas, representadas por suas lideranças entrevistadas e participantes dos grupos focais, que consideram ter havido melhorias para população reassentada, a partir da transferência ao reassentamento, avaliando como boas e excelentes as ações de infraestrutura implementadas pelo PISF, uma vez que a moradia nas VPR's propiciou a aquisição de serviços básicos, que não eram disponíveis nas suas comunidades de origem, além do melhor acesso das estradas.

No que se refere às propostas e ações promovidas e implementadas pelo PISF, a partir da sua equipe técnica socioeconômica e ambiental, empresas contratadas e parceiros, os participantes da pesquisa também consideram como bem-sucedidas e fundamentais ao fortalecimento do capital social de suas comunidades. Embora, por outro lado, um dos entrevistados considere que atualmente as capacitações pareçam repetitivas, dessa forma, não atrativas aos moradores e que estas ações de capacitação só seriam eficientes a partir do recebimento dos lotes irrigados, pois aliariam a teoria à prática.

Quanto aos entraves, o fato do PISF não ter viabilizado a entrega dos lotes irrigados tem prejudicado o processo de desenvolvimento sustentável dessas comunidades, uma vez que limita o seu potencial produtivo. Enfatiza-se que as

famílias reassentadas nessas VPR's são, em sua maioria, produtores da agricultura familiar, que exercem atividade agrícola e a criação de pequenos, médios e grandes animais nas áreas do reassentamento, dessa forma, necessitam de infraestrutura hídrica para potencializar o desenvolvimento das atividades de geração de produção e renda.

No que se refere aos lotes de sequeiro, observa-se que embora não seja ação prevista pelo Programa de Reassentamento das Populações, observa-se que o processo produtivo dentro dessas áreas poderia ser estimulado, a partir da implementação de algumas infraestruturas hídricas, tais como, a construção de barreiros e/ou pequenos reservatórios, contribuindo com o incremento da produção agrícola e pecuária, minimizando a deficiência hídrica dessas áreas e gerando renda aos produtores.

Em relação aos lotes residenciais, observa-se que 85% das famílias reassentadas nas VPR's pesquisadas desenvolvem atividades agropecuárias neles, em virtude dessas áreas, além de serem próximas às residências, necessitarem de menor investimento em infraestrutura, além de ser possível o aproveitamento dos recursos hídricos do sistema de abastecimento de água disponibilizado para o consumo humano.

Nessa direção, destaca-se o fato desses lotes residenciais serem atualmente chamados “quintais produtivos³⁹” em virtude dos bons resultados apresentados. Enfatiza-se que apesar da dimensão dessas áreas ser de apenas meio hectare, por família, seus resultados são considerados promissores e replicáveis às demais áreas que estão sob posse das famílias reassentadas, desde que disponham de infraestrutura hídrica básica.

³⁹ Os quintais produtivos surgiram de forma espontânea, criados a partir das estratégias produtivas desenvolvidas pelas famílias reassentadas, que reiniciaram seus processos produtivos nas áreas com maior facilidade de produção, nesse caso nos lotes residenciais, nos quais, além de puderem produzir com segurança, sem risco de furtos ou vandalismo, tinham maior facilidade no acesso à água, inclusive o aproveitamento dos resíduos hídricos, bem como no investimento individual de algumas famílias que conseguiram perfurar um poço na sua unidade residencial, dentre outras estratégias desenvolvidas. Vale salientar que as intervenções e assistências técnicas promovidas por organizações parceiras, dentre elas, as ONG's e universidades, tem reforçado os trabalhos nessas áreas, potencializando essa forma de produção. Além disso, as ações de capacitação atualmente em desenvolvimento pela Univasf, parceira do PISF, têm seguido essa linha, representando resultados bastantes importantes dentro das 18 VPR's implantadas pelo projeto.

Nesse contexto, observa-se a importância de perceber o Desenvolvimento Sustentável também sob a perspectiva da dimensão política, segundo Sachs (2007), o esquecimento da dimensão da política é uma despolitização do DS, uma vez que a política é necessária para o processo de mudança. Essa visão reforça a ideia de que assim como foram idealizadas e implementadas as ações norteadoras para a sustentabilidades das VPR's, faz-se necessária a continuidade e complementariedade das ações previstas no Plano de Reassentamento das Populações do PISF, a fim de garantir os resultados previstos.

Considera-se que o contexto da pandemia tem dificultado a implementação e execução de projetos importantes para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental das VPR's pesquisadas, bem como demais vilas implantadas pelo PISF, dificultando as discussões sobre o desenvolvimento e acompanhamento das ações, principalmente para a implementação ações em atraso, o que pode gerar dependência e pôr em risco a sustentabilidades almejada.

Salienta-se que embora a pesquisa tenha se detido ao estudo de apenas 03 (três) das 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais implantadas pelo PISF, há de se considerar a necessidade de todas elas, tendo como agravante o fato de que muitas delas não despertaram para a importância da participação social como precursora do desenvolvimento sustentável local, vivendo em total dependências das ações empreendidas pelo PISF, embora tenham recebidos as mesmas capacitações e incentivos.

Considerando o cenário das 18 (dezoitos) VPR's, a partir de reflexões empíricas, advindas da própria experiência enquanto técnica responsável pelo acompanhamento às famílias reassentadas, considera-se que as 03 (três) VPR's estudadas, embora enfrentem as mesmas dificuldades e sofram as mesmas limitações das demais, apresentam importantes avanços no seu capital social e, a partir desse potencial internamente se fortalecem e trabalham em busca das suas próprias idealizações.

Destarte, conforme postula Leff (2009), o “saber social” se origina de “diálogo de saberes”, do encontro de variados atores sociais e diversidades culturais, conduzindo o conhecimento para a formação de uma sustentabilidade partilhada. Nessa perspectiva, acredita-se que as associações comunitárias de Bartolomeu,

Cacaré e Lafayette seguem no processo de busca e construção do desenvolvimento sustentável dessas VPR's, visando quebrar as arestas e vencer os entraves vivenciados, conquistando espaços e realizando suas práticas a partir do envolvimento, da articulação de conhecimentos e ações para a melhoria e evolução da condição ambiental, econômica e social das suas comunidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?** Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 87, p. 97-113, julho 2010.

AGUIAR, A. M. L. **O desafio do associativismo na Agricultura Familiar: o caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco-PR.** 2007.160f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ALCANTARA, F. V.; LISBOA, A. S. **O associativismo Rural como Estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar.** 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/90807-378150-1-PB.pdf>

ALMEIDA, J. **Conferência Internacional sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, iniciativa interinstitucional** (UFRGS, EMBRAPA, EMATER/RS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Rede Tecnologias Alternativas/Sul e Programa de Cooperação em Agroecologia), realizada em Porto Alegre, de 18 a 22 de setembro de 1995.

ANDRADE, R. M. T. **Da transposição das águas do rio São Francisco à revitalização da bacia:** as várias visões de um rio. Berkeley: Fórum Permanente de Defesa do São Francisco; International Rivers Network; Coalizão Rios Vivos, 2002.

AQUINO, F. L. **Definição de Indicadores de Desempenho para o Sistema PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.** Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Publicação PPGENC.DM – 218/2019, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 177p.

ASSMANN, H. **A Metamorfose do aprender na sociedade da informação.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a02v29n2.pdf>

AVRITZER, L.; SANTOS, B. S. **Para Ampliar o Cânone Democrático.** In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade - um levantamento dos principais sistemas de avaliação.** Cadernos EBAPE.BR - Volume II – Número 1 –

março 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v2n1/v2n1a02.pdf>
Acesso em 14 de jan. 2021.

BORGES, F. M. **O associativismo no projeto São Francisco**: estudo de caso da vila produtiva rural Negreiros. Programa de Pós-Graduação em Política Social - Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2012.

BOWLES, S.; GINTIS, H. **Social Capital and Community Governance**, *The Economic Journal*, Volume 112, Issue 483, novembro de 2002, Pages F419 – F436, <https://doi.org/10.1111/1468-0297.00077>

BRASIL, G. M. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.13, n.2, 2º quadrimestre de 2018. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável da Área do Programa de Integração do São Francisco**. Brasília: MI, 2016.

_____. **Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Projeto de integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**, 2004 a.

_____. **Plano de Trabalho – PBA 7 e 8 do PISF/UNIVASF**. 2017. Disponível em: <http://integracao.gov.br/documents/10157/4186139/Plano+de+Trabalho+-+TED+06-2017.pdf/b3067d31-3c35-4642-8881-8be6ebe51f0c>.

_____. **Plano de Reassentamento de Populações. Relatório Geral**. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2005 a.

_____. **Projeto Básico Ambiental – PBA – Parte C**. Concremat Engenharia, Logus Engenharia. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2005 b.

_____. **Programa de Reassentamento de Populações – item 8. PBA – Parte C**. Concremat Engenharia, Logus Engenharia. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2005 c.

_____. **Plano de Sustentabilidade das Vilas Produtivas Rurais**. Etapa 1 e 2. FUNCATE - Fundação de Ciências Aplicações e Estudos Espaciais. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2006.

_____. **Plano de Trabalho – PBA 7 e 8 do PISF/UNIVASF**. 2017. Disponível em: <http://integracao.gov.br/documents/10157/4186139/Plano+de+Trabalho+-+TED+06-2017.pdf/b3067d31-3c35-4642-8881-8be6ebe51f0c>.

_____. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Ministério da Integração Nacional, 2004 b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. **O Projeto de Integração do Rio São Francisco**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto>

_____. **38 Programas Ambientais - Programa de Reassentamento de Populações - PBA 08**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/component/content/article/329-projeto-rio-sao-francisco/6208-38-programas-ambientais-programa-de-reassentamento-de-populacoes-pba-08>.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) **nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CAMARGO, A. L. B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CARVALHO, A. C. R. et al. **Transposição do rio São Francisco: planejamento intermitente e prática descolada da realidade**. Natal/RN: 2019

CARVALHO, V. S. **Gestão dos resíduos sólidos e inclusão sócio-produtiva dos catadores de materiais recicláveis no Vale do São Francisco – Juazeiro-BA e Petrolina-PE**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2016.

CASTRO, C. N. **Revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco: histórico, diagnóstico e desafios** / César Nunes de Castro, Caroline Nascimento Pereira. – Brasília: IPEA, 2019

Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do Planeta: desenvolvimento sustentável dos países. Senado Federal, Brasília/DF. Jornal em Discussão. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-onferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises>>.

CONTI, I.L.; SCHROEDER, E.O. **Convivência com o Semiárido Brasileiro:** Autonomia e Protagonismo Social. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/ Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

COSTA, D. S.; LUBAMBO, C. W. **Gestão social do desenvolvimento rural sustentável de um território:** fatores determinantes para o fortalecimento e articulação horizontal e vertical de conselhos e fóruns participativos. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Pública p/ o Desenvolvimento do Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

COSTA, R. Z. D; SOUZA, P. M. D; ALMEIDA, L. F. D. **Agricultura Familiar e Associativismo:** A experiência dos agricultores do município de Brejetuba-ES. Desenvolvimento Social, Montes Claros, v. 22, n. 1, p. 1-19, jan./2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto; Tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

ENGEORPS/HARZA. **Projeto Transposição de Águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional; Relatório R32 – Relatório Síntese de Viabilidade Técnico Econômica e Ambiental** – São Paulo, 2000

FARIA, C. F. **Sobre os determinantes das políticas participativas:** a estrutura normativa e o desenho institucional dos Conselhos Municipais da Saúde e de Direitos da Criança e do Adolescente no Nordeste. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FLICK, U. Entrevista episódica. In: GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 114-136.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária.** Ed. Unijuí, 2012. – (Coleção educação à distância. Série livro-texto)

FREITAS, H. R. **Sustentabilidade Socioambiental em Áreas de Reforma Agrária**: tipo ideal enquanto instrumento de avaliação, planejamento e intervenção social. Revista de Extensão da Univasf. Volume 4, nº 2, 2016.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Paz e Terra. 1974.

GEHLEN, I. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural**. São Paulo em Perspectiva, 18 (2): 95-103, 2004.

GERALDO, V. G.; LOPES, M. M. **A Importância das Atividades de Associativismo e Cooperativismo Rural para o Desenvolvimento Econômico Regional**. v. 1 n. 1 (2021): 6º Congresso Tecnológico da Fatec Mococa.

GOMES, J.C.C.; PATRÍCIO, P.C; **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação**. Artigo apresentado pelos autores à REVISTA NERA – ANO 15, Nº. 21 – julho/DEZEMBRO DE 2012 – ISSN: 1806-6755

GONDIM, S. M. G. **Perfil profissional e mercado de trabalho**: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. Natal, v. 7, n. 2, 2002.

HOLANDA, F. U. X. **Capital Social e Comunitarismo**. Tempo da Ciência (18) 36: 2º semestre 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21411>. Acessado em 21 de jan. De 2021.

INSTITUTO ECOLÓGICA. **Associativismo e Cooperativismo**. Cartilha 1. Série Desenvolver, 2007.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - 2013. **Democracia e Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo**: conflitos e articulação de interesses no projeto São Francisco/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- ISSN 1415-4765 Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2002/1/TD_1883.pdf Acesso em 14 de jan. 2021.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2001. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B3824p/B3824p.pdf>. Acesso em 19 de jan. de 2021.

JATOBÁ, S. U. S. **Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política**: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, 24 (1): 47-87, 2009.

KITZINGER, J. **Focus groups with users and providers of health care**. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). *Qualitative research in health care*. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

LEFF, E. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. *Educação & Realidade*, 34 (3):17-24, 2009.

LENZI, C. L. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2006.

LEONARD, T.; CROSON, R.; OLIVEIRA, A. **Social Capital and Public Goods** (3 de fevereiro de 2010). *Journal of Socio-Economics*, vol. 39, No. 4, 2010, disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2485547>

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. Franca: 2010. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/leonello.pdf>.

LISBOA, A. S. A.; VIANA, F. **O associativismo Rural como Estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar**. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/90807-378150-1-PB.pdf>

LOUREIRO, M.R.; Teixeira, M.A. & Ferreira, A., 2013. **Democracia e desenvolvimento no Brasil contemporâneo**: conflitos e articulação de interesses no Projeto São Francisco. Texto para Discussão, 1.883. Rio de Janeiro: IPEA.

MACHADO, V. de F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio 92**. Brasília, 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

MASCARENHAS, A. C. M. **Conflitos e gestão de águas**: o caso da bacia hidrográfica do rio São Francisco. 2008. 240 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**, São Paulo Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1999.

_____. Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3ª Edição Revisada Atualizada. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. 316p

MORAIS, E. E. et al. **Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil**. Serv.Soc. Soci, São Paulo, n.105. p.67-88, mar.2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100005&lng=pt&nrm=iso acessos em 12 maio 2021

NASCIMENTO, E. P. **Trajatória Da Sustentabilidade: do Ambiental ao Social, do Social ao Econômico**. Estud. Av. [online]. 2012, Vol.26, N.74, Pp. 51-64. ISSN 0103-4014. Disponível: <https://docs.google.com/open?id=0B1lfOtr2UH-ERFhhVnpaV0xmSmM>.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento Rural Sustentável - uma introdução**. Palestra proferida no Encontro Regional sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, 24 de julho de 1995.

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras: Acesso em 30-07-2021. <https://www.ocb.org.br/o.-que-e-cooperativismo>.

OLIVEIRA, I.M.; SILVA, T. T. A.; ALVES, M. Z. **Democracia, meio ambiente e desenvolvimento: experiências brasileiras**. Aracaju: EDUNIT, 2017.

PELEGRINI, D. F. **Uma Abordagem Teórica Sobre Cooperativismo e Associativismo no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2015v12n19p70>

PINHEIRO, D. **A agricultura Familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores**. In: TEDESCO, J. C. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

PUTNAN, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução Luíz Alberto Monjardim – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986

_____. **Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível?** Estudos Avançados. São Paulo, v.11, n.30, 1997.

SACONNI, C. J. D.; LEITÃO, K. O.; CARVALHO, A.; MUNER, A. **Transposição do rio São Francisco: planejamento intermitente e prática descolada da realidade**. XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR 2019.

SANGALLI, A. R. et al. **Associativismo na Agricultura Familiar: contribuições para o Estudo do Desenvolvimento no Assentamento Rural Lagoa Grande, em Dourados (Ms), Br.** Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37107/associativismo-na-agricultura-familiar--contribuicoes-para-o-estudo-do-desenvolvimento-no-assentamento-rural-lagoa-grande--em-dourados--ms---brasil>. Acesso em fev. de 2021.

SARMENTO, F. J. **Transposição do Rio São Francisco – Os bastidores da maior obra hídrica da América Latina**. Chiado Editora, 2018.

SARMENTO, F. J.; MOLINAS, P. A. **A Gestão das Águas da Transposição do Rio São Francisco no Nordeste Brasileiro**. In: WORLD WATER CONGRESS, 14., 2011, Porto de Galinhas. : Iwra, 2011. p. 1 - 18. Disponível em: . Acesso em: 20 fev. 2021.

SCHMITT, C.J. **Sociedade, natureza e desenvolvimento sustentável: uma abordagem preliminar**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, março 1995.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. **Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação**. Unisinos, 2006).

SHIKI, S.; SHIKI, S.; PELEGRINI, D. **Uma Abordagem Teórica Sobre Cooperativismo e Associativismo no Brasil**. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2015v12n19p70social>, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 16(74)52-64, 2012.

SOUSA, R. P.; POMPERMAYER, F. M. **Condicionantes institucionais ao investimento em infraestrutura: elaboração, avaliação e seleção de projetos**. Brasília: Ipea, 2016. XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR 2019.

SILVA, A. C. A. B. **As águas do rio São Francisco: disputas, conflitos e representações do mundo rural**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), Campinas, 2017. 406 p.

SILVA JUNIOR, I.S. **A educação ambiental como meio para a concretização do desenvolvimento sustentável**. *Revista de Direito Ambiental*. v. 13, n. 50, p. 104, abr./jun, 2008.

SILVA, R. C. B. **O uso de metodologias participativas como ferramenta estratégica na implantação da educação ambiental**. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas. LAVRAS. Minas Gerais: 2009.

_____. **A participação social como estratégia de desenvolvimento local sustentável: estudo do reassentamento da Vila Produtiva Rural VPR Negreiros, no projeto da transposição do Rio São Francisco**. Recife: 2015.

SILVA, R. G. C.; LIMA, L. A. P.; CONCEIÇÃO, F. S. **Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente às hidrelétricas e ao agronegócio**. *Revista franco-brasileira de geografia*, Confis, n. 36, p. 1-21, 2018.

SINGER, P. **Economia Solidária Versus Economia Capitalista**. 2001.

TEIXEIRA, C. P. P.; SANTOS, M. S. T. **Inclusão digital para o desenvolvimento local: códigos tecnológicos ampliam debate e participação de professores e alunos na comunidade**. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, UCS, v. 9, n. 18, jul./dez. 2010.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.** Department of Economic and Social Affairs. Sustainable Development. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em 20.01.2021.

_____. **Declaración de Rio sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo..** Rio de Janeiro, Brasil.13-14 de june de 1992. Disponível em : https://www.un.org/esa/dsd/agenda21_spanish/res_riodecl.shtml. Acessado em 20 de jan. de 2021.

_____. **Agenda 21. United Nations Conference on Environment & Development.** Rio de Janerio, Brazil, 3 to 14 June 1992. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/outcomedocuments/agenda21>. Acessado em 20 de jan. de 2021.

_____. **O Futuro que queremos. Rio+20. United Nations Conference on Sustainable Development.** Rio de Janeiro, Brasil.20-22 june de 2012. Disponível em http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf. Acessado em 20 de jan. de 2021.

VIANA, L. B. F. **Entre o abstrato e o concreto:** legados do embate sobre o Projeto de Integração do São Francisco ou da transposição. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ZAPATA, T. (org.). **Desenvolvimento Local e Participação Social.** Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), 2007.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS DAS VILAS PRODUTIVAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGExR

I- Identificação

1.1. Nome: _____

1.2. Nome da Vila Produtiva Rural: _____

1.3. Nome da Associação: Associação Comunitária da Vila Produtiva Rural VPR

1.4. Ano de Fundação: _____

1.5. Cargo na Associação: _____

1.6. Tempo que está no cargo: _____

II- Sobre o funcionamento da Associação para o desenvolvimento da Vila

2.1. Número de famílias na Comunidade: _____

2.2. Quantos membro a associação possui? _____

2.3. Quantos desses membros são mulheres: _____

2.4. Quantos desses membros tem entre 15 e 29 anos (jovens): _____

2.5. Todos os membros da Associação se conhecem?

1 () Sim 2 () Não

Comente sua resposta:

2.6. De um modo geral com o Sr (a) avalia o nível de confiança entre os associados para realizar ações coletiva em prol do desenvolvimento da comunidade?

1 () não existe confiança entre os associados

2 () o nível de confiança é baixo

3 () o nível de confiança é bom

4 () o nível de confiança é muito bom

Comente dando um exemplo de situação na sua comunidade que justifica sua resposta:

2.7 Existem conflitos na Vila que impedem seu desenvolvimento?

1 () Sim 2 () Não

Se sim, diga quais são os conflitos e como são resolvidos:

2.7. Com que frequência a associação se reunia antes da pandemia Covid-19 ?

1 () não se reunia 2 () semanalmente 3 () a cada 15 dias 4 (x) 1 vez por mês 5 () a cada 2 meses 6 () outro

Se marcou outro nos diga qual a frequência: _____

Quantos/as associados participavam das reuniões antes da pandemia Covid-19?

Comente sua resposta:

2.8. Com que frequência a associação tem se reunido com pandemia Covid-19?

1 () não se reúne 2 () semanalmente 3 () a cada 15 dias 4 () 1 vez por mês 5 () a cada 2 meses 6 (x) outro

Se marcou outro nos diga qual a frequência:

2.9. Quantos/as associados têm participado das reuniões com pandemia Covid-19?

Comente sua resposta:

2.10. Os associados/as fazem alguma contribuição financeira para as ações da associação?

1 () Sim 2 () Não

Se não, explique os porquês:

2.11. Na sua opinião o que fortalece a atuação da Associação para realizar ações em prol do Desenvolvimento da Vila?

2.12. Na sua opinião o que enfraquece a atuação da Associação para realizar ações em prol do Desenvolvimento da Vila?

III-Avaliação das ações do Projeto pelo PISF

3.1. Quais foram as ações realizadas em sua vila durante a execução do projeto pela equipe do PISF?

3.2. De um modo geral, avalie a qualidade das ações realizadas na sua Vila pelo PISF e comente

1 () qualidade Péssima 2 () qualidade Ruim 3 () qualidade boa 4 () qualidade excelente

Comente explicando o porquê da pontuação dada para a resposta:

IV- Avaliação das ações realizadas por parceiros do PISF

4.1. O projeto articulou/incentivou a busca parceiros para a realização de ações em prol do desenvolvimento da Vila? 1 () Sim 2 () Não

Se sim, relate aqui o cada parceiro e a ação que ele realizou para apoiar o desenvolvimento da Vila:

Se não, comente o porquê de o projeto não ter articulado ou incentivado essa parceria:

4.2. De um modo geral, avalie a qualidade das ações realizadas na sua Vila pelos parceiros do PISF e comente

1 () qualidade Péssima 2 () qualidade Ruim 3 () qualidade boa 4 (x) qualidade excelente

Comente explicando o porquê da pontuação dada para a resposta:

V- Avaliação das ações realizadas pela Associação da Vila/Assentamento

5.1. A Associação articulou sem apoio do PISF parceiros para desenvolver ações em prol do Desenvolvimento da Vila? 1 () Sim 2 () Não

Se sim, quais os parceiros articulados:

Se não, explique os por quês de não ter conseguido articular parcerias:

5.2. Foram realizadas ações em sua vila diretamente pela própria Associação e com apoio dos associados? (x) Sim 2 () Não

Se sim, relate quais foram as ações:

Se não, explique os porquês da Associação não ter conseguido realizar ações próprias para o desenvolvimento da Vila

5.3. De um modo geral, avalie a qualidade das ações realizadas na sua Vila pela própria Associação com apoio dos associados

1 () qualidade Péssima 2 () qualidade Ruim 3 () qualidade boa 4 () qualidade excelente

Comente explicando o porquê da pontuação dada para a resposta

VI- Sustentabilidade do desenvolvimento da Vila (Desenvolvimento Sustentável é.....) trazer o conceito.

6.1. Para o Sr.(a) o que é Desenvolvimento Sustentável?

6.2. Para o Sr.(a) o que precisa ser feito para o Desenvolvimento Sustentável da Vila no que se refere à questão do Meio Ambiente?

6.3. Para o Sr.(a) o que precisa ser feito para o Desenvolvimento Sustentável da Vila no que se refere ao desenvolvimento econômico e produtivo?

6.4. Para o Sr.(a) o que precisa ser feito para o Desenvolvimento Sustentável da Vila para melhoria da Infraestrutura?

6.5. Para o Sr.(a) o que precisa ser feito para o Desenvolvimento Sustentável da Vila na área Social (educação, saúde e assistência social).

6.6. Para o Sr.(a) o que precisa ser feito para o Desenvolvimento Sustentável da Vila na geração de oportunidades para mulheres e jovens.

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM PARCEIROS DAS VILAS PRODUTIVAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGExR

A SUSTENTABILIDADE DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS IMPLANTADAS NO ESTADO DA PARAÍBA PELO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

I- Identificação

1.7. Nome: _____

1.8. Nome da Instituição que representa: _____

1.9. Telefone de contato: _____

1.10. Formação Acadêmica

() Graduação: _____

() Pós-graduação: _____

() Mestrado: _____

() Doutorado: _____

() Pós-doutorado: _____

1.11. Cargo que ocupa na Organização/instituição: _____

1.12. Desde quando ocupa este cargo: _____

1.13. Desde quando acompanha a VPR: _____

1.14. _____

II- Análise das ações do Projeto realizadas pelo PISF

2.1. Quais foram as ações sua organização desenvolveu como parceiro da VPR e os resultados alcançados?

Ações	Resultados alcançados

2.2 De um modo geral, avalie a qualidade das ações realizadas pelo PISF e comente:

1 () Ruim 2 () Mediana 3 () Boa 4 (x) Excelente

Comente sua resposta:

2.3 Numa escala de 1 a 4, em que medida as ações desenvolvidas pelo PISF contribuíram para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas?

1 () Muito pouco 2 () Pouco 3 () Mediana 4 () Muito

Como o Senhor(a) avalia a participação das comunidades e Associações das Vilas Produtivas nas ações voltadas para o Desenvolvimento Sustentável desenvolvidas por sua organização/instituição?

1 () Muito ruim 2 () Ruim 3 (x) Mediana 4 () boa 5 () Muito boa

Comente sua resposta:

III. Diagnostico da intervenção

3.1 Que fatores FACILITARAM o alcance dos resultados das ações desenvolvidas em parceria com a comunidade para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas Rurais nas dimensões abaixo:

Dimensão	Fatores que facilitaram
a) Meio ambiente	
b) Produção e renda	
c) Participação e associativismo	
d) Infraestrutura	
e) Desenvolvimento Social	

3.2 Que fatores DIFICULTARAM o alcance dos resultados das ações desenvolvidas em parceria com a comunidade para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas Rurais nas dimensões abaixo:

Dimensão	Fatores que dificultaram
a) Meio ambiente	

b) Produção e renda	
c) Participação e associativismo	
d) Infraestrutura	
e) Desenvolvimento Social	

3.3 Quais as OPORTUNIDADES que a VPR pode buscar a fim de alcançar maior sustentabilidade e promover o seu desenvolvimento, considerando as dimensões abaixo:

Dimensão	Oportunidades para a Sustentabilidade
a) Meio ambiente	
b) Produção e renda	
c) Participação e associativismo	
d) Infraestrutura	
e) Desenvolvimento Social	

3.4 Quais são as AMEÇAS que podem atrapalhar a sustentabilidade da Vila Produtiva Rural, considerando as dimensões abaixo:

Dimensão	Ameças à Sustentabilidade
f) Meio ambiente	
g) Produção e renda	

h) Participação e associativismo	
i) Infraestrutura	
j) Desenvolvimento Social	

IV. Recomendações para a Sustentabilidade do desenvolvimento nas Vilas Produtivas

4.1 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável da Vila Produtiva Rural no que diz respeito ao Meio Ambiente?

4.2 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e produtivo?

4.3 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito à melhoria da Infraestrutura?

4.4 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito a participação e associativismo?

4.5 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito a área Social (educação, saúde e assistência social)?

4.6 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito à geração de oportunidades para mulheres e jovens?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGExR

**A SUSTENTABILIDADE DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS IMPLANTADAS PELO PISF
- PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO
NORDESTE SETENTRIONAL**

III- Identificação

- 1.15. Nome: _____
- 1.16. Telefone de contato.: _____
- 1.17. Formação Acadêmica
- () Graduação: _____
- () Pós-graduação: _____
- () Mestrado: _____
- () Doutorado: _____
- () Pós-doutorado: _____
- 1.18. Desde quando atua no Projeto: _____
- 1.19. Cargo Função no Projeto: _____
- 1.20. Forma de acompanhamento às VPR's: _____

IV- Análise das ações do Projeto realizadas pelo PISF

2.1 Quais foram as ações do projeto você participou e/ou acompanhou a implantação e quais os resultados alcançados?

Município/Vila Produtiva	Ações	Resultados alcançados

2.2 De um modo geral, avalie a qualidade das ações realizadas pelo PISF no apoio ao Desenvolvimento Sustentável das VPR's?

- 1 () Péssimo 2 () Ruim 3 () Boa 4 () Excelente

Comente sua resposta:

V. Avaliação das ações realizadas por parceiros do PISF

3.1 O projeto articulou/trouxe parceiros para desenvolver ações em prol do desenvolvimento da Vilas Produtivas? 1() Sim 2() Não

Se sim, relate aqui o que cada parceiro e a ação que ele realizou para apoiar o desenvolvimento das Vilas Produtivas.

Parceiro	Ações realizadas	Resultados alcançados

Se não, comente o porquê do projeto não terem sido trazido parceiros:

3.2 De um modo geral, avalie a qualidade das ações realizadas na sua Vila pelos parceiros do PISF e comente:

1 () Péssimo 2 () Ruim 3 () Boa 4 () Excelente

Comente explicando o porquê da pontuação dada para a resposta:

VI. Avaliação das ações realizadas pela Associação da Vila/Assentamento

4.1 As Associações que você acompanhou articularam, sem apoio do PISF, parceiros para desenvolver ações em prol do Desenvolvimento Sustentável da Vila?

1 () Sim 2() Não

Se sim, quais os parceiros articulados:

VPR	Parceiro	Ações realizadas	Resultados alcançados

Se Não, explique os porquês de não ter conseguido articular parcerias:

4.2 Nas VPR's que você acompanhou foram realizadas ações diretamente pela própria Associação e com apoio dos associados? 1.() Sim 2,() Não

Se sim, relate quais foram as ações

VPR	Ações realizadas	Resultado alcançado

Se não, explique os porquês de a Associação não ter conseguido realizar ações próprias para o desenvolvimento da vila:

4.3 De um modo geral, avalie a qualidade das ações realizadas nas VPR's pela própria Associação com apoio dos associados

1 () Péssima 2 () Ruim 3 () Boa 4 () Excelente

Comente explicando o porquê da pontuação dada para a resposta:

VII. Diagnostico da intervenção

5.1. Que fatores FACILITARAM o alcance dos resultados propostos pelo PISF para o desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas nas dimensões abaixo:

Dimensão	Fatores que facilitaram
a) Meio ambiente	
b) Produção e renda	
c) Participação e associativismo	
d) Infraestrutura	
e) Desenvolvimento Social	

5.2. Que fatores DIFICULTARAM o alcance dos resultados propostos pelo PISF para o desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas nas dimensões abaixo:

Dimensão	Fatores que dificultaram
a) Meio ambiente	
b) Produção e renda	
c) Participação associativismo e	
d) Infraestrutura	
e) Desenvolvimento Social	

5.3. Que as OPORTUNIDADES para que as Vilas Produtivas possam alcançar a sustentabilidade dos resultados alcançados durante a execução do PISF para o nas dimensões abaixo:

Dimensão	Oportunidades para a Sustentabilidade
a) Meio ambiente	
b) Produção e renda c)	
d) Participação associativismo e	
e) Infraestrutura	
f) Desenvolvimento Social	

5.4. Quais são as AMEÇAS para que as Vilas Produtivas possam alcançar a sustentabilidade dos resultados alcançados durante a execução do PISF para o nas dimensões abaixo:

Dimensão	Ameças à Sustentabilidade
a) Meio ambiente	
b) Produção e renda	

c) Participação associativismo	e	
d) Infraestrutura		
e) Desenvolvimento Social		

5.5 De um modo geral, como o Senhor(a) avalia a participação das comunidades e Associações das Vilas Produtivas nas ações voltadas para o Desenvolvimento Sustentável desenvolvidas pelo PISF?

1 () Péssimo 2 () Ruim 3 () mediana 4 () boa 5 () Muito boa

Comente sua resposta:

VIII. Recomendações para a Sustentabilidade do desenvolvimento nas Vilas Produtivas

6.1 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito ao Meio Ambiente?

6.2 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e produtivo?

6.3 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito à melhoria da Infraestrutura?

6.4 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito a participação e associativismo?

6.5 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito à área Social (educação, saúde e assistência social)?

6.6 Quais as suas recomendações de estratégias e ações para o Desenvolvimento Sustentável das Vilas Produtivas no que diz respeito à geração de oportunidades para mulheres e jovens?

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL – PPGExR

Mestrado Profissional em Extensão Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)**

Título da Pesquisa: “A SUSTENTABILIDADE DAS VILAS PRODUTIVAS RURAIS IMPLANTADAS PELO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - PISF”

Nome da Pesquisadora: Helena Oliveira de Barros Mota

Nome do Orientador: Vanderlei Souza Carvalho

1 - Participantes da Pesquisa:

Grupo 1: Moradores reassentados nas Vilas Produtivas Rurais Implantadas pelo Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional - PISF.

Grupo 2: Equipe Técnica envolvida na implementação das ações propostas pelo Programa de Reassentamento das Populações – PBA-08 do PISF, responsáveis por intervenções técnicas nas áreas de reassentamento.

Grupo 3: Profissionais das Instituições Parceiras, responsáveis pelo acompanhamento e implementação de ações nas áreas de reassentamento do PISF.

2 - Natureza da pesquisa: O (A) senhor (senhora) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa para expressar sua opinião sobre as ações desenvolvidas pelo Programa de Reassentamento das Populações do PISF, a partir da implantação das Vilas Produtivas Rurais.

3 - Participantes da pesquisa: A pesquisa será desenvolvida será uma amostragem representativa das 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais do PISF, na qual serão entrevistadas famílias reassentadas no Estado da Paraíba, a saber: VPR Lafayette, localizada no município de Monteiro/PB; VPR Bartolomeu, localizada no município de Cajazeiras/PB e VPR Cacaré, localizada no município de São José de Piranhas/PB. Além das famílias reassentadas, serão entrevistados profissionais atuantes no Programa de Reassentamento instituído pelo projeto, dentre eles, servidores do Ministério de Desenvolvimento Regional e técnicos das empresas contratadas pelo projeto que atuam junto a estas famílias, bem como profissionais das instituições parceiras que contribuem com o processo de

desenvolvimento dessas comunidades. A pesquisa será realizada nos meses de setembro, outubro e novembro de 2019.

4 - Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo o/a senhor/senhora permitirá que a pesquisadora Helena Oliveira de Barros Mota faça, inicialmente, uma exploração do campo, formulando questões gerais para, depois, realizar a entrevista na forma de narração e poder ouvir os relatos sobre o processo de implantação das Vilas Produtivas Rurais do PISF, suas experiências enquanto reassentados ou profissionais envolvidos no processo de reassentamento, suas impressões e visão sobre as ações desenvolvidas e os resultados obtidos ao longo do período de vivência sobre a questão. A entrevista será realizada no local indicado pelo entrevistado, não havendo, portanto, necessidade de deslocamento e terá duração em média de 01 (uma) hora. Após a seleção e leitura dos documentos e a transcrição das entrevistas será utilizado o método de análise de conteúdo. É uma técnica utilizada para descrição dos conteúdos das mensagens, texto ou entrevista, que permite captar a compreensão dos atores entrevistados, de modo a dar visibilidade às suas concepções da realidade social. Todo o estudo tem previsão para ser concluído até maio de 2020 e a apresentação do estudo completo será através da Defesa da Dissertação pública que tem previsão para ocorrer até o final de junho de 2020. O/A senhor/senhora tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o/a senhor/senhora. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do Projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. Os contatos estão descritos no final deste termo.

5 - Sobre as entrevistas: As entrevistas serão realizadas nos locais indicados pelos moradores da VPR Lafayette, localizada no município de Monteiro/PB; VPR Bartolomeu, localizada no município de Cajazeiras/PB e VPR Cacaré, localizada no município de São José de Piranhas/PB, bem como pelos profissionais participantes. Será explicado que a pesquisa espera oferecer informações para elaboração de um instrumento a ser utilizado por agências públicas e organizações sociais a inserção das referidas temáticas em documentos oficiais, na execução, monitoramento e avaliação dos serviços.

6 - Riscos e desconforto: A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas e os procedimentos adotados obedecem aos Critérios de Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, como também nenhum dos procedimentos usados oferecem riscos à dignidade humana. O Projeto apresenta riscos mínimos, todavia, pode haver algum tipo de constrangimento ou desconforto, em razão da entrevista, devido a exposição de suas experiências ou algo de natureza semelhante. No entanto, algumas medidas serão adotadas para evitar que isso ocorra. Assim, será solicitado ao (o) senhor (a) a leitura de uma prévia dos resultados obtidos, a partir da sua participação, para que indique as conclusões que podem ou não ser publicadas; e o (a) senhor (a) poderá ou não receber a pesquisadora para realizar entrevista, após consentimento prévio

dado por telefone, ocasião em que foi agendado dia, local e horário indicados pelo (a) senhor (a) em que teria disponibilidade para receber a pesquisadora. Lembramos ainda que mesmo após consentimento prévio, caso tenha desistido ou não tenha condições de receber a pesquisador ou não deseje dar prosseguimento a entrevista iniciada, tal recusa não trará qualquer problema ao (a) senhor (a), pois não é intuito da pesquisadora atrapalhar a rotina pessoal e de trabalho ou causar qualquer outro prejuízo ao seu bem-estar e privacidade.

7 - Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e seu orientador terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa. É garantido ainda que (a) senhor (a) terá acesso aos resultados com o (s) pesquisador (es).

8 - Benefícios: Ao participar desta pesquisa o/a senhor/senhora não terá nenhum benefício direto. Entretanto, diante das dificuldades no desenvolvimento de projetos/políticas públicas para os serviços de Assistência Técnica, esperamos que este estudo traga informações importantes para elaboração de um instrumento a ser utilizado por agências públicas e organizações sociais, abrindo possibilidades de inserir a temática sobre reassentamentos, pois, será sistematizado os registros, observações, relatos e análises das experiências, obtidos a partir das perspectivas dos agentes sociais e de acordo as necessidades e realidades desse grupo. É esperado ainda dar uma maior visibilidade a essa forma de trabalho, estimulando o processo de organização social, econômica e ambiental a partir da articulação de ações, participação social e construção de estratégias de ações para a promoção do desenvolvimento sustentável.

9 - Pagamento: O/A senhor/senhora não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como não será pago por sua participação, mas caso haja alguma despesa, garantimos o ressarcimento desde que seja decorrente da participação na pesquisa. O Senhor (a) terá direito a indenização, nos termos da Lei e também receberá assistência integralmente e imediata de forma gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.

10 - Armazenamento: Os dados serão armazenados em forma de arquivos digitalizados em banco de dados, formato Word, nos arquivos do computador da pesquisadora e, ainda, terão versões impressas que serão armazenadas em armário fechado com chaves na Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Univasf. Ressalta-se que este projeto somente será iniciado mediante aprovação deste no Comitê de Ética. Além disso, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será feito em 02 (duas) cópias, sendo que uma via ficará com o responsável pela pesquisa e outra com o participante, após a assinatura.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste

Termo de Consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse Termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Local da entrevista, _____, de _____ de 2021.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisadora: Helena Oliveira de Barros Mota – (81) 98660-5978

Email do Pesquisador: helenaobarros@gmail.com

Orientador: Vanderlei Souza Carvalho – (74) 99813-0588

Email do Orientador: vanderlei.carvalho@univasf.edu.br

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP-UNIVASF) O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNIVASF) é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e

educativo, que visa defender e proteger o bem-estar dos indivíduos que participam de pesquisas científicas.

Endereço: Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro – Petrolina/PE – Prédio da Reitoria – 2º andar

Telefone do Comitê: (87)2101-6896

E-mail do Comitê: cep@univasf.edu.br

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa: Luciana Duccini

Vice Coordenador: Rodolfo Araújo da Silva